



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação

Tese de Mestrado

Bairro “Salazar” (1948 a 1974) – Bairro “16 de Março” (1974 a 2011)

História e estórias de um bairro

**Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em Educação
Social e Intervenção Comunitária**

Discente: Emília Isabel Grilo Rodrigues: 100225001

Orientador: Dr. Luís Vidigal

Coordenador: Professor Doutor Paulo Dias

Santarém, outubro de 2013

Área de Especialização Ciências Sociais

Dissertação de Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária

*"Ter sido moço, é ter sido ignorante, mas inocente."
Aquilino Ribeiro*

Agradecimentos

Sem a inspiração, a mestria e o saber do Dr. Luís Vidigal este trabalho não teria sido possível. Foram as palavras dele, desde o início deste curso, que me levaram à escolha do tema e a decidir qual o rumo a dar a todos os documentos e testemunhos recolhidos. Ele apontou o caminho e fez com que acreditasse nas minhas capacidades. Numa idade tardia como a minha, esse apoio é muito importante. Não poderia assim de deixar o meu sincero e profundo reconhecimento ao meu orientador da tese.

Ao Professor Doutor Paulo Dias pela sagesa e paciência com que sempre conduziu o destino da turma.

Aos restantes professores, pela amizade, pelo carinho e laços que criaram com o grupo.

Aos “resistentes” do Bairro “Salazar”/Bairro “16 de Março” pela disponibilidade que sempre demonstraram e por partilharem momentos da sua vida pessoal através das suas palavras e de todas as fotografias que facultaram e que tanto ajudaram a enriquecer o trabalho.

Aos outros entrevistados, cidadãos bem conhecidos e respeitados na velha *Julium*, pelas suas estórias e pela frontalidade com que responderam a questões mais delicadas.

Aos meus amigos pelo incentivo que sempre me deram. Tal claqué de apoio vestiu as camisolas de adeptos e nunca aceitou qualquer vacilação aliviando-me as “lesões” da alma e do espírito nos momentos mais difíceis.

Para a minha família de sangue e também para a minha família de afetos, pelo amor e carinho que sempre me deram e continuam a dar.

Por fim, aos meus filhos, Luís e Vitor. As circunstâncias desta triste sina de ser português, forçaram-nos a ir procurar meio de vida e sustento para bem longe, mas nem por isso deixaram de se entusiasmar por este desafio acompanhando sempre de perto o meu trabalho.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

O recente desaparecimento do Bairro “Salazar”/“Bairro 16 de Março” e o realojamento dos moradores foram o motivo da realização deste trabalho.

O ideário do Estado Novo reunido na trilogia, Deus, Pátria e Família, princípios defendidos por Salazar através da “Política do Espírito” tendo por base uma política de obras públicas vigorosas, e tal como em todos os regimes fascistas, sentiu a necessidade, e tal como já vinha do século XIX construir o Espaço de Identidade através de uma Arquitetura Portuguesa, que tinha como meio primordial para o seu enraizamento a família, a escola, o local de trabalho e o local de lazer. Porque a arquitetura enforma o viver quotidiano, informaria também o “espírito” E o nosso Bairro “Salazar” é um testemunho dessa época.

Tentar compreender as vivências desta população face à vida e demolição do bairro, assim como ao realojamento, justificar os modos de apropriação e de organização dos novos espaços domésticos e envolventes, a satisfação habitacional e as atitudes face ao processo, a dimensão das memórias profissionais, domésticas, históricas, políticas, culturais, sociais, escolares.

Os resultados obtidos revelam que os moradores daquele Bairro, fosse ele “Salazar ou 16 de Março”, sentiam-se uma família e viam-se como tal. Tinham laços fortes dentro e fora do bairro e sentiam-se integrados cidade. Os que foram realojados em casas arrendadas e distribuídos pela cidade, são os mais satisfeitos e os que melhor se integraram. Os que foram, quase em bloco, para o novo bairro são os que tiveram maiores dificuldades de adaptação. Gostam das casas e mantêm o apoio dos vizinhos antigos mas a diversidade e a multiculturalidade é um fator que levantou e levanta problemas de adaptação.

Sendo que os intervenientes principais são pessoas, algumas com uma longevidade extraordinária e com estórias de vida ritmadas ao longo da história do país e da cidade, não poderíamos ficar somente circunscritos às fontes arquivísticas quando tínhamos pela frente um capital humano extraordinário.

Palavras-Chave: Estado Novo; história oral; vivências; bairros; exclusão social; pobreza; identidades; realojamento

Abstract

The recent demise of the former “Bairro Salazar”, also known as “Bairro 16 de Março” and the rehousing of its inhabitants were the purpose behind this research.

The three major ideals behind Estado Novo dictatorship – God, Fatherland and Family – defined by Salazar in his “Politics of the Spirit”, based on propaganda and on a series of vigorous public works, just like other fascist regimes, felt the need to build a “Space of Identity” through a Portuguese Architecture, which was originated in the XIXth century, sustained by family, school, workplace and leisure space. Because architecture surrounds the day-to-day life it would also embody the “spirit”. “Bairro Salazar” is a testimonial to that era.

It is intended to understand people's reactions and experiences regarding life before and after the “Bairro” was demolished, evaluating the ways of appropriation and organization of the new housings and spaces, the degree of habitat satisfaction and attitudes towards the process, and clarifying personal, household, historical, political, cultural, social and school memories.

The obtained results will hopefully serve to the evaluation of the different steps in a process of public intervention in Social Housing. In its diversity, it shows us that the inhabitants of the “Bairro”, whether it was called “Salazar” or “16 de Março”, felt and lived like a family. There were strong bonds both inside and outside the “Bairro” and they also felt as part of the city as a whole. Regarding the rehousing issue after the demolition, it was noticed that the former inhabitants that were separately rehoused and distributed across the city are the most satisfied ones, having a better integration according to them. The ones that were rehoused together as a block to a new neighborhood had a hard time adapting to the new spaces. They like their new houses and still have strong bonds with the neighbors that accompanied them, but the diversity they found in the new place is a factor that still raises some issues towards their full integration.

Since there are people involved, some of those with remarkable longevity and life stories that were affected by the rhythm of both the country and the city's History, it was impossible to only stick to historical archives when there was such an amazing human capital at our disposal.

Keywords: Estado Novo; oral history; experiences; neighborhoods; social exclusion, poverty, identities, rehousing.

Índice

Agradecimentos	4
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Introdução	14
Capítulo 1.....	15
1.1 Apresentação do Tema: de 1948 a 1974.....	15
1.2 De 1974 a 2011.....	17
1.3 Relevância do tema	20
1.4 Dificuldades enfrentadas.....	23
1.5 Objetivos	23
Capitulo 2.....	25
2.1 Estudo de caso	25
Capítulo 3 - Fundamentação Teórica.....	27
3.1 Problemáticas na construção dos bairros sociais	29
3.2 Exclusão e bairro social	31
3.3 Identidades e Realojamento	33
3.4 Pobreza e Exclusão Social	34
3.5 Políticas em matéria de habitação social	37
3.6 Os problemas habitacionais em Portugal entre o Século XIX e seculo XXI	40
3.7 Promotores/Financiadores	47
3.8 Evolução urbana da cidade de Santarém	48
3.9 Santarém e Arquitetura do Estado Novo.....	51
3.10 Bairro Salazar	52
3.11 Bairro de casas para pobres de Santarém.....	55
3.12 Regulamento de Casas para Pobres	58
Capítulo 4 - Caraterização dos agregados do Bairro “Salazar”/”16 de Março”.....	61
4.1 Em 1948.....	61
4.2 Caraterização dos agregados do Bairro 16 de Março em 1998.....	61
4.3 Caraterização dos agregados do Bairro 16 de Março em 2011	65
Capítulo 5 - Metodologia: os métodos de análise	67
5.1 Análise documental.....	67

5.2	Análise de suportes gráficos	67
5.3	Os Inquéritos em Ciências Sociais.....	67
5.4	Inquéritos por questionário.....	68
5.5	Inquéritos por Entrevistas	69
Capitulo 6 Socio-Arqueologia de um Bairro de Santarém		73
6.1	Aplicação dos inquéritos por entrevistas.....	73
1ª parte – Atribuição de habitação		74
2ª parte – A infância e a juventude.....		76
3ª parte – As festividades.....		78
4ª parte – A cidade de então		80
5ª parte – O olhar da cidade sobre o bairro		82
6ª parte – Os vizinhos		83
7ª parte – Os vizinhos ciganos.....		86
8ª parte – A degradação do bairro		88
9ª parte –O 25 de abril de 1974		89
10ª parte – O Bairro “16 de Março”		91
11ª parte – o senhorio.....		93
12ª parte – A fase da contestação		94
13ª parte – A decisão do senhorio sobre o destino do bairro.....		96
14ª parte – O realojamento		98
15ª parte – A fixação de novas rendas.....		99
16ª parte – A demolição do bairro.....		100
17ª parte – Os novos vizinhos.....		102
18ª parte – A cidade de hoje		104
Capítulo 7- Conclusão e reflexões finais.....		106
Bibliografia		112
Cibergrafia.....		118
Fontes Arquivísticas		119
ANEXOS		121

Índice de Fotografia

Fotografia 1 – Paisagem do Bairro “16 de Março”	74
Fotografia 2 – Festa de aniversário.....	76
Fotografia 3 – Festas dos Santos Populares	78
Fotografia 4 – Igreja da Graça	80
Fotografia 5 – Vista Panorâmica	82
Fotografia 6 – Piquenique na Carreira de Tiro	83
Fotografia 7 – Os novos vizinhos	86
Fotografia 8 – A degradação do Bairro	88
Fotografia 9 – Mudança de Toponímia	91
Fotografia 10 – Degradação do Bairro	93
Fotografia 11 – O luto pelo Bairro	94
Fotografia 12 – Fase Final do Bairro	96
Fotografia 13 – Bairro Novo de Vale de Estacas	98
Fotografia 14 – Os Resistentes do Bairro “16 de Março”	99
Fotografia 15 – Morte do Bairro	100
Fotografia 16 – Os novos Vizinhos	102
Fotografia 17 – A Cidade Atual	104
Fotografia 18 - Bairro Salazar - Santos Populares 1970.....	122
Fotografia 19 - Bairro Salazar - Santos Populares 1970.....	122
Fotografia 20 - Bairro Salazar - Carreira de Tiro – Confraternização.....	123
Fotografia 21 - Bairro Salazar – 1968	123
Fotografia 22 - Bairro Salazar - 1968	124
Fotografia 23 - Bairro Salazar – 1968	124
Fotografia 24 - Bairro Salazar - 1968	125
Fotografia 25- Bairro Salazar	125
Fotografia 26 – Bairro Salazar	126
Fotografia 27 – Bairro Salazar	126
Fotografia 28 – Bairro Salazar	127
Fotografia 29 – Bairro Salazar	127
Fotografia 30 – Bairro Salazar - Entrudo.....	128
Fotografia 31 – Bairro Salazar	128

Fotografia 32 – Bairro Salazar	129
Fotografia 33 – Bairro Salazar	129
Fotografia 34 – Bairro Salazar	130
Fotografia 35 – Bairro Salazar	130
Fotografia 36 – Bairro Salazar	131
Fotografia 37 – Bairro Salazar	131
Fotografia 38 – Bairro Salazar	132
Fotografia 39 – Bairro Salazar	132
Fotografia 40 – Bairro Salazar	133
Fotografia 41 – Bairro Salazar	133
Fotografia 42 – Bairro 16 de Março.....	134
Fotografia 43 – Bairro 16 de Março.....	134
Fotografia 44 – Bairro 16 de Março - Paisagem.....	135
Fotografia 45 – Bairro 16 de Março.....	135
Fotografia 46 – Bairro 16 de Março.....	136
Fotografia 47 – Bairro 16 de Março.....	136
Fotografia 48 – Bairro 16 de Março.....	137
Fotografia 49 – Bairro 16 de Março.....	137
Fotografia 50 – Bairro 16 de Março.....	138
Fotografia 51 – Bairro 16 de Março.....	138
Fotografia 52 – Bairro 16 de Março.....	139
Fotografia 53 – Bairro 16 de Março.....	139
Fotografia 54 – Bairro 16 de Março.....	140
Fotografia 55 – Bairro 16 de Março.....	140
Fotografia 56 – Bairro 16 de Março.....	141
Fotografia 57 – Bairro 16 de Março.....	141
Fotografia 58 – Bairro 16 de Março.....	142
Fotografia 59 – Bairro 16 de Março.....	142
Fotografia 60 – Bairro 16 de Março.....	143
Fotografia 61 – Bairro 16 de Março.....	143
Fotografia 62 – Bairro 16 de Março.....	144
Fotografia 63 – Bairro 16 de Março.....	144

Fotografia 64 – Bairro 16 de Março.....	145
Fotografia 65 – Bairro 16 de Março.....	145
Fotografia 66 – Bairro 16 de Março.....	146
Fotografia 67 – Bairro 16 de Março.....	146
Fotografia 68 – Bairro 16 de Março.....	147
Fotografia 69 – Bairro 16 de Março.....	147
Fotografia 70 – Bairro 16 de Março.....	148
Fotografia 71 – Bairro 16 de Março.....	148
Fotografia 72 – Bairro 16 de Março.....	149
Fotografia 73 – Bairro 16 de Março.....	149
Fotografia 74 – Bairro 16 de Março.....	150
Fotografia 75 – Bairro 16 de Março.....	150
Fotografia 76 – Bairro 16 de Março.....	151
Fotografia 77 – Bairro 16 de Março.....	151
Fotografia 78 – Bairro 16 de Março.....	151
Fotografia 79 – Bairro 16 de Março.....	152
Fotografia 80 – Bairro 16 de Março.....	152
Fotografia 81 – Bairro 16 de Março – 2011/12/16.....	153
Fotografia 82 – Bairro 16 de Março – 2011/12/16.....	153

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Planta topográfica do Bairro “Salazar”	52
Ilustração 2 - Planta topográfica do Bairro “Salazar”	55
Ilustração 3 – Tabela dos arrendatários do Bairro “16 de Março”	65
Ilustração 4 – Grelha dos entrevistados	73

Introdução

No primeiro capítulo do presente estudo inicia-se com a apresentação do tema, a sua relevância circunscrição e objetivos.

No segundo fazemos o estudo de caso e a sua importância para o enquadramento deste estudo.

Para enquadrá-lo tanto no passado como no presente, no terceiro capítulo surge a fundamentação teórica onde se alinha uma pequena descrição sobre a problemática na construção dos bairros sociais, identidades e realojamentos, territórios, exclusão social, apropriação do espaço e satisfação residencial. Abordam-se, também, as problemáticas da habitação em Portugal desde a Monarquia Constitucional até aos tempos atuais, a evolução urbana da cidade de Santarém e a razão da escolha do local para a construção do bairro. Fala-se de políticas portuguesas e europeias em matéria de habitação social, da evolução da habitação operária e popular da cidade de Santarém até à construção do Bairro “Salazar” de Santarém.

No quarto capítulo apresenta-se a caracterização dos agregados familiares, os que foram realojados devido à demolição, quais as suas alegrias e as suas frustrações: se sentem saudades do bairro, se se sentem bem integrados nas presentes habitações e quais as suas ambições futuras.

No quinto capítulo, explica-se a metodologia do trabalho utilizada e termina-se com uma conclusão e reflexão finais baseadas em toda a informação consultada assim como nos depoimentos dos “resistentes do Bairro “Salazar”/“Bairro 16 de Março”.

No sexto avançamos com a Sónia Arqueologia do Bairro onde fazemos o tratamento de dados dos inquiridos por entrevistas

Finalmente, no sétimo capítulo finaliza-se com as conclusões e reflexões finais entendidas como adequadas e fundamentais resultantes do presente estudo.

Capítulo 1

Terminada a I República, saída da revolução de 5 de outubro de 1910, que pôs fim a quase 8 séculos de monarquia, inicia-se um período de ditadura militar de cariz nacionalista e antiparlamentar. Em 1932, António de Oliveira Salazar chega ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros, após o Golpe Militar de 1926, chefiado pelo Marechal Manuel Gomes da Costa, e aprova de imediato, uma nova Constituição dando origem ao Estado Novo. A ideologia que sustentava esta política baseava-se em quatro noções elementares: autoritarismo, conservadorismo, nacionalismo e corporativismo, sendo que a última era a mais relevante para Salazar. Estes ideais políticos afetaram rapidamente todos os aspetos da vida em Portugal.

Sendo que há muito que se reconhece que a existência de uma habitação é necessária para a coesão social, poder religioso, económico, governamental coexistiram como forma deste regime deixar a sua marca e de solucionar os problemas habitacionais de então.

1.1 Apresentação do Tema: de 1948 a 1974

Inaugurado a 18 de Maio de 1948 com a solenidade própria da época, as forças vivas da cidade ali celebraram então “*aquele acto de justiça social*”.⁽¹⁾

Numa tarde chuvosa, marcaram presença o então Ministro do Interior, Eng.º Cancela de Abreu, o Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Maria Galhordas, os vereadores, assim como todas as figuras de relevo da instituição militar, do clero, administração pública e sociedade em geral. As então chamadas “forças vivas”, que compunham a oligarquia local de Santarém. Descerrada e benzida a placa e após breve visita ao bairro, “*eram 19h, e a chuva teimava em não parar e devido à hora tardia a visita às casas humildes e simples foi breve*”⁽²⁾, realçando-se que ali estava mais uma “*grande obra do estado*”.

(1) In jornal - *Correio do Ribatejo* – artigo de António Cacho - 22 de maio de 1948, pp. 1 e 8 (anexos III);

(2) *Idem* (anexos III).

Fruto da política de habitação de Salazar, resultou na continuidade da solução do problema de habitação em Portugal iniciado com o advento da industrialização em Portugal, no século XIX. Nos anos 40, a política do Estado Novo é sobretudo virada para a construção de habitações para pobres e para a classe média, surgindo assim as habitações de baixo custo (para os pobres “de bons costumes”) e as casas económicas (para os quadros apoiantes do Regime).

A habitação social representa uma das estratégias fundamentais da providência estatal. O direito à habitação (...) *“força o Estado a uma intervenção em nome dos cidadãos menos favorecidos em termos habitacionais, tentando deste modo reduzir a sua situação de exclusão (Augusto: 2000)”* ⁽³⁾.

O programa de casas para pobres definiu os parâmetros fundamentais da intervenção do Estado na promoção da habitação social, com vista à *“solução do problema da habitação das classes trabalhadoras”* (França: 1981).

As condições de acesso à habitação social indicam, sem necessidade de qualquer pesquisa empírica adicional que a pequena percentagem da população portuguesa abrangida pela promoção pública direta não incluiu os mais necessitados. Os mais pobres dos pobres ficavam de fora. Também na atribuição das casas *“à semelhança do que sucedeu no resto do país, houve grandes diferenças na qualidade dos fogos. (...) Como os meios financeiros postos à disposição das políticas públicas de habitação social foram insuficientes, só uma pequena parcela dos excluídos pelo mercado viu o seu problema do alojamento resolvido”* (Pereira e Fernandes: 1981).

Esta evolução significou, por isso, um alargamento progressivo da área de intervenção do poder local, quer direta enquanto promotor, quer indireta através da criação das condições para a promoção social de outras entidades.

O problema habitacional precisava de ser solucionado. As dificuldades da população eram amplas e os mais pobres não acediam ao mercado do arrendamento particular porque o que auferiam não era o suficiente para resolverem a carência habitacional pelos seus próprios meios. Seguindo, então, as diretrizes do Governo, o Executivo escalabitano, em reunião de 27 de novembro de 1944, contraiu um empréstimo para construção de habitações

(3) In: IV Congresso de Sociologia (2000). Augusto, Nuno Miguel: *“Habitação social –Da intenção de inserção à ampliação da exclusão”*, Coimbra.

“para pobres”. A 10 de abril de 1946 deliberou a aquisição dos terrenos necessários em Monte Cravo para a construção de um bairro “para pobres”. Foi assim decidido que o local seria uma colina distante do centro da cidade em que só existia uma serventia entre quintais e barracas, o designado Monte Cravo, ou “*Monte dos Corvos ou Monte dos Cravos. Na Idade Média era lugar de foreiros, minorias étnicas e religiosas*”⁽⁴⁾ (Beirante:1980).

O local era considerado um dos miradouros mais belos da cidade mas também um sítio dado a vícios e maus costumes. Como narrou um semanário regional, aquele “*era um local privilegiado para poetas e pintores palco de grandes paixões onde os jovens pares românticos da cidade ali se refugiavam para aí satisfazerem o fruto das suas paixões*”⁽⁵⁾. Coisa reprovável à época. Assim o regime resolvia dois problemas de uma só vez. Acabou com o local de más virtudes e deu-lhe uso considerado justo e apropriado aos comportamentos que impunha. Construiu casas para acolher as famílias pobres longe da cidade e pôs termo a libertinagens.

1.2 De 1974 a 2011

Após o 25 de Abril de 1974, a gestão dos municípios foi da responsabilidade de Comissões Administrativas até à realização das primeiras eleições autárquicas livres, que decorreram em 1976. Em Santarém e sob a presidência do Dr. Francisco Pereira Viegas, na reunião do Executivo Municipal de 3 de Outubro de 1974, foi decidido alterar a toponímia ligada ao Estado Novo, e renomeá-la com nomes ou datas ligadas à democracia. E isto, porque “*a memória colectiva necessita de uma inscrição topográfica, quer para se afirmar, quer para perdurar*” (Piscarreta e Vidigal:2010). Um pouco à semelhança do que se passou noutros locais do país, “*os eventos políticos relacionados com o novo regime, ficam assinalados na toponímia local*” (Piscarreta, Vidigal: 2010). E assim o Bairro “Doutor Oliveira Salazar” passa a Bairro “16 de Março”. A democracia era recente e talvez por isso os moradores não foram auscultados sobre esta mudança. Ainda hoje poucos sabem que a data de 16 de Março de

(4) In: Beirante, Cândida (1980) – Santarém Medieval, pp. 158 e 219

(5) in: Jornal Correio do Ribatejo – artigo de António Cacho – 22 de maio de 1948, pp. 1 a 8 (AnexosIII).

1974, também designada por “Levantamento das Caldas” ou “Revolta das Caldas” foi uma tentativa de golpe de Estado falhada antes do 25 de Abril de 1974, onde esteve envolvido um militar natural da cidade.

Durante anos o estado de degradação das casas motivou reclamações dos arrendatários e constantes pedidos de reparações e obras de conservação. Conforme refletem as palavras de um dos moradores mais jovens “a Câmara sempre errou relativamente ao Bairro Salazar” (JC-2013-03-18-Ent 6). Já os mais velhos preocupavam-se em fazer as obras de conservação necessárias: “Se não fossem os moradores a fazer as obras o bairro não tinha sido cuidado (FBC-2013-02-07 – Ent 11)”.. “Eu andava sempre a arremendar aquilo, eu era pedreiro, e atão mais ou menos ia mantendo aquilo (OR-2013-03-29-Ent 8)”. E eram os moradores que reparavam as casas, mesmo quando eram reparações da obrigação do senhorio.

Conforme documentos analisados, o município, entre 2005 e 2007, fez várias intervenções para debelação das situações que apresentavam maior perigo. Constitui-se uma equipa de intervenção rápida que dava resposta às queixas dos moradores. Mas os problemas eram muitos e nenhuma intervenção de fundo foi tomada; daí a degradação ir-se acentuando, principalmente quando as condições climáticas eram mais adversas. Algumas casas foram destruídas por um incêndio motivado pelas deficientes condições elétricas das habitações. Mas este incêndio levantou algumas dúvidas aos técnicos da Proteção Civil, que acabaram por concluir que foi motivado pela degradação das instalações. Mas os moradores tinham opinião contrária. Nas palavras de alguns foi “*provocado pelos ciganos*” (FBC-2013-02-07-Ent 11).

Até ao 25 de Abril de 1974 a população do bairro era homogénea. Após essa data a etnia cigana chegou ao bairro. Instalou-se o estigma e a desconfiança. Eles eram diferentes. Eram um grupo patrilocal, todos da mesma família, tinham a mesma origem e a mesma tradição cultural comum, com uma consciência de pertença ao grupo e com uma estratégia de sobrevivência face à ciganofobia dos “paitos” ou “gadjés” ⁽⁶⁾, (Bastos: 2007).

(6) “Branços” ou “senhores”.

A convivência não foi fácil. Ocorreram algumas agressões e o ambiente, até aí pacífico, segundo contam, passou a deteriorar-se. Quebraram-se laços de vizinhança e a desconfiança instalou-se.

A Câmara sabia que tinha de dar uma solução ao problema. Sabia que tinha de lidar com a diversidade e assegurar a igualdade de tratamento perante essa especificidade, assim como resolver o grave problema estrutural do bairro. Foram então apresentadas várias propostas de resolução. A que ganhou mais força foi a da construção de um novo bairro, com um perfil mais adaptado aos tempos atuais. Foram consultadas várias empresas construtoras, assim como um projeto da autoria de técnicos da autarquia. Mas nada se concretizou.

O Município acabou por decidir que a solução mais viável e célere era a da demolição do bairro, pois considerou que as pessoas viviam em condições sub-humanas, e aproveitou as 84 casas sociais recém-construídas no município, 45 delas no novo Bairro de Vale de Estacas, na Rua Nova do Bairro 1º de Julho. Estas casas haviam sido construídas com apoio estatal, através do Instituto Nacional de Habitação, com base num Acordo de Colaboração de 1999. Todos os moradores se mostraram interessados em residir neste novo local que, apesar de ser longínquo, relativamente ao velho bairro, tinha muitas vantagens e melhor qualidade de vida. O novo bairro está integrado numa zona de crescimento urbano da cidade, onde existem grandes superfícies comerciais, restaurantes de pequena e grande dimensão e pequeno comércio diverso. É servido por uma boa rede de transportes públicos e fica a poucos metros da estação ferroviária. Situa-se perto do Hospital Distrital, que possui casa mortuária, é servida por consultórios médicos com praticamente todas as especialidades, centros de reabilitação e fisioterapia, um Centro de Saúde e várias farmácias. Tem zonas de lazer como jardins e passeios preparados para pedestres, uma Sociedade Operária (Associação Cultural e Recreativa de Vale de Estacas) e uma Sociedade Columbófila (Grupo Columbófilo Scalabitano), pontos de encontro de muitos moradores dos dois bairros sociais ali implantados, e não só. Ali se juntam os moradores do bairro velho de Vale de Estacas, da Rua Comandante José Carvalho, com 36 fogos e construído em 1976 e agora o novo bairro da Rua 1º de Julho, assim como de algumas habitações particulares da vizinhança. A recolha de lixo é diária e há muitos

lugares de estacionamento automóvel gratuito. Também é servido por igrejas católicas e templos de cultos evangélicos.

Como o Município não tinha resposta para todos os moradores, 10 foram realojados em casas arrendadas a senhorios privados com verbas do renomeado Instituto da Reabilitação e Habitação Urbana. ⁽⁷⁾.

Algumas dessas casas estão localizadas perto do antigo bairro. A Câmara tentou evitar a quebra de laços familiares ou de amizade e de toda a rede de apoio solidificada com os anos. Conforme as palavras de uma das entrevistadas, *“da minha casa vejo o bairro” (...).“e tenho muitas saudades dos tempos que lá vivi, apesar desta casa ter melhores condições”* (ES-2013-03-03-Ent 3).

Num processo de realojamento há sempre que acautelar ocupações indevidas. E a Câmara de Santarém teve esse cuidado, emparedando as casas conforme iam ficando devolutas. O realojamento de todos os moradores foi um processo delicado porque a maioria das pessoas eram muito idosas, muitas delas sem rede familiar de apoio, além de todos sentirem dificuldades económicas para poderem contratar um serviço profissional para o efeito. Alguns fizeram-nos pelos seus próprios meios, outros com o recurso a amigos e familiares e uma minoria com o apoio da Junta de Freguesia.

Após o realojamento de todos os moradores o bairro ficou desabitado e pronto a ser demolido. O processo de arrendamento e de realojamento definitivos durou um ano.

Após tentativa de venda em hasta pública em 2010, por um milhão de euros, devido à crise financeira e falta de interessados o bairro acabou por ser demolido em 2011.

E assim, “Morreu o Monte Cravo dos poetas, sonhadores, dos visionários do turismo”. ⁽⁸⁾

1.3 Relevância do tema

Compreender a evolução das cidades, no caso específico da cidade de Santarém, sentir como essa evolução faz parte das vidas dos seus atores,

(7) Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Santarém e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, de 31 de Julho de 2011, para o financiamento ao arrendamento ao abrigo do Programa Prohabita.

(8) *In: Jornal - Correio do Ribatejo – Nº 2978 de 22 de maio de 1948, pp 1 a 8 (anexos III).*

recolher do baú das memórias as suas estórias, aquelas que não vêm nos livros mas fazem parte do seu património imaterial, com ritmos e tempos diferentes, é relevante para a moldagem do tema a tratar. *Essa existência de temporalidades constitui uma característica da memória popular, da cultura oral popular, e assinala o profundo fosso que a separa da história das elites, da memória da cultura letrada desenvolvida pelo sistema escolar. Medido em termos de acontecimento, conjuntura, estrutura – na versão clássica das durações de Fernand Braudel (Vidigal: 1996, p. 19, cit Braudel, 1972), ou hierarquizando em tempo do dia-a-dia, tempo da vida do indivíduo e tempo das instituições – no modelo de Anthony Giddens (Vidigal: 1996, p.19 cit Giddens, 1972, p. 38 e sg) – o tempo histórico é sempre demarcado, cronológico e sequencial. Ao contrário, o tempo camponês tradicional é medido em termos de um agora (presente), de um antes (passado recente) e de um noutros tempos (passado remoto) que se mesclam de modos inesperados (...)* (Vidigal: 1996, p. 19).

Também a capacidade para criar e manter comunidades coesas é fundamental, se entendermos que um dos principais laços de inserção se encontra exatamente nas filiações que os envolvidos conseguem estabelecer e manter junto delas.

No entanto, os cenários traçados pela habitação social têm-se distanciado desta necessidade, demonstrando uma incapacidade sistemática em envolver os atores, em ouvi-los, em recolher as suas estórias de vida, subestimando a importância das comunidades e apostando claramente numa estratégia individualizada e administrativa de atribuição de fogos. Por outro lado, em política, ainda que apresentando a vantagem de, massificadamente, eliminar situações objetivas de pobreza habitacional, amplia significativamente as componentes subjetivas da exclusão: *“A habitação social acaba por refletir claramente a crise do Estado Providência, quer do ponto de vista financeiro, quer de eficiência e eficácia, quer de legitimidade. O cumprimento dos seus objetivos acaba por se demonstrar contraproducente do ponto de vista social, produzindo objetos que, pela sua própria natureza intrínseca, potenciam e evidenciam a pobreza e a segregação” (...)* *“A incapacidade financeira das autarquias e/ou dos organismos de providência para expropriar espaços valorizados da cidade para a construção destes bairros constitui, à partida, um dos elementos-chave para a afirmação de um processo potencializador da*

exclusão, contribuindo para um reforço da estratificação urbana”. (...) “Os bairros sociais acabam por reconstituir espaços de aglomeração da pobreza urbana, concentrando no seu interior os principais grupos de risco e contribuindo para uma interiorização da exclusão, com consequências previsíveis, inclusivamente, na socialização para o desvio. Não estranha, portanto, a associação que mecanicamente as populações urbanas estabelecem entre bairro social e desvio, criminalidade ou delinquência. A somar ao forte sentimento de segregação (e provando que a mera integração urbanística não é suficiente), internamente o bairro reproduz sentimentos de exclusão e bloqueios à formação de um espaço relacional, visíveis, quer na construção negativa das identidades, quer na obstaculização às sociabilidades. A resposta a uma estratégia funcionalista e individualista de realojamento familiar acaba por ser a própria dissolução da comunidade e a aposta social e simbolicamente construída em torno da casa, como último reduto de identificação num mundo de outros que os atores recusam a assumir como seu Augusto: 2000, pp. 16-18).

O estudo a empreender será um estudo de caso de uma abordagem da história de um dos bairros sociais do município. No caso, o primeiro bairro social municipal de Santarém. Mas um bairro em relação ao qual as pessoas negam a existência de estigma, discriminação e miséria. Pobres mas honrados. Foi o que transmitiram nas entrevistas.

A forma como as pessoas viviam o bairro, como aceitaram o realojamento, como organizaram as novas famílias, como se adaptaram às novas tipologias, ao novo espaço, etc., será relevante para estudos futuros. A sua história e as suas estórias irão enriquecer toda a história local material e imaterial. O Diagnóstico sociocultural, as problemáticas e as motivações dos residentes e do município, as suas relações, etc., poderão tanto a nível nacional e quiçá europeu, serem uma mais-valia porque foi um bairro que nasceu, cresceu e morreu com alguns dramas, conflitos e revoltas tanto dos que lá viveram, como da comunidade em que está inserido.

Em muitos congressos internacionais de habitação social cada vez mais se valoriza o estudo de caso, em especial, daqueles que são completamente desconhecidos aos olhos de quem está de fora e habituado a outras experiências e desafios.

Sendo que a questão dos bairros sociais está sempre rodeada de fragilidades, fracassos e alguns sucessos, julga-se, também, que é mais uma forma de desmistificar certos preconceitos e o destapar de certas realidades, algumas cómodas e outras em oposição.

1.4 Dificuldades enfrentadas

Muitas foram as dificuldades que surgiram no decurso deste estudo. Estávamos perante uma população de idade muito avançada e de baixa escolaridade ⁽⁹⁾. Fomos confrontados com a mortalidade, a relutância em emitirem opiniões, experiências e vivências, problemas de sociabilidade, alcoolismo, dificuldades motoras e mentais e a desconfiança sobretudo dos agregados unifamiliares.

A morosidade de recolha de dados dependeu do estado de saúde físico e mental dos inquiridos, dos seus horários pessoais, horários dos tutores, etc.

É preciso frisar que o Município não permitiu a reprodução e divulgação documental do arquivo corrente, além de que parte do acervo arquivístico não está presentemente acessível ao público, porque está num processo de conservação, restauro, tratamento, catalogação e digitalização.

1.5 Objetivos

O objetivo do presente trabalho é o de problematizar os realojamentos não só do ponto de vista das fontes documentais, mas também das fontes orais. Perceber até que ponto foram ou não bem-sucedidos. Abordar o porquê da construção deste bairro. Caracterizar as pessoas que lá viveram e recolher as suas estórias e vivências ao longo dos anos.

No estudo tenta-se contrariar o mito urbano de que quem vive em bairros sociais tem de ser infeliz, não tem autoestima e autoconceito, que não gosta de trabalhar e é subsídio-dependente.

Ou seja, darmos a conhecer não só o bairro em números e história como também as “estórias” dos que lá viveram, os seus constrangimentos e sucessos. *“A entrada na União Europeia, a globalização, com o dinheiro que isso trás,*

(9) Como envelhecimento físico e cerebral.

obriga à “crescente mobilidade social e geográfica (...) é gerador da perda da memória social” (Vidigal:1996, p. 35). “Mas essa memória social não se pode perder e deve-se perpetuar através das gerações. Ela incide sobre o passado dos inquiridos, sobre aspetos da vida social (...) sobre a história do vivido” (Vidigal: 1996, p. 21).

A sociedade europeia atravessa um período de crise, e segundo as novas regras emanadas tanto pela União Europeia como pelo governo, está na agenda política o repensar a habitação social, pois, tal como muitas vozes afirmam, esta terá de ser sujeita a um novo paradigma daí juntarem esforços e contributos sobre como construir um futuro melhor nesta área. Este será o nosso contributo, com o estudo de caso do Bairro “Salazar”/Bairro “16 de “Março” de Santarém. Os resultados obtidos servirão desejavelmente para a avaliação de diferentes fases de um processo de intervenção pública em Habitação Social, tipo de estudos que ainda não fez escola no nosso país –e não por falta de (inúmeras) situações concretas para analisar.

Capítulo 2

2.1 Estudo de caso

Como esta abordagem metodológica se se debruça sobre uma situação específica e que se supõe ser especial, optámos por uma investigação de carácter qualitativo como o estudo de caso. Procurámos compreender, analisar e enunciar aspetos específicos procurando descobrir a que há nela de mais essencial e mais característico. *“Este método permite-nos definir os tópicos de investigação de forma abrangente, quando queremos considerar a influência do contexto de ocorrência do fenómeno em estudo e quando queremos socorreremo-nos de múltiplas fontes de evidências (dados)”* (Yin: 1993).

Yin (1994), define “estudo de caso” com base nas características do fenómeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. Para este autor, o estudo de caso é um processo de investigação empírica com o qual se pretende estudar um fenómeno contemporâneo no contexto real em que este ocorre, sendo particularmente adequado ao seu uso quando as fronteiras entre o fenómeno em estudo e o contexto em que ele ocorre não são claramente evidentes. Este autor acrescenta que, pelo facto de muitas vezes ser difícil isolar o fenómeno em estudo do contexto em que ocorre, é normalmente necessário usar múltiplas fontes de evidência (dados) e cruzar (triangular) os diferentes dados recolhidos. Uma outra vantagem é que a *“análise completa que produz permite extrair ideias, ligações entre variáveis e verificar hipóteses”* (Fortin: 1999, p. 166).

No princípio, o investigador possui ideias acerca daquilo que pretende investigar. Contudo, o investigador também deve ter consciência de que a realidade lhe irá dar muitos outros saberes que o fará ter de reformular muitos dos critérios já feitos; dentro da própria conceção de estudo de caso *“que pretende não partir de uma visão premeditada da realidade, mas apreender os aspectos ricos e imprevistos que envolvem uma determinada situação”* (Ludke e André: 1986, p. 22).

O estudo de caso tem certas vantagens, “para além de mostrar a realidade de uma forma bastante profunda (...) também tem a capacidade de alargar o nosso conhecimento, a nossa compreensão, a nossa visão da realidade”. Assentando em Francia et al (2001: p. 169) podemos dizer que o “estudo de caso toma por objeto um fenómeno contemporâneo situado no contexto da vida real, as fronteiras entre o fenómeno estudado e o contexto não estão nitidamente demarcadas e o investigador utiliza fontes múltiplas de dados. No que respeita ao campo, este é menos construído, portanto mais real, menos limitado, portanto mais aberto, menos manipulável, portanto menos controlado.

Capítulo 3 - Fundamentação Teórica

Exercendo funções do Município de Santarém e fazendo parte da equipa que acompanhou a fase final do bairro, liderada pelo então Presidente da Câmara, Dr. Francisco Moita Flores, foi com agrado e bastante apreensão que a mestranda participou numa reunião que decorreu em junho de 2007, onde ficou decidida a demolição do bairro e o realojamento das 20 famílias ali residentes.

Foi, assim, chamada a equipa do Gabinete de Apoio ao Presidente, da Ação Social (composta por profissionais de psicologia, técnicas de serviço social, educadoras sociais e sociólogos), do Departamento de Obras (arquitetos, desenhadores, pedreiros, eletricitas, operários e engenheiros civis) e do Núcleo de Gestão do Parque Habitacional do Município (animadores, arquitetos e administrativos). Tratava-se de matéria delicada e que exigia a intervenção e coordenação de vários serviços, além de uma ou mais pessoas respeitadas por aquele grupo (Bairro “16 de Março”) e que aceitassem, naturalmente, um mediador durante o decurso de todo o processo. Tendo o Presidente transmitido a todos os funcionários a sua opinião pessoal sobre o estado avançado de degradação das habitações e por considerar que as pessoas que lá viviam estavam em situação de completa indignidade, uma vez que foram espoliados da sua dignidade pessoal; os deveres do Estado para com aqueles cidadãos foram desrespeitados, uma vez que regrediram na qualidade habitacional. Para além disso encontravam-se em situação de exclusão social por não possuírem uma habitação condigna e serem já demasiado frágeis para procurarem uma solução pelos seus próprios meios. O fim do “Bairro 16 de Março” foi assim ditado. Tal como os jornais fizeram eco, durante anos, os moradores colocaram faixas pretas em algumas janelas para assinalar o “luto” pelo estado em que se encontravam as casas, propriedade da autarquia. O Município decidiu passar à ação.

Sabendo que as autarquias não possuem meios financeiros suficientes para suportar tudo o que diz respeito à habitação social, o município recorreu ao financiamento através de verbas estatais específicas para apoio ao realojamento. Apresentou uma candidatura ao Programa de Financiamento Prohabita e acabou por celebrar um acordo de colaboração que lhe permite receber durante 12 anos, até 60% do valor de cada renda que paga pelo arrendamento no mercado particular.

Foi assim que se deu início o processo de candidatura e a formalização do acordo de colaboração de 31 de julho de 2009, que permitiu a libertação das verbas comparticipadas, facultando o realojamento de 10 agregados em zonas que contaram com a escolha e decisão de alguns inquilinos. Foram divididos de forma diferente. Oito famílias foram para o novo Bairro Social de Vale de Estacas, 2 para o Bairro da Habijovem, o primeiro construído de raiz pelo Município e o segundo onde foram adquiridas várias casas, todos ao abrigo de um acordo de colaboração de 1999, com o então Instituto Nacional de Habitação, e os outros 10 com recurso ao mercado de arrendamento particular. Desses 10, só 8 provinham do Bairro “16 de Março”, porque 2 decidiram abandonar a habitação social e procuraram soluções pelos seus próprios meios. Tentou-se conciliar as tipologias impostas por lei pelo maior número possível de famílias no mesmo prédio, em especial os mais velhos. Havia que manter os laços de vizinhança. Mas conciliar “números”, legislação e vontades é tarefa difícil e quase sempre alvo de críticas por parte dos intervenientes.

Foi assim que o Bairro “16 Março”, em tempos designado por Bairro “Salazar”, foi sendo desocupado até ficar completamente devoluto. E, finalmente, demolido.

No decurso dos trabalhos houve que conjugar também esforços entre as equipas da Câmara e da Junta de Freguesia de São Nicolau que apoiou alguns moradores sem recursos e sem rede familiar providenciando transporte na mudança dos seus haveres.

Consoante cada habitação ia ficando devoluta a câmara tinha uma equipa que procedia ao seu emparedamento para evitar ocupações abusivas. Até porque já havia experiências anteriores bastante desagradáveis com o derrube por parte de terceiros dos tijolos dos fogos que já se encontravam emparedados e que eram ilegalmente ocupados. O avançado estado de degradação e da completa falta de higiene não os demoveu de se servirem desses fogos.

Passou assim a haver um contato chegado com os moradores e uma das impressões mais interessantes é a do amor com que falavam do bairro, revelando aspetos socializadores comunitários. Do local, da paisagem, dos vizinhos, da família ali criada, dos seus entes queridos que viram partir, uns mais novos e outros mais velhos, dos momentos felizes e dos momentos infelizes. Houve uma destas estórias que dificilmente será esquecida pelo sofrimento com que marcou a família. Uma das entrevistadas perdeu um filho num acidente muito perto de casa. Desde esse dia ela

chora a falta do filho. Todos tinham as suas estórias, tal como um dos senhores que não aceitou ser realojado pela câmara. Tinha animais e sendo eles a sua família nunca iria aceitar um espaço onde não pudessem estar.

As rendas das novas habitações foram mal recebidas pelos arrendatários. Muitas eram de 50 cêntimos e passaram para duzentos e muitos euros. Tudo graças ao facto de a câmara ter abdicado do aumento de rendas durante muitos anos como forma de compensar os moradores pelo mau estado de conservação do bairro, e por serem eles a efetuar muitas obras de reparação. Eram eles que se substituíam ao senhorio. Nas novas casas, e até por imposição legal do Instituto da Habitação assim como do estatuído legalmente, houve que aplicar a renda em conformidade com os rendimentos dos agregados familiares. Apesar de todos serem considerados agregados carenciados e viverem em condições de grave carência habitacional, o facto é que a renda é apurada em função do rendimento total do agregado, por isso, quem mais rendimentos auferir, mais paga. Claro que isso não foi bem compreendido nem bem aceite. Ir morar para o lado de um desconhecido que paga uma renda de quase 5 euros e eles terem rendas muito superiores, fez e faz com que muitos continuem a mostrar o seu desagrado e continuem a contestar os valores fixados.

E são estas estórias que nos vão fazer compreender como é que eles vivenciaram o processo, como lembram o passado e como sentem a cidade. Tentar perceber as práticas culturais do bairro, se este realojamento foi ou não bem-sucedido ou até sofrido, se as expectativas dos moradores foram ou não satisfeitas, se têm ou não saudades do bairro, é aí que este trabalho se vai desenvolver. Tentámos compreender a "zona de confluência" onde se cruzam e interpenetram as relações de força entre os agentes locais, as ligações entre estes e as organizações de poder político e as formas de promoção da representatividade dos moradores junto dos organismos estatais. Compreender, também, memórias coletivas e memórias individuais e a forma como elas refletem o tempo, a história e estórias.

3.1 Problemáticas na construção dos bairros sociais

Quando falamos em problemáticas na construção dos bairros sociais, não podemos ignorar os primórdios da habitação social na Europa. A questão

habitacional constitui uma problemática já antiga da história das cidades, mas foi com a revolução industrial e o processo de urbanização que essa problemática adquiriu contornos quantitativos nunca antes delineados. As migrações para as grandes cidades em busca de uma vida melhor, os baixos salários e a lógica de mercado aplicada à produção imobiliária urbana foram responsáveis pela constituição de um quadro de grande precariedade das condições habitacionais, num contexto de urbanização acelerada.

No século XIX surgem as vilas e cidades operárias, como resultado de ações filantrópicas e experiências de investidores. Tal também sucedeu em Santarém. Em Inglaterra, surgem as vilas operárias inglesas industriais nas cidades de Bradford, Halifax e Leeds. Berlim promoveu espaços residenciais através de cooperativas desde 1847. Muitos dos consórcios cooperativos mutualistas, especialmente os ingleses ⁽¹⁰⁾, apostaram em operações sociais imobiliárias promovidas por pequenos investidores.

Em Helsinkia, na Finlândia, foram construídas as primeiras habitações públicas em 1909. Em Viena ⁽¹¹⁾ surgem os conjuntos habitacionais multifuncionais havendo já a preocupação de nesses espaços existirem vários equipamentos sociais, como centros educativos, unidades de prestação de serviço de saúde, creches, atividades culturais (cinemas, teatros, etc.), centros desportivos assim como centros comunitários, os chamados *Gemeinbauten* (edifícios municipais). A II Guerra Mundial provocou tempos de penúria e fez com que grande parte da população austríaca se mudasse das cidades para o interior onde se alojaram em construções ilegais, os *wild settlements*. Finda a guerra, parte da população regressou ao local de origem e aí se organizou em cooperativas e se construíram moradias segundo o modelo das cidades/jardim. A experiência de *Rot Wien*, a “Viena Vermelha”, transcende em muito o campo da política habitacional. Não seguiu o modelo soviético saído da revolução e constituiu uma referência de abordagem holística no campo de política social. Mas não podemos desligar a modernidade da *Rot Wien* da escola alemã da Bauhaus. Tendo como fundador Walter Gropius, esta escola procurou projetar a construção de casas populares baratas e funcionais através da separação daquilo que é meramente arbitrário do

(10) Apelidadas de *building societies*.

(11) O programa de habitação social da Viena Vermelha era, na verdade, não apenas um programa social setorial, mas sim o ponto central de articulação de todo um projeto de desenvolvimento de uma cultura da classe trabalhadora socializada.

que é essencial e típico, possibilitando ao espírito criativo a construção de habitações com o recurso às bases tecnológicas já ao dispor da sociedade.

Após a II Guerra muitos povos emigraram, na sua maioria de uma forma ilegal, para os grandes centros, participando na reconstrução desses países. São vários os estados que se envolveram no suprimento das dificuldades habitacionais com a construção de habitações públicas na Europa. Temos, assim, as HLM em França, Local Authority Accommodation na Irlanda, Miljonprogrammet na Suécia, Council house no Reino Unido. Em França, temos o caso dos portugueses, observado por Bourdieu, que nos anos 60 constituíram os *bidonvilles*, em especial nos arredores de Paris, como em Champigny-sur-Marne, onde se alojaram cerca de 10 000 pessoas. O governo francês acabou por dar uma resposta construindo blocos de apartamentos até aos finais dos anos 70.

O êxito obtido no âmbito dos programas de habitação social no pós-guerra. Deve-se, em muito, ao Plano Marshall, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, para a reconstrução dos países aliados da Europa. Só Estaline recusou o apoio deste plano porque o viu como uma ameaça à sua política.

3.2 Exclusão e bairro social

Quando se fala em bairro social associa-se a ideia, de um modo geral, à pobreza. Como diz Bruto da Costa (2002) *por vezes a “exclusão social” parece um nome “moderno” para falar da pobreza, por se tratar de um termo “mais vago e, por isso, politicamente menos comprometedor”. Mas o conceito de exclusão não substitui o de pobreza pelo contrário complementam-se.*

A construção dos chamados bairros sociais tem levantado um conjunto interessante de questões no que concerne à eficácia e eficiência das políticas de habitação social. A forma generalista como as especificidades destes espaços têm sido tratadas reflete-se na crescente incapacidade para gerir as suas relações internas. Por outro lado, a habitação social não tem contribuído para uma lógica, nem de integração, nem de inserção urbana dos grupos mais desfavorecidos. A construção destes espaços surge geralmente de forma descontínua em relação ao crescimento urbano, criando sentimentos de segregação e de exclusão. *A guetização é, muitas das vezes, a principal consequência de todo este processo.*

(...) *Para além de excluídos das vantagens do centro, os residentes estão igualmente afastados dos processos de decisão, isto é, desinseridos* (Guerra, 1994).

Também, *“as fragilidades do ordenamento, assim como as características arquitetónicas e sociais rapidamente ganham contornos simbólicos que facilmente conduzem a uma estigmatização dos bairros sociais. A negativização das identidades relativamente ao bairro e o sentimento de exclusão convertem-se em características centrais deste processo de estigmatização”* (Costa: 1994, pp. 36-43). *“Os obstáculos à emancipação e autonomia destes atores multiplicam-se. O modo como o indivíduo se relaciona no seu espaço e o modo como constrói a sua identidade, dificilmente geram uma participação dos atores. O indivíduo não defenderá o seu espaço se não se identificar com ele e dificilmente porá em marcha uma iniciativa coletiva se carecer de relações de sociabilidade regulares* (Augusto: 2000).

A *“exclusão social”* que até parece um nome *“moderno”* para falar da pobreza, por se tratar de um termo *“mais vago e, por isso, politicamente menos comprometedor”* (Costa:2002). Para Bruto da Costa *“o conceito de exclusão não substitui o de pobreza pelo contrário complementam-se”*. Mas, e como veremos mais à frente, o autor refere que há uma exceção perante a visão deste problema.

A intervenção do Estado no sector da habitação tem tendido para a criação de espaços na cidade, geralmente sob a forma de bairros, os chamados *“bairros sociais”*. *O problema da habitação surge entre o quantitativo (pela necessidade de extinguir massificadamente os bairros de barracas sobretudo nas grandes cidades como é apelo do D.L. nº 163/93) e a qualidade dos espaços a serem ocupados pelo seu público-alvo* (Augusto: 2000).

De um modo geral, *os bairros sociais são, para além de espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados por uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade. Representam uma monofuncionalidade residencial, colocando-se longe dos centros económicos, sociais e culturais da cidade (contribuindo para a sua visibilidade e estigmatização) e carenciado de estruturas coletivas* (Guerra, 1994; Pinto, 1994).

Tal com define Paula Almeida (1994), *“a apropriação do espaço significa a forma como o homem interioriza a imagem desse espaço e como age, reage e o interpreta e que se exprime, essencialmente, nas relações que os indivíduos com este estabelecem”*.

No entanto “a formação de uma identidade coletiva (...) não se forma administrativamente, nem se regula geograficamente. (...), pelo contrário, o bairro, a identidade coletiva, são assim o estabelecer de todo um complexo de relações imaginárias do homem com o espaço que diariamente percorre (...)” (Almeida, 1994) carateres exteriormente atribuídos ao bairro. Os motivos da estigmatização externa são igualmente reconhecidos no seu interior.

Quem vive no exterior não simpatiza com o bairro. “Os bairros são geralmente criticados pela sua vizinhança, insegurança e demasiada intimidade nas interações locais, que perturbam a intimidade da cada família” (Guerra, 1994). Mas será que essa é a realidade?

3.3 Identidades e Realojamento

Teresa Costa Pinto considera que existe um “desgosto” pelo bairro, que se afirma paralelamente a um “gosto” pela casa. Os níveis de satisfação pela casa compreendem-se “se pensarmos na precariedade das condições habitacionais anteriores ao realojamento”.

À nova dimensão representada pelo “prédio” na análise das identidades acresce-se, na análise das sociabilidades, a dimensão mais próxima - o andar residencial. Recorre-se, uma vez mais, à ideia deixada por António Fonseca Ferreira (1994) ao analisar as sociabilidades em bairros deste tipo, cuja aplicabilidade no presente caso se verifica claramente “os indivíduos relacionam-se com aqueles com quem são obrigados a residir. O prédio e o andar acabam por construir a representação física dessa realidade”.

O critério de proximidade na construção das relações de vizinhança reflete-se no quotidiano dos residentes. Quando as condições climatéricas o permitem, as relações entre os vizinhos estabelecem-se essencialmente nos pátios exteriores dos prédios, onde se concentram, muitas vezes até tarde (sobretudo no verão), os vizinhos do mesmo prédio. Os dois largos do bairro ficam vazios, deixando desocupados os bancos aí colocados e cuja intenção seria a de motivar o encontro entre os residentes: a sociabilidade reformula os espaços.

O realojamento dos indivíduos é, assim, frequentemente apresentado como um choque traumático que resulta de uma degradação das relações de vizinhança

anteriores. As relações de vizinhança no bairro constroem-se essencialmente após a ocupação dos fogos, anulando muitas das relações de vizinhança anteriores. Ainda que exista uma grande homogeneidade de percursos individuais e, nomeadamente, de locais de procedência, de naturalidade e de profissão dos residentes, nem sempre estes percursos são tidos em linha de conta e, pelas razões já apontadas, predominam as razões economicistas. *“As exigências sociais de um processo de realojamento ganham especial importância quando ponderado todo um conjunto de fatores que potenciam a exclusão social, concebida não no sentido tradicional da mera exclusão económica, mas como um processo de marginalidade caracterizado por uma quebra sistemática dos laços sociais dos atores. A capacidade para criar e manter comunidades coesas é, neste caso, fundamental, se entendermos que um dos principais laços de inserção se encontra exatamente nas filiações que o ator consegue estabelecer e manter junto destas comunidades. No entanto, os cenários traçados pela habitação social têm-se distanciado desta necessidade, demonstrando uma incapacidade sistemática para envolver os atores, subestimando a importância das comunidades e apostando claramente numa estratégia individualizada de “atribuição de fogos”. Por outro lado, ainda que apresentando a vantagem de, massificadamente, eliminar situações objetivas de pobreza habitacional, amplia significativamente as componentes subjetivas da exclusão”.* (Augusto: 2000).

3.4 Pobreza e Exclusão Social

A palavra etnocentrismo *“é a designação técnica que o nosso grupo é o centro de tudo e a base de referência a partir da qual categorizamos e classificamos todos os outros”.* (Bastos:2007-p.10 *apud* Sumner, 1906 *in* Tajfel, 1982.p.366).

E é através desse grupo que *“catalogamos”* todos os que são diferentes ou desconhecidos para nós. Esta forma de pensar afasta o outro. Exclui-o.

A Organização Internacional do Trabalho (2003-p.17) define que *“por pobres devem entender-se as pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do nível de vida minimamente aceitável do Estado membro onde residem”.*

Mas ser pobre não é só ter falta de recursos. É não ter poder, ter dificuldades em se fazer ouvir, não ter acesso à educação, à cultura e ao conhecimento. Não conseguir resolver questões burocráticas impostas pelo Estado, não conseguir alcançar níveis mínimos de bem-estar e de dignidade o que resulta muitas vezes em baixos níveis de autoestima e autoconceito. *“O fenómeno da pobreza resulta do processo de desenvolvimento económico através de critérios económicos e sociais mais exigentes. Por exemplo quando se exige uma qualificação profissional exigente necessária à execução de algumas tarefas não tendo em conta uma proteção social e política está-se de certa forma a fazer exclusão social. (...). A noção de “exclusão social” pertence à perspetiva própria da tradição francesa na análise de pessoas e grupos desfavorecidos (...)* (Costa: 1995)”.

Como destaca Pierre Bourdieu (2007) as formas modernas da miséria social revelam um mundo em que a violência exercida pelas classes dominantes sobre os indivíduos oculta estruturas económicas e sociais que tornam a vida dolorosa. Mesmo insuportável. *“Por vezes a “exclusão social” parece um nome “moderno” para falar da pobreza, por se tratar de um termo “mais vago e, por isso, politicamente menos comprometedor”* (Costa: 2008-p. 20).

Vejam os casos dos ciganos. Sujeitos a um trauma histórico *“desde que Gil Vicente, O Plauto português, fez representar a sua “Farsa das Ciganas”, perante a corte de D Manuel I, em Évora, em 1521, até ao final da monarquia (1910), a situação dos ciganos, em Portugal, foi marcada por constantes tentativas de erradicação total ou parcial dos ciganos nómadas, de destruição das famílias ciganas, de apropriação dos seus bens, de promoção de condições desiguais de concorrência económica, bem como, no extremo oposto, mas com idêntica violência, de medidas promotoras de sedentarização e da assimilação cultural compulsivas, as quais se mostraram completamente ineficazes”*. (Bastos: 2007-p.37). *“Os «ciganos» (e os «pretos») ocupam assim o mesmo lugar estrutural-dinâmico e servem a mesma função identitária que Foucault (1961) descobriu que, na Europa, fora primeiro ocupada pelos leprosos, na Idade Média, e mais tarde pelos «loucos», materializando o que é suposto que não queiramos ser. Desse modo, a hétero-representação social dos «ciganos» coincide com a representação salazarista dos «maus portugueses» (e dos «espanhóis», os nossos contrários europeus da península), os quais deviam ser ocultados do olhar dos estrangeiros que nos visitavam, para que não nos envergonhássemos”*. (Bastos: 2007-p.18).

Só em 1980, é que o Conselho da Revolução declara inconstitucionais as normas que discriminavam e excluía os ciganos. E é a partir daí que os começam a ser integrados em habitação social.

Mas existem diferentes tipos de exclusão social. Alfredo Bruto da Costa (2008) definiu *“cinco modos de exclusão social: social, cultural, económico, patológica e comportamentos autodestrutivos. Um exemplo das formas extremas da exclusão social são os sem-abrigo, pois estes são excluídos dos sistemas sociais básicos”*.

Mas, e também nas palavras de Bruto da Costa (2002), *“pode haver pobreza sem exclusão social, como acontecia aos pobres do ancien regime, em que os servos eram pobres, mas encontravam-se integrados numa rede de relações de grupo ou comunidade. Algo semelhante pode passar-se hoje com os pobres do meio rural. Pobreza e exclusão social são, portanto, na perspetiva exposta, realidades distintas e que nem sempre coexistem”*

Atualmente os Estados-Providência estão *“confrontados com problemas novos ou que se aprofundaram fortemente nas últimas décadas, e também com necessidades – algumas das quais criadas por ele próprio – que não correspondem exatamente àquela que foi a sua vocação fundadora”*. Alguns desses problemas são: *o envelhecimento da população e a aceleração dos rácios de dependência, níveis de emprego baixos, mudanças na organização familiar, rutura das formas tradicionais de prestação de cuidados e de integração em grupos primários, a constituição de novos territórios suburbanos degradado, os crescentes fluxos migratórios. A par dessas dificuldades surge o aumento dos padrões de exigência dos cidadãos face aos serviços sociais prestados”* (Capucha: 2005-p. 25-26).

Bourdieu (2007) acredita que esta miséria está em declínio a longo prazo e Capucha (2005) defende que deverá existir uma *“zona de confluência” onde se cruzam e interpenetrem as relações de força entre os agentes locais, as ligações entre estes e as organizações de poder político e as formas de promoção da representatividade dos moradores junto dos organismos estatais”*.

Mas face à crise em que mergulhámos, ao estalar de vários conflitos no mundo, em especial no mundo árabe, face a tantas guerras e guerrilhas, pirataria e terrorismo, corrupção e constantes atropelos aos direitos dos humanos, será que essa zona de confluência é exequível? Será que não nos estamos a tornar mais etnocêntricos?

3.5 Políticas em matéria de habitação social

Todas as pessoas têm direito a um nível de vida condigno. O acesso a uma habitação condigna é essencial para se conseguir esse nível de vida e consequente realização da vida humana, muito para lá da simples subsistência e sobrevivência. A habitação preenche as necessidades físicas ao proporcionar segurança e abrigo face às condições climáticas. Preenche as necessidades psicológicas ao permitir um sentido de espaço pessoal e privado. Por fim, preenche as necessidades sociais, na medida em que proporciona uma área e um espaço comum para a família humana que é a unidade base da nossa sociedade. Em muitas sociedades, preenche igualmente as necessidades económicas, ao funcionar como um centro de produção comercial. O direito do ser humano a uma habitação condigna é um direito que assiste toda a mulher, homem, jovem e criança. Adquirir e sustentar uma casa numa comunidade segura onde possa viver em paz e dignidade é um direito. O direito à habitação é reconhecido como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos do Homem: "*Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência mútua e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade*". (Herea Org: 1969)⁽¹²⁾.

As questões habitacionais assumem cada vez maior relevância estratégica e legislativa em todas as áreas da gestão da habitação e das cidades. São muitas as preocupações da Europa dos 27.

Temos assim a nível europeu o organismo com maior visibilidade Cecodhas Housing Europe, associação parceira da Comissão Europeia, e que congrega cerca de 41 mil entidades que gerem mais de 27 milhões de alojamentos em 21 países da União Europeia. É uma associação sem fins lucrativos que congrega a grande

(12) artº 25, nº 1 da "Human Rights Education Associates" - (HEREA ORG).

maioria dos promotores e gestores de habitação social na União Europeia. O representante português na rede é o Cecodhas Portugal, Comité Português de Coordenação da Habitação Social. Conta com 5 membros interventores em matérias de intervenção e políticas estatais e locais, e que são IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, APHM – Associação Portuguesa de Habitação Municipal, FENACHE – Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica, UMP – União das Misericórdias Portuguesas e IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira). Gerem mais de 100 mil fogos de habitação de cariz social em Portugal, com uma grande dinâmica e sempre ao serviço das populações.

Pautam-se pela defesa do direito a uma moradia adequada e a preço acessível que consideram ser um direito universal, reconhecido a nível internacional e em mais de cem constituições nacionais em todo o mundo.

Outra preocupação do Cecodhas é o envelhecimento da população europeia. A população da União Europeia está a envelhecer e tem mais de 65 anos. Os idosos representam 17% do total da população europeia com estimativa de crescimento para 44% em 2050. A oferta de casas "flexíveis" e acessíveis que podem permitir que os inquilinos se mantenham independentes dentro de suas próprias casas e participar ativamente na vida económica, social e cultural, tem sido o centro do trabalho de organizações de habitação social na União Europeia.

Consideram, também que as pessoas com deficiência devem participar ativamente na vida económica, social e cultural, e é essencial que sejam dotados de um alojamento acessível e de serviços de apoio, que lhes permitam manter-se independentes dentro de suas próprias casas e maximizar o seu potencial. Também a integração dos migrantes continua no topo da agenda política, especialmente quando a crise económica está a afetar primeiro os migrantes recentes com todas as tensões existentes provocando desigualdades e assimetrias contrárias ao pensamento europeu.

A saúde das pessoas depende fortemente do ambiente de vida em que estão integradas. Hoje, essa é também uma das preocupações da Organização Mundial de Saúde, que reconheceu que o alojamento inadequado pode estar na origem de muitas doenças. Muitas vezes, as desigualdades habitacionais traduzem em

desigualdades na saúde. Portanto, garantir condições de habitação decente para todos deve ser parte de qualquer política de saúde pública⁽¹³⁾.

Como disse a representante do partido dos Verdes em França, *“quando a União Europeia discute as desigualdades sociais, a habitação é o grande elefante na sala. É claramente evidente que, a nível europeu, estamos deixando de associar saúde e habitação. Condições de moradia para pobres perpetuam a exclusão social. Mais de 100 milhões de pessoas na União Europeia estão privados de habitação adequada e decente, que é, como o reconhece a Organização Mundial de Saúde, a origem da doença* (Delli: 2012)⁽¹⁴⁾.

Em 22 de janeiro, a Aliança Europeia de Saúde Pública (EPHA) e da Federação Europeia de Habitação Pública, Cooperativa e Social (Cecodhas Habitação Europa) realizou uma conferência conjunta com Urbano do Parlamento Europeu Intergrupo. O evento concentrou-se sobre a relação entre as desigualdades de saúde e habitação acessível e enfatizou que o investimento em habitação de boa qualidade pode trazer retornos em resultados de saúde e ambientais.

Preocupados com o quadro atual consideram que uma população produtiva só e capaz de se recuperar da crise e prosperar com boas condições de trabalho e habitação. Sendo que a habitação é sem dúvida o fator determinante mais importante, só com uma boa habitação se permite que as crianças usufruam de uma vida saudável e segura. Precisa-se de investimento público de boa qualidade, habitação acessível, e esta é uma oportunidade a fim de ajudar a recuperação europeia.

A Comissão Europeia parece disposta a favorecer um melhor gasto público através de políticas de prevenção reforçadas. Os ganhos potenciais com o aumento do gasto social são vastos. Melhor saúde pública, a redução das desigualdades de saúde, habitação mais acessível e melhor, uma melhor proteção ambiental. A criação urgente de um conjunto de normas mínimas para habitação de qualidade, que inclua conforto térmico (tais como calor e ventilação), ligações de transportes seguros, que permitam caminhadas e ciclismo, e um bom acesso aos principais serviços e comida acessível, bem como áreas verdes. Estes são os caminhos a percorrer para melhorar a qualidade de vida de milhões que vivem em cidades.

(13) http://www.cecodhasp.org/index.php/nos/cecodhasp_2013-03-11.

(14) Karima Delli MEP (França, Verdes / ALE), Vice-Presidente do Intergrupo; Reunião Cechodas Housing Europe, Bruxelas, em 22 de janeiro de 2012.

3.6 Os problemas habitacionais em Portugal entre o Século XIX e seculo XXI

A população portuguesa sempre se viu confrontada com problemas habitacionais. Mas foi só na Monarquia Constitucional, em que se verificou a sobreocupação dos bairros medievais, é que “*o Estado criou um conjunto de normas urbanísticas de modo a possibilitar a construção das Ilhas, Bairros, Pátios e Vilas Operárias. Estes locais transformaram-se em zonas de elevada densidade populacional e com condições de habitabilidade bastante reduzidas*” (Paulo, 2008).

Até o final do século XIX, a construção de habitação de baixo custo era da responsabilidade do setor privado, não estando a cargo do governo ou das câmaras municipais.

Mas as condições de higiene e salubridade da maioria das habitações eram muito precárias, pelo que provocaram fortes problemas sociais e de diversa natureza, como por exemplo a propagação das epidemias. O Estado tornou-se cada vez mais consciente da necessidade de controlar as atividades dos promotores privados. Exemplos disto são os regulamentos sobre as condições sanitárias a que os novos edifícios deveriam obedecer, como o Regulamento Geral de Saúde (1901) e o Regulamento de Salubridade do Edifícios Urbanos (1903).

A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, criou umas novas bases que permitiram que o Estado e a sociedade assumissem o compromisso de encontrarem soluções para este novo problema.

É no governo de Sidónio Pais, o Presidente/Rei, nas palavras de Fernando Pessoa, que é publicado o Decreto nº 4137, de 24 de Abril de 1918, que foi um documento doutrinário que apostou no financiamento à construção de habitação própria destinada “*ao alojamento de classes menos abastadas, construídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam as condições de salubridade e preço (...) designados*”. Valorizava-se a casa unifamiliar e isolada, embora se aceitassem os agrupamentos ou bairros. Os bairros teriam iluminação, limpeza semelhante aos outros, fontes, lavadouros, edifícios para escolas e creches e transportes baratos quando estes estivessem afastados dos centros industriais ou comerciais (artigo 25º) e “*nenhuma das casas podia ser vendida por menos do seu custo*” (artigo 26.º). Deveriam ainda ter “*sempre na retaguarda um terreno com*

largura mínima de 4 metros e, sendo possível, um pequeno jardim à frente”; “ruas de largura mínima de 10 metros, pavimento macadamizado ou calçada”.

A construção dos bairros sociais da I República foi continuada a partir a II República, em 1933, através do programa de Casas Económicas (Decreto-lei nº 23 052, de Setembro de 1933). Apesar da legislação de 1918 já ter implicado o Estado diretamente neste assunto, é só a partir de 1933 que se clarifica a intervenção no domínio de *“habitação social”*. Conforme o artigo 1º deste decreto: *“é o governo autorizado a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos”*.

De acordo com Teotónio Pereira (1969), *“o regime chamado de casas económicas criado em 1933, teve aspetos altamente inovadores – acesso à propriedade, seguro de vida, para além do facto, também novo, de se traduzir em empreendimentos programados e realizados”*.

Em 1938, através do Programa de Casas Desmontáveis, o Estado tentou encontrar uma solução barata e definitiva para alojar a população carenciada sem acesso ao programa das casas económicas.

Assiste-se assim a uma grande intervenção do Estado Novo, que em 1945 e por forma a resolver o problema da falta de habitação, aplicando rendas compatíveis com os rendimentos mensais dos agregados familiares, articulando o Estado, Sociedades Cooperativas, Organismos Cooperativos, Instituições e de Previdência, é lançado o Programa de Casas de Renda Económica. Para resolução de agregados com rendimentos mais débeis surge o Programa para Alojamento de Famílias Pobres, cujos promotores eram o Estado, as Misericórdias e as Comissões Administrativas dos Bairros de Casas Desmontáveis.

Em 1947, o Estado avança com o Programa de Casas de Renda Limitada, impõe a fixação de um rendimento limitado, tanto na construção como nos investimentos em propriedade urbana.

Em 1959, mas somente na capital, surge o Programa de Construção de Habitações a Rendas Acessíveis, apoiado pelo Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Gabinete Técnico de Habitação (GTH).

Mas a população crescia nas grandes cidades e em Outubro de 1962 é aprovado o Programa de Casas de Autoconstrução, apoiado pelo Estado, mas em que as casas eram construídas com base apenas na cooperação entre familiares e amigos (prática corrente nos bairros de barracas). Devido ao aumento das

construções abarracadas e de barracas, estes planos tentaram de uma forma rápida erradicar com essa situação., que desagradava às populações mais abastadas e aos governantes (feria a vista).

Mas o problema da habitação subsistia, daí que em Dezembro de 1964 fosse aprovado o Plano Intercalar de Fomento. Estendia-se a todo o país e tinha como promotores o Estado, Cooperativas e Empresas Privadas. Continuava a ter como principal preocupação a resolução do problema habitacional da população carenciada, integrando-a em conjuntos urbanísticos racionais e dotados de equipamentos coletivos.

Surge em 1966 o Plano Integrado destinado à população de menores recursos que não beneficiou dos planos de habitação da Caixa de Previdência ou quaisquer outras instituições semelhantes do Estado; Fundo de Fomento de Habitação (FFH); Câmaras Municipais; Cooperativas; Serviço Municipais de Habitação (SMH).

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 a democracia viu nascer um novo paradigma de organização social e, com ele, uma nova constituição. A Constituição da República Portuguesa, de 1975, que revoluciona todo o pensamento político e social no que respeita à supressão das carências económicas da população, menciona, pela primeira vez, direitos de cidadania. Assim, no seu artigo 65º considera a *habitação como um direito que assiste a todos os Portugueses, cabendo ao Governo criar todas as condições, tomar as medidas, utilizar todas as políticas, programas e meios que permitam que aquele preceito constitucional se torne uma realidade concreta.*

Os Programas de Casas de Renda Limitada, que surgem com Abril de 1974, obrigam à fixação de rendimento limitado. Quer na construção das habitações, quer nos investimentos em propriedade urbana. É mais uma tentativa de fornecer habitação a uma população de menores recursos que não conseguiu acesso às habitações dos anteriores programas e foi pensado para ser aplicado em todo o país.

Em 1974-1976 surge o SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, com o objetivo de alojar a população mais carenciada e residente em barracas, como o da Malaqueira em Évora. Este projeto foi promovido pelo arquiteto Nuno Portas, então secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do II Governo Provisório, e reunia esforços de três partes: arquitetos, que projetavam; entre eles Nuno Teotónio

Pereira, Siza Vieira e Gonçalo Byrne, em que os moradores construíam e o Estado financiava os materiais. Com este programa foram construídos bairros de norte a sul do país de modo a alojar a população residente em barracas. O facto de serem os moradores a construir as suas próprias habitações levou a que alguns projetos não fossem cumpridos ou alterados mais tarde, para aumentar a casa quando a família aumentava. Assim, envolveram-se o Estado, as Brigadas Técnicas e as Comissões locais para a implementação deste arrojado projeto. No Município de Santarém, só na freguesia de Alcanhões é que há um registo de intervenção ao abrigo deste programa ⁽¹⁵⁾. O SAAL consistia em dotar os bairros degradados ou de barracas com infraestruturas básicas, arruamentos, saneamento, abastecimento de água e eletricidade. Permitiu aos residentes o acesso a crédito bonificado, a materiais de construção, a soluções de projeto e ao apoio técnico para a autoconstrução ou melhoria das suas habitações.

Também em 1974 o Programa de Empréstimo às Câmaras Municipais permitiu reduzir a retração do setor da construção, diminuindo as repercussões sobre o emprego e a produção de habitação. Surge o Fundo de Fomento de Habitação (FFH), e as Câmaras Municipais intervêm através dos seus Gabinetes de Apoio Técnico e Serviços Municipais de Habitação e da Caixa Geral de Depósitos (então propriedade do Estado).

O Programa Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDH), também de 1974, tem como função controlar os custos das habitações, a fim de evitar a especulação no setor imobiliário, definindo os custos diretos máximos de construção. Este programa é financiado pelo Fundo de Fomento Habitação (FFH), por Institutos Especiais de Crédito (IEC) e Câmaras Municipais.

Com a descolonização o país enfrenta novo problema ao ter de solucionar o problema habitacional dos portugueses regressados das antigas colónias africanas.

Em 1976, o Programa de Casas Pré-Fabricadas (CAR) tenta encontrar soluções de habitação para os novos habitantes do país, temporariamente instalados em alojamentos provisórios. Também se estava perante a necessidade de estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial do setor habitacional. Assim, o Estado, a Comissão para Alojamento de Refugiados e Empresas Privadas de

(15) Vide: Anexos X.

Construção Civil, com Alvarás emitidos só para esse efeito, foram as promotoras e financiadoras deste projeto.

Mas o país começou a ter outro problema que necessitava de solução urgente e que era o da degradação do parque habitacional urbano. Em 1976, o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) tentou uma solução para problemas a níveis urbanos e habitacionais existentes em todo o país. Consistiu na reparação, conservação e beneficiação de habitações, realização de pequenas obras de infraestruturas, e conservação de bairros municipais. A responsabilidade deste programa ficou a cargo do Estado, dos Particulares, dos Institutos Especiais de Crédito e do Instituto Nacional de Habitação (INH).

Apesar de toda esta produção legislativa, a existência de muitas populações ainda a viver em barracas fez com que o governo lançasse o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), de 1978, que consistia no realojamento da população carenciada residente em barracas e abarracados. Contou com a intervenção do Estado, Câmara Municipal de Lisboa, Instituto Nacional de Habitação (INH), Instituições Particulares de Solidariedade Social e Cooperativas.

Em 1988, surge o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), que consiste na reabilitação de habitações arrendadas como forma de contribuir para a melhoria das edificações urbanas privadas, mas implicando a atualização das rendas das habitações intervencionadas.

Em 1993, surge o Programa Especial de Realojamento (PER) para a erradicação e realojamento da população carenciada residente em barracas. Este programa está direcionado para as grandes áreas metropolitanas do Porto e Lisboa. Os promotores/financiadores são o Estado, Câmaras Municipais, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), Instituto Nacional de Habitação (INH), Instituições Particulares de Solidariedade Social e Cooperativas.

O Programa de Construção de Habitações Económicas (PCHE), também de 1993, promove a construção e venda de habitações a baixo custo pelo Estado, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), Instituto Nacional de Habitação (INH), Cooperativas e Empresas Privadas.

Em 1994, o Programa Iniciativa Comunitária Urbana consiste em aumentar a qualidade de vida urbana e equilíbrio territorial e reabilitar e requalificar a nível urbano e socioeconómico as zonas desfavorecidas. O financiamento a apoios é do

Estado, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Banco Europeu de Investimento, Câmaras Municipais, Instituições Privadas de Solidariedade Social, Entidades Associativas e representantes dos Agentes Económico-Sociais Regionais e Locais.

O Programa da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), desde 1995, estuda e executa obras relativas à urbanização ou renovação de áreas urbanas, colocando no mercado habitacional fogos a preços competitivos e exclusivamente direcionados a jovens. Os apoios vêm do Estado, da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), de Gabinetes Privados e de Empresas de Construção.

Este é seguido pelo Programa de Intervenção Operacional/Renovação Urbana (IORU), que promove a reinserção social da população com problemas económicos e sociais no que respeita às condições de alojamento, renovando as zonas ocupadas por barracas, reabilitando zonas degradadas com o apoio do Estado, Câmaras Municipais, Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH), de 1996, apoia financeiramente a execução de obras de conservação nas partes comuns de edifícios, construídos em regime de propriedade horizontal. Tem comparticipações do Estado, Câmaras Municipais, Instituto Nacional de Habitação (INH) e Privados.

Programa de Reabilitação Urbana (PRU) destina-se à revitalização e à requalificação de áreas urbanas com fortes sinais de degradação, problemas de decadência económica e urbana, desemprego e deterioração da qualidade de vida por forma a evitar a exclusão social e a insegurança. Criou um conjunto de investimentos que contribuem para ultrapassar as carências físicas, económicas e sociais existentes nos empreendimentos habitacionais. É apoiado pelo Estado através do Banco Europeu de Investimentos (BEI). Câmaras Municipais, Unidade de Gestão, Gestor Local e o Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa.

Em 2002, o programa Promover uma Área Metropolitana de Lisboa mais equilibrada, competitiva e sustentável (PROQUAL), tem como base reduzir os desequilíbrios territoriais e as situações de degradação e desqualificação urbanística e social, introduzir dinâmicas de reequilíbrio social, melhorar as condições de

acessibilidade e de mobilidade da população, a criação de emprego local e de condições para novas atividades económicas assim como a conservação/valorização do património cultural Estado e Câmaras Municipais.

O Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA) de 2004, tem como intuito de resolver o problema de carências habitacionais dos residentes no território nacional, requalificar os bairros que foram promovidos em regime de habitação social, ou que tenham sido adquiridos com apoio do Estado, Câmaras Municipais e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

O Programa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, de 2005, visa promover a melhoria da qualidade de vida da população residente em bairros críticos com a criação de novas oportunidades de emprego para os residentes e integração social da população excluída residente nos bairros críticos. É financiado pelo Estado e Câmaras Municipais.

O Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), de 2006, atualiza gradualmente as rendas urbanas habitacionais, permitindo aumentar a oferta de habitações para arrendar, reequilibrando o poder entre o proprietário e o arrendatário. É apoiado pelo Estado, Câmaras Municipais e Comissões Arbitrais Municipais (CAM).

O Programa Porta 65 Jovem, de 2007, regulamenta os incentivos aos jovens arrendatários, estimulando estilos de vida mais autónomos por parte da população jovem, através de apoios no acesso à habitação, promovendo a dinamização do mercado de arrendamento, a estimulação e a reabilitação do edificado e a revitalização de áreas urbanas degradadas, permitindo uma maior eficácia e racionalidade na utilização dos recursos financeiros públicos, simplificando os processos de candidaturas e de atribuição de fogos do Estado, Câmaras Municipais, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e Privados.

O Plano Estratégico de Habitação, 2007 a 2013, clarifica as necessidades de habitação, os recursos disponíveis para famílias, parceiros privados e Estado. Elabora estratégias globais para uma política de habitação e para um processo de planeamento estratégico para a habitação. Os promotores são o Estado, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), Câmaras Municipais e Privados.

Não tem sido por falta de produção legislativa (traduzindo a maior ou menor “criatividade” dos decisores a cada momento) que o direito de cidadania a uma habitação condigna tem sido descurado. Pelo contrário, o excesso legislativo parece

traduzir uma incapacidade de avaliação e um sucessivo insucesso na concretização dos diferentes planos, que acabam por ser geradores de novos problemas.

3.7 Promotores/Financiadores

Em Portugal, a face mais visível da implementação das políticas dos estados é feita através do IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Tem por missão assegurar a concretização da política definida pelo Governo nas áreas da habitação e da reabilitação urbana, de forma articulada com a política de cidades e com outras políticas sociais e de salvaguarda e valorização patrimonial, assegurando a memória do edificado e a sua evolução.

O IHRU tem por missão assegurar a concretização da política definida pelo Governo para as áreas da habitação e da reabilitação urbana, de forma articulada com a Política de Cidades e com outras políticas sociais e de salvaguarda e valorização patrimonial, assegurando a memória do edificado e a sua evolução, conciliar os princípios e os valores do serviço público, com rigor financeiro e uma nova filosofia de organização e funcionamento subjacente à reforma da Administração Pública em curso.

Em matéria de habitação, e através da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, as competências estatais foram descentralizadas tendo às Câmaras Municipais competências para fomentar e gerir o parque habitacional de arrendamento social.

Mas outros tais como IPSS, Cooperativas, etc., também têm o seu papel no que respeita à construção e reabilitação do parque habitacional. Até porque a presente visão da Europa é de fornecer acesso habitação decente e acessível para todos, em comunidades que são socialmente, economicamente e ambientalmente sustentável e onde todos estão habilitados para atingir seu pleno potencial. Mas muito falta fazer para que a teoria corresponda à realidade e o facto é que todos os países da UE dos mais ricos aos mais pobres continuam a apresentar problemas e défices que pretendem colmatar.

As cooperativas de habitação, as Instituições de Solidariedade Social, e empresas privadas certificadas com alvarás e autorizações específicas que lhes permitem ser intervenientes na área, promovem habitação a custos controlados e

também são da rede Cecodhas, no que se refere a habitação a custos controlados. Estes promotores têm acesso a diversas linhas especiais de crédito, que abrangem as várias vertentes do circuito da promoção habitacional, desde a aquisição e infraestrutura de solos, à construção dos empreendimentos e do equipamento social. Constroem, adquirem ou arrendam a habitação própria e permanente com o apoio financeiro do Estado, que concede benefícios fiscais e financeiros para a sua promoção. As cooperativas têm uma benesse fiscal que é uma majoração de 20% sobre as participações.

Terminamos com uma pequena referência à APHM, Associação Portuguesa de Habitação Municipal que é uma associação sem fins lucrativos que congrega municípios e empresas Municipais de promoção e/ou gestão de Habitação Social¹⁶, e tem como objetivo representar os seus associados, promover a realização de estudos e seminários e divulgar toda a informação de interesse para o sector da Habitação Social Municipal. Surgiu como resultado de uma necessidade sentida por parte dos promotores e gestores da habitação social municipal de se agruparem para, em conjunto, trocarem experiências, aferirem estratégias, tomarem decisões e cooperarem entre si para, decisivamente, ajudarem a resolver o problema das carências habitacionais das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa. Fomenta fóruns de discussão e debate nacionais que avaliam e definem quais as melhores estratégias para obtenção de habitações condignas a quem dela necessita e não consiga encontrar uma resposta no mercado, bem como a construção de comunidades sustentáveis.

3.8 Evolução urbana da cidade de Santarém

A história urbana de Santarém, tal como a “*urbanização à escala nacional ou regional (exceptuando quase só o caso particular de Lisboa, capital de impérios), parece ser um fenómeno recente no nosso país; o crescimento dos centros urbanos provinciais não é exuberante*” (Vidigal: 1993, p. 61). Ao longo do século XX, verifica-

(16)<http://www.aphm.pt/Documentos/Censos2011HabitacaoSocial.pdf>_2013-03-27:Apresentam anualmente vários estudos sobre habitação social em Portugal e que são trabalhos de referência para os intervenores de habitação social.

se a existência de uma “*complementaridade entre fenómenos de “urbanização” e de “ruralização”*” (Vidigal: 1993, p. 61).

Durante o século XX, Santarém desenvolve-se em três fases distintas, de coerência interna e ritmos próprios.

O primeiro período circunscreve-se entre 1900 e 1930. O segundo entre 1930 e 1960. E o terceiro entre 1960 e 2000.

No primeiro período o ritmo de crescimento da cidade é lento devido aos problemas económicos e sociais do país, a situação internacional e as dificuldades municipais. Mesmo assim, abre-se a rua Guilherme de Azevedo, a Rua Teixeira Guedes é alargada, constrói-se o Hotel Central (1916-1920), surge o edifício dos Correios, telégrafos e Telefones, CTT (1938).

O segundo período é o mais fértil de todos. O ritmo é rápido e obriga a nova conceção urbanística. Devido ao melhoramento das vias viárias e ferroviárias a cidade começa a acolher forasteiros e é então que se constrói o Teatro Sá da Bandeira (1924), o Mercado Municipal (1930), A Caixa Geral de Depósitos (1933-1935), o Hotel Abidis (1944), o Largo Sá da Bandeira, etc. Surge a Feira do Ribatejo (1954-1993) e criam-se novos bairros a oeste e a norte da urbe. O salto demográfico é grande é então que aparecem os bairros operários, como o Birro Trigoso, o bairro da Liberdade, o Bairro dos Combatentes, etc. É nesta fase em que o estado Novo deixa a sua marca e Santarém é das cidades do país que vai registar inúmeros edifícios dessa época.

No terceiro período surge a cidade tal como permanece até aos dias de hoje. Dá-se uma explosão construtiva e a democratização do automóvel. O planalto fica ocupado e a cidade desce para sul, Vale de Estacas, Jardim de Baixo e São Domingos. Grandes estruturas são edificadas. Como exemplo temos o CNEMA, centro Nacional de Exposições e onde foi transferida a atual Feira Nacional da Agricultura (1993) e o Hospital Distrital (1978-1985).

É na segunda fase que surge o Bairro Salazar. *Aproveitando um caminho já existente, dá-se o início (1930-1950) ao prolongamento da Av. António Maria Batista desde o local onde havia terminado nos finais do século XIX, para o Monte Rafôa* (Custódio, et al: 1996, p. 246). Tal como refere um dos entrevistados “*os terrenos pertenciam a grandes proprietários e à volta de um carreiro havia muitas barracas. O Salazar olhou lá para as barracas e mandou construir as casas para os pobres. Primeiro fez a escola e depois o bairro*” (JAR-2013-03-03-Ent 1). (...) Nesse monte,

de excelente panorâmica, implantou-se por esta altura um bairro de rendas económicas de habitações geminadas com um só piso. A este conjunto edificado, virado à paisagem segundo a tipologia implementada durante o Estado Novo, deu-se o nome de Bairro “Salazar”/Bairro “16 de Março” (Custódio, et al: 1996, p. 246).

Santarém sempre conviveu entre palácios aristocráticos, mansões da alta burguesia, bairros e vilas operárias. As vilas e bairros económicos foram construídos de raiz por promotores imobiliários, sensíveis à situação económica das classes populares trabalhando em oficinas ou fábricas. Em Santarém, foram construídas correntezas de casas tipo vila e “ilhas”, segundo a tipologia operária edificada na cidade do Porto. A maior concentração de construção destes conjuntos processou-se junto ao Cerco de São Lázaro, embora nem todos sejam do século XIX. “O mais importante designava-se por *“Bairro Laurentino (1893), curiosa correnteza de habitações de um só piso, elevado em relação à rua, com dois tipos de logradouro: o público e o privado. As cores deste bairro adaptaram-se às do Matadouro Municipal: cor ocre de características populares. (...) Nas proximidades encontrava-se o Bairro Pedroso. Na mesma área a Vila Gouveia e o Bairro João Medeiros. Na Calçada do Monte foi construída a Vila Marecos. De casario geminado em correnteza paralela. Uma outra, a Villa Jacob, é de estrutura diferente pois desenvolve-se num prédio em altura com distribuição de inquilinos em piso e pátio interior comum (Custódio, et al: 1996 - p 238). (...) Mas, e após um declínio no crescimento demográfico motivado por guerras e epidemias, e também graças à governação do Rei D Luís, o Bom, Santarém inverte essa situação e assiste a mudanças na estrutura do emprego. (...) Surge a primeira locomotiva a motor (1 de julho de 1861) (Custódio, et al:1996, p. 239), (...) é construída a Ponte D Luís (1876-1881), a manutenção dos transportes fluviais, a inauguração da rede viária e com os chars à bancs (Custódio, et al:1996, p. 241) (carros de transporte), (...) empresas de transporte rodoviário, obras públicas, escolas públicas, iluminação, abastecimento de água, a penitenciária distrital, a biblioteca, os jardins românticos, os equipamentos municipais, os grandes armazéns, os esgotos, os licenciamentos de obras e as vilas e ilhas de renda económica, fizeram aumentar a populações e unificando a malha urbana da cidade (Custódio et al: 1996, p. 245).(...) Nas tipologias construtivas dos finais do século XIX figuram ainda os bairros e vilas de renda económica e os pátios operários. (...) Em certos casos, como no Bairro das Cortezes, tem o portão principal com o portão largo de proteção.” (Custódio, et al: 1996 - p. 246-255).*

Todas estas edificações, a maioria já desapareceu da cidade ou estão em escombros -poucas são as que resistem. São pessoas pobres e envelhecidas que habitam estes locais degradados. Auferem de parcos rendimentos e não possuem meios suficientes para procurarem uma habitação condigna.

3.9 Santarém e Arquitetura do Estado Novo

A cidade de Santarém foi profundamente marcada, nesta época, pelas construções do Estado Novo, das quais podemos identificar os Bairros de São Bento e Combatentes, o Liceu Sá da Bandeira, as Escolas Primárias de São Bento e dos Combatentes e o Bairro “Salazar”. *O Estado Novo, e um pouco à semelhança dos Regimes Fascistas Europeus, chamou a si os arquitetos mais ligados ao regime e pediu-lhes para criarem uma arquitetura que se pretendia simultaneamente portuguesa e moderna. Esta arquitetura modelava o espírito do homem novo* (Henri:1979).

Uma análise das relações entre a criação arquitetónica e a evolução das ideologias políticas que a acompanharam ao longo do século XX em Portugal, deixa-nos perante o facto inegável da existência, nas décadas de 40 e 50, de um momento que se pretendeu de simbiose entre as duas realidades.

O Estado Novo, tendo por base uma política de obras públicas vigorosa e a chamada “Política do Espírito”, expressão criada pelo escritor francês Paul Valéry ⁽¹⁷⁾ e que inspirou António Ferro, retomou a necessidade de criação de uma Arquitetura Portuguesa, que surgisse como resposta a uma procura que vinha já desde o século XIX – a tentativa de construir o Espaço da Identidade, o espaço de um viver português – e desta forma constituísse evidência palpável da superioridade dos princípios do regime. *A “Política de Espírito”, visava a difusão daqueles princípios, ordenadores do Estado, e a arquitetura surgia como meio primordial para o seu enraizamento, com uma abrangência absoluta, desde a família à escola, ao local de trabalho e ao local de lazer. Porque a arquitetura enforma o viver quotidiano, enformaria também o “espírito”* (Sampaio:2012, pp. 113 e 121).

(16) Ambroise-Paul-Toussaint-Jules Valéry, - n. 30 de outubro de 1871; f- Paris, 20 de julho de 1945; filósofo, escritor e poeta francês da escola simbolista.

3.10 Bairro Salazar

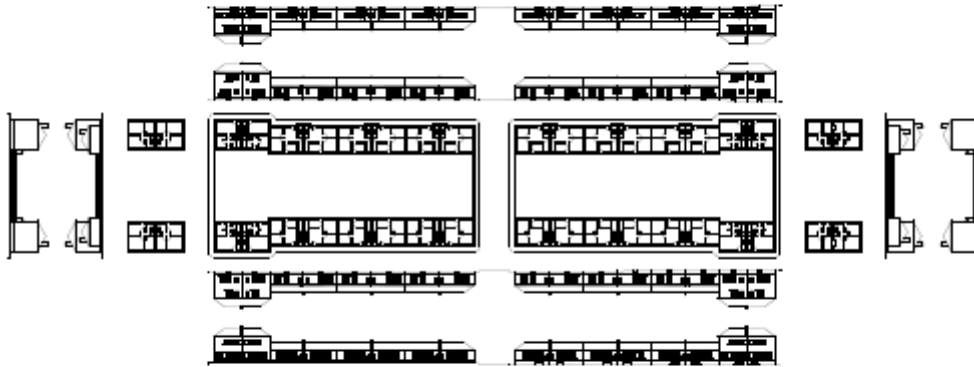


Ilustração 1 - Planta topográfica do Bairro "Salazar"

O Bairro de "Casas para Famílias Pobres" de Santarém, é um exemplo perfeito do espírito e da estética oficiais do regime do Estado Novo.

Construído numa colina que naquela época estava afastada do núcleo urbano, desenvolve-se num conjunto de dois quarteirões fechados, compostos por habitações unifamiliares com logradouros interiores comuns. Apenas as habitações de categoria mais elevada tinham 2 pisos, constituindo-se como remate dos quarteirões. As habitações de categoria mais baixa definiam a quase totalidade do perímetro construído, desenvolvendo-se em frentes de casas geminadas de um piso

O conjunto é assim constituído por duas tipologias – T2 de um piso e T4 de dois pisos, repetindo-se as primeiras em 24 fogos e as segundas em 8 fogos.

A organização interna é a demonstração literal das palavras de Salazar, ao definir a casa económica como "*a casa dos mais pobres, casa salubre, independente, ajeitada como um ninho – lar de família operária, lar modesto, recolhido, português*"¹⁸. Mas é na tipologia T2, absolutamente literal, nas dimensões

¹⁸ *Discursos de Salazar - 1928-1934.*

mínimas e na concentração de funções que se desenvolve o espírito enunciado. O espaço central da habitação, com 10m², acumula como o “*lugar do fogo do lar*”, as funções de espaço de estar, de preparação e toma de refeições, e simultaneamente, de entrada da casa e distribuição espacial interna. Deste “*lugar central*” se acede a dois quartos, com respetivamente 5,5 e 7,2m², a uma casa de banho com 2,5m² e a um arrumo/comunicação com o logradouro comum, com 4,7m². E aqui vamos agarrar nas palavras de um dos entrevistados que muito bem explana a exiguidade do espaço: “*lá em cima tinha um quarto que tinha de dar a volta para me deitar, não passava (riso) quem dormisse da parte de lá tinha de passar por cima da mulher*” (OR-2013-03-29-Ent 8).

A habitabilidade mínima desta tipologia é significativamente melhorada na tipologia T4, que, desenvolvida numa área de implantação inferior, mas em dois pisos, permite um substancial redimensionamento e uma muito mais equilibrada relação funcional. No entanto, a acumulação de funções em torno de um espaço fundamental – a cozinha/ sala de estar/ sala de jantar/ entrada, é apenas melhorada nas suas dimensões (12,5m²) pela absorção de um dos quartos da planta da tipologia simples, e da subsequente simplificação de distribuições. O piso térreo mantém um dos quartos (5,3m²) e a casa de banho, anulando-se o arrumo pelo redimensionamento daquela (3m²), que no entanto passa a desenvolver-se sob as escadas de acesso ao piso superior. Neste piso organizam-se os restantes 3 quartos com respetivamente 7,7m², 7,2m² e 4,7m². As referências tradicionalistas têm na arquitetura do Bairro “16 de Março” plena expressão, desde logo, na articulação das frentes edificadas, que nos remetem para os conjuntos habitacionais de assalariados rurais, dependentes de grandes quintas, que marcam a paisagem do município. A articulação de volumes e dos elementos das fachadas procura dar expressão ao pensamento subjacente a toda a arquitetura, reforçando os elementos identitários: “o *teto protetor*”, com o beirado em telha de canudo, ou o conjunto formado pela chaminé, arcos e grelhas manifestando no exterior o lugar fundamental do “*fogo do lar*”.

O Bairro “Salazar”/“16 de Março” é documento de um contexto histórico, político-ideológico, social e artístico específico, mas devemos precaver-nos de críticas apriorísticas -absolutamente legítimas se tomado em conta o carácter autoritário do regime que lhe deu forma-, pois que, de um ponto de vista estritamente centrado no ato cultural da construção do Espaço da Identidade do

Homem, o Bairro constitui testemunho das vicissitudes de uma tentativa, ainda que malograda, de uma sociedade portuguesa que quis naquela época adaptar-se a um mundo em constante mutação sem perder as raízes sólidas em que desde sempre assentou a sua individualidade no lugar de um *ser-no-mundo* português. “*Esse mundo onde impera um “regime paternalista, cristão, conservador, tradicionalista e arcaico que permitiu perpetuar uma nação telúrica assim como os valores e princípios que a enformavam: transmitidos pela família, célula fundamental do Estado, para que a ordem socioeconómica permanecesse imutável e sem qualquer tipo de sobressaltos. (...) O discurso oficial do Estado Novo pretendia dar uma ideia de um país de «camponeses estetas», de um povo de poetas que vivia em paisagens rurais harmoniosas, cheias de graça que representavam o genuíno, o autêntico e tradicional da cultura portuguesa, confundindo-se com a própria identidade nacional. (...) O Portugal da primeira metade do século XX assume-se como um país em que impera a trilogia Deus/Pátria/Família, que o Estado impõe para formatar as almas numa espécie de recuperação da ideologia absolutista; dessa forma, “sob um céu imóvel e sempre azul onde Deus velava pela tranquilidade universal e pelo bom andamento da sociedade portuguesa”, tão fiel ao culto do Cristo sobre um altar caseiro, Chefe invisível do Universo, de que o Presidente do Conselho seria afinal o natural delegado terreno, e o Chefe da Família o seu representante também natural (...)”, e tudo decorria tranquilamente sob o olhar atento do Estado (Rosas: 2013).*”

3.11 Bairro de casas para pobres de Santarém

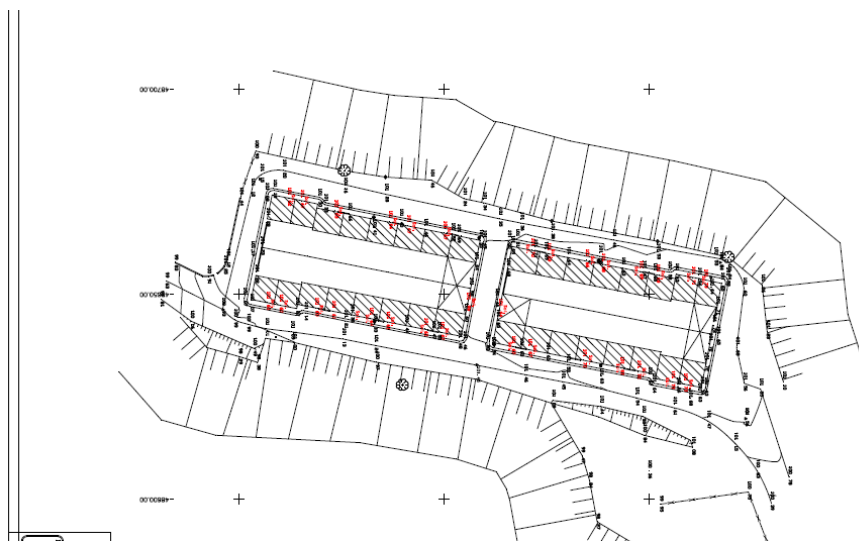


Ilustração 2 - Planta topográfica do Bairro "Salazar"

No célebre discurso de Salazar de 1928, ele defende a simplicidade da vida doméstica e do que seria o seu lema: *Deus, Pátria e Família*: “Advoguei sempre uma política de administração tão clara e tão simples como a pode fazer qualquer boa dona de casa – política comezinha e modesta que consiste em se gastar bem o que se possui e não se despende mais do que os próprios recursos”(…) Represento uma política de verdade e sinceridade, contraposta a uma política de mentira e segredos.” (...) a intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a nossa casa. (...) É naturalmente mais estável, mais bem constituída, a família que se abriga sob tecto próprio. Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já seminómades da alta civilização atual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a casa pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família.”¹⁹

As casas só eram atribuídas a chefes de família que exercessem uma profissão e auferissem de um salário. Conforme se pode observar nas Atas

¹⁹ *Discursos de Salazar - 1928-1934.*

Municipais ⁽²⁰⁾ e no Livro dos Alvarás ⁽²¹⁾, os titulares eram na sua maioria homens, pais de família e exerciam uma ocupação profissional. Alguns vinham de localidades do interior do país, mas a sua maioria provinha de zonas limítrofes ou rurais da cidade.

Os maus comportamentos ou que pudessem dar azo a falatórios eram reprováveis. Por deliberação de 9 de fevereiro de 1949, o executivo decide não permitir a coabitação de um genro com uma sogra.

A mulher era a fada do lar. Elas cuidavam da lida da casa, do marido e dos filhos. Deveriam ser recatadas e ter bons comportamentos. Havia que preservar a família e dar-lhe condições para crescer e multiplicar-se. Como dizia Salazar: *“Subamos agora mais alto e ponhamos este problema: a produção que lida com o trabalhador pode ignorar a família? O homem que trabalha não é só; ele vive enquadrado numa sociedade natural, geralmente não a família de que proveio, mas a família que ele constituiu. Quando a produção desconhece a família, começa por convidar ao trabalho os vários membros dela que o possam fornecer – a mulher e os filhos menores, e parece que estes salários suplementares são benefício apreciável; contrária é porém a realidade. Quem diz família diz lar; quem diz lar diz atmosfera moral e economia própria – economia mista de consumo e de produção. O trabalho da mulher fora do lar desagrega este, separa os membros da família, torna-os um pouco estranhos uns aos outros. Desaparece a vida em comum, sofre a obra educativa das crianças, diminui o número destas; e com o mau ou impossível funcionamento da economia doméstica, no arranjo da casa, no preparo da alimentação e do vestuário, verifica-se uma perda importante, raro materialmente compensada pelo salário percebido. De vez em quando perde-se de vista a importância dos factores morais no rendimento do trabalho. O excesso da mecânica que aproveita o braço leva a desinteressar-se da disposição interior. Em todo o caso continua exacto ainda hoje, na maior parte da produção, que a alegria, a boa disposição, a felicidade de viver constituem energias que elevam a qualidade e a quantidade do trabalho produzido. A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção. Assim temos como lógico na vida social e como útil à economia a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente; defendemos que o trabalho da mulher casada e*

(20) Livro de Actas – Habitações para pobres – pp 1-8 (anexos I);

(21) Livro de Registo de Alvarás – Bairro “Dr. Oliveira Salazar” Ocupação de Casas (anexos II);

geralmente até o da mulher solteira, integrada na família e sem a responsabilidade da mesma, não deve ser fomentado; nunca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse imenso que fazer". Mas a verdade é que muitas das mulheres do bairro tinham de executar tarefas de empregadas domésticas em casas de "patroas" ou fazer trabalhos de costura para as "senhoras" da cidade, como forma de acrescentarem o mísero salário que os maridos auferiam.

As pessoas que viviam em barracas tinham como grande aspiração residir numa casa com telhado e chão de cimento. *"Tudo era barracas feitas de tábuas que arranjavam caixotes, tudo isso, depois o Salazar mandou fazer aquela escola que lá está do outro lado e dali é que veio atão os problemas de fazer o Bairro por causa de haver ali muitas barracas... era o melhor que o povo tinha mas eram casinhas pequenas, mas todos gostavam, porque viviam naquelas barracas, foram para aquelas casas, eram a melhor coisa que havia para a gente, tínhamos água em casa, tínhamos eletricidade em casa, coisa que a gente não tinha, não é? (JAR-2013-03-29-Ent 6)"*

Todos eles teriam de ser pessoas honradas e com bom comportamento. "Pobres mas honrados". É o que Fernando Rosas chama de o quinto mito. *O mito da pobreza honrada, o mito da «aurea mediocritas», um país essencial e incontornavelmente pobre devido ao seu destino rural, no qual, como dizia António Ferro, «a ausência de ambições doentias» e disruptoras de promoção social, a conformidade de cada um com o seu destino, o ser pobre mas honrado, pautavam o supremo desiderato salazarista do «viver habitualmente», paradigma da felicidade possível (Rosas: 2001, pp. 1031-1054).* E isso está espelhado nas palavras dos entrevistados. *"Éramos pobres mas felizes". "Os rapazes respeitavam as raparigas". "Naquela altura havia respeito".* Mesmo dos que admitiram não gostar de Salazar. *"Eu não gostava do Salazar.... bem ... na altura gostava ... (JAR-2013-03-03-Ent 1).* O "respeitinho é muito bonito", como ainda diz a voz popular.

3.12 Regulamento de Casas para Pobres

Mas havia que gerir este núcleo habitacional dentro do espírito e das regras da época, estabelecendo normas e fazendo seguir orientações que permitissem o uso correto das habitações.

Muitas pessoas provinham de barracas ou de habitações sobrelotadas. Outros vieram de aldeias e de locais distantes, pois Santarém oferecia-lhes trabalho e melhores condições de vida do que as das suas terras.

Citando Fernando Rosas, o *«homem-trabalhador» que disto avultava era um chefe de família esforçado, respeitador, obediente, simples, ancorado no pequeno mundo da sua família e da vizinhança, fiel às tradições de sempre e à «ordem natural das coisas», mesmo quando o destino o arrancava à aldeia para o lançar nesse meio hostil e perigoso da fábrica e da cidade* (Rosas: 2001, pp. 1046).

O Executivo Municipal aprovou ainda em 1948, e logo após a inauguração das habitações, o “Regulamento de Casas para Pobres”. Este disciplinava comportamentos e usos dados às casas e espaços adjacentes. Um regulamento simples, só com 9 artigos, mas claro e conciso no que respeita à matéria de gestão daquele bairro.

Foi assim aprovado que os moradores tinham de efetuar o pagamento das rendas na tesouraria da câmara, *“mediante guia requisitada na respetiva Secretaria”* ⁽²²⁾. A renda tinha de ser paga até dia 8 de cada mês (art.º 1º). Curioso é de ver nos documentos analisados quantos não cumpriam com os pagamentos: eram de imediatos despejados. Para a câmara era fácil punir os prevaricadores. Bastava chamar a polícia. E muitos foram os despejados e as casas entregues de imediato a novos arrendatários. A lista de espera por uma habitação era longa e não obedecia a regras concretas. Como diz um entrevistado, *“socorreu-se de conhecimentos”* (FBC-2013-07-02-Ent 11)... dos homens poderosos de então.

Era-lhes interdito *“fazer obras nas instalações que modificassem as condições de utilização das casas, sem autorização escrita da câmara, nem consentir a sua ocupação, no todo ou em parte, por pessoas estranhas ao seu agregado familiar* (art.º 2º).

(22) No que respeita à gestão de habitações sociais a cobrança das rendas e as ações de despejo são as matérias que maiores dificuldades criam aos municípios ou às empresas de gestão de habitação social; Fonte:IHRU.

Todas as despesas relativas a vidros partidos ou ao mau uso dado ao locado eram da responsabilidade dos residentes (art.º 3ª).

Os ocupantes podiam ser desalojados “*sempre que se verifique não terem necessidade de ocupar a casa ou se tornem indignos do direito da ocupação que lhes foi concedido*” (art.º 4º).⁽²³⁾

Não podiam possuir casa própria na mesma localidade, não provocarem escândalo público, vedarem o acesso ao representante da câmara e manter a casa e terreno anexo em bom estado de asseio (art.º 5º).

Tal como já referido o despejo das habitações era executado, a mando da câmara, pela Policia de Segurança Pública (art.º 6ª).

Nos quintais das casas ou nos locais envolventes era expressamente proibido possuir pocilgas ou criar porcos. Só estavam autorizadas em terrenos livres a uma distância superior a 50 metros da rua que circundava o bairro. Esta proibição estendia-se a estábulos e cavalariças. As capoeiras eram permitidas nos quintais desde que fossem devidamente e diariamente limpas (art.º 7º).

Não era permitida a existência de estrumes e lixos e também ai só poderiam ser despejados a distância superior a 50 metros. As carroças do serviço de limpeza da câmara faziam a recolha diária dos lixos (art.º 8ª).

Qualquer avaria nas instalações elétricas, nas canalizações de água e esgotos, deveria ser reportada pelos moradores aos serviços camarários e, caso se viesse a verificar que tinham sido por má utilização, as despesas de reparação eram do encargo do titular do arrendamento -sob pena de ficarem sujeitos a despejo da habitação. “*De tudo o mais de anormal for notado nas moradias, os seus moradores darão conhecimento à Câmara, para que esta possa tomar as providências necessárias*” (art.º 9º).⁽²⁴⁾

(23) No artº. 12.º do Decreto n.º 35106, de 6 de Novembro, prevêm-se em termos de fundamentação para a cessação do direito de ocupação das habitações, por um lado, uma cláusula geral [quando se verifique que os ocupantes deixaram de ter necessidade ou quando se tornem indignos do direito de ocupação que lhe foi concedido: in: http://tca.vlex.pt/vid/-328081971_2013-03-06. O cariz discricionário da Lei de 1945 só foi revogado pela Lei 21/2009; de 20 de Maio.

http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/porta1/pt/porta1/docs/Legislacao/Lei_n212009.pdf_2013-03-06.

(24) No sentido de proibir edificações urbanas salubres, e obrigar a respeitar requisitos de solidez e defesa contra o risco de incêndio e garantir condições mínimas de natureza estética, objetivos estes estranhos ao regulamento de 1903, a 7 de Agosto de 1951 é publicado através do Decreto-Lei n.º 38 382, o que atualizou o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, revogando-se os diplomas anteriores, designadamente dos Decretos n.ºs 14 268, de 9 de Setembro de 1927, e 15 899, de 23 de Agosto de 1928, e do Decreto-Lei n.º 34 472, de 31 de Março de 1945.

Tanto nas zonas rurais como nas grandes zonas urbanas portuguesas sempre houve famílias que providenciaram o seu sustento através de hortas. Também a criação de pequenos animais para alimento da família sempre fizeram parte da economia familiar portuguesa. Estas casas permitiam que as famílias providenciassem a sua autossustentação, mas dentro de regras que impedissem a má utilização dos espaços. *“O meu avô lá no quintal era macieiras, era nespereiras, era flores, era, era, chegou a ter 100 canários, papagaios, tudo um pouco, um macaco (JC-2013-03-18) ”. “Era tudo, era tudo era o ar, era um bocadinho de horta cá em baixo que pertencia ao Fátima que eles deram para a gente cultivar, adonde lá tinha umas ginjeiras, uma macieira tinha lá assim umas coisas, as árvores de fruto fomos nós que pusemos, o meu marido tinha lá umas couves, umas alfaces, criava umas galinhas, criava coelhos, tinha ovos tinha essas coisas. (MGP-2013-03-03-Ent 2)”*

Como na época os meios de transporte mecânicos só eram acessíveis à classe mais abastada, depreende-se a necessidade da existência de animais muares e cavалares para transporte de pessoas, para tarefas rurais ou prestação de pequenos serviços na cidade. Daí a indispensabilidade de legislar para que tudo se fizesse dentro da ordem e em obediência às regras.

Capítulo 4 - Caracterização dos agregados do Bairro “Salazar”/”16 de Março”

4.1 Em 1948

Aquando da entrega das habitações, e conforme as atas municipais, os titulares do Bairro “Salazar” eram jovens trabalhadores e pais de família cuja idade rondava os 30 anos. Todos trabalhavam, condição obrigatória para a atribuição de uma casa, e as profissões mais representativas eram as de trabalhadores e assalariados rurais, pedreiros, barbeiros, funcionários da câmara (operários não qualificados) polícias, padeiros, empregados do comércio, vendedores ambulantes e empregadas domésticas. Auferiam de rendimentos muito baixos. Ajudavam ao sustento através da criação nos quintais de pequenos animais, como as galinhas e os coelhos, o que lhes era permitido pela câmara, e nos terrenos em redor cultivavam hortícolas, leguminosas e tubérculos. O que hoje se pode chamar de hortas sociais.

Segundo Martins (1998) os primeiros inquéritos feitos pela câmara municipal aos moradores do bairro revelaram a existência de 143 moradores repartidos pelas 32 casas. A média de elementos era de 4 habitantes por agregado. Era um bairro vivo e jovem. Isso reflete-se nas fotos de família desses primeiros anos. Muitas crianças inauguraram o bairro e muitas foram as que ali nasceram. Regista-se um caso em que uma família teve mais de 10 filhos.

4.2 Caracterização dos agregados do Bairro 16 de Março em 1998

Em 1998, e segundo recolha feita pelo Educador Social Mário Martins ⁽²⁵⁾, das 32 habitações 2 estavam devolutas. Dos 82 moradores 46 eram homens e 36

(25) Trabalho feito para a Câmara Municipal, em Setembro de 1998, e que visava elaborar um estudo para a melhoria da qualidade de vida no Bairro Municipal “16 de Março”.

mulheres. Os agregados familiares estavam muito mais reduzidos do que na fase inicial: os que contavam, já só com um ou dois elementos, representavam 58% do total e apenas 10% eram compostos por mais de 6 pessoas. Em consequência disso a média era de 2,8 pessoas por casa. Passava-se, assim de 4,4 pessoas por casa para 2,8 pessoas.

Os agregados plurifamiliares representavam 24 % do total das famílias.

Os casais com apenas um filho representavam 17% dos agregados. O grupo com idades superiores a 65 anos era de 28% e os grupos etários- até 25 anos, ~~em~~ era de 29%. Martins constata estar já perante uma comunidade envelhecida.

A população ativa considerada entre os 26-64 anos representava 42 % da

A maioria dos moradores, 59%, era natural da cidade de Santarém. Os outros provinham zonas rurais do concelho como Vaqueiros e Gançaria. Os demais vinham de outras zonas do Ribatejo como Alpiarça, Rio Maior e Salvaterra de Magos. Os restantes de outros de distritos como Setúbal, Porto; Covilhã e Castelo Branco e Lisboa.

Assim, são os mais velhos que vêm de fora e os mais novos os já nascidos na cidade de Santarém e que provêm de zonas pobres e limítrofes das freguesias urbanas, como Fontainhas, Fonte das Figueiras, Ribeira de Santarém, Girão e Calçada do Monte. Zonas, então, que registavam maiores índices de pobreza.

No que respeita a habilitações literárias verifica-se que 45% tem o 1º ciclo, 10% o 3º ciclo, nalguns casos incompleto, 6% o 2º ciclo, e 18% não possuíam nenhuma habilitação.

As profissões dos que se encontravam em idade laboral eram a de leitor-cobrador, trabalhador na construção civil, cantoneiro, empregado fabril, empregado de escritório, empregado fabril, empregado do comércio, pintores, motoristas e empregados de bar.

Os rendimentos eram baixos e incertos, numa relação com a baixa escolaridade e qualificação profissional e a média era de 54 contos (252 euros), inferior ao salário mínimo, mas apesar disso não se verificavam situações de extrema pobreza ou de exclusão social.

A maioria dos arrendatários residia há mais de 20 anos no bairro, e os que viviam há menos de 10 anos conseguiam ainda construir laços fortes com a comunidade.

Os principais motivos da sua mudança para o Bairro “Salazar” devem-se ao facto de residirem em habitações degradadas, barracas ou abarracados, casas em ameaça de ruína e, também da migração que se fez sentir nos anos 50/60 em busca de melhoria de vida.

As rendas, e tal como hoje, eram baixas, porque obedeciam a parâmetros legais estabelecidos para apuramento da renda apoiada. Sempre que o agregado auferia de aumento ou redução de rendimentos (tal como hoje), as rendas são ajustadas através de um cálculo feito pela aplicação de fórmula ditada pelo estado.

Mário Martins (1998) conclui que se estava perante “*uma população em franco envelhecimento, com fragilidades a nível da saúde física e mental, com fracas qualificações literárias e profissionais, desmotivada e acomodada*”. Refere, também, que *uma das causas dos problemas de saúde estão muitas vezes diretamente ligados à casa que não possui condições térmicas convenientes e que se encontram em muito mau estado de conservação, apesar do cuidado posto por muitos residentes, sentem o acesso muito condicionado a transportes públicos, pequeno comércio e equipamentos de saúde. Denotam os efeitos do isolamento e a solidão, perante novos acontecimentos sociais, a necessidade de adquirirem novos conhecimentos e adaptarem-se às novas tecnologias, e lamentam assim a falta de resposta da câmara aos seus pedidos de reparações e manutenção do bairro.*

Termina com um diálogo direto com os moradores onde sublinha o seguinte:

- o desejo e a necessidade demonstrada com a recuperação de todo o bairro, tanto a nível de interiores como exteriores;
- a consciência relativamente a problemas individuais e coletivos;
- a capacidade de realização de melhoramentos da habitação executada pelos próprios;
- a preocupação pela conservação e manutenção das habitações adaptando-as às necessidades de conforto e comodidade;
- a vaidade e orgulho na beleza natural da paisagem;
- apesar da desconfiança inicial demonstraram vontade de dialogar com novas pessoas, fazendo referência ao seu passado, presente e futuro;
- o sentimento de solidão, especialmente das pessoas sem relações familiares e isoladas da comunidade, compensada com a presença de pequenos animais de estimação;

- a insegurança causada pelo adiantado estado de degradação das casas podemos causar acidentes ou sinistros ou então, resultado do mau uso por parte de outros vizinhos,

- a agressividade de alguns vizinhos;

- a existência de alguns agregados desorganizados, a especulação e os conflitos provocados por alguns moradores, assim como falta de higiene pessoal e cuidado com o bem comum;

- moradias T3 só com 1 morador;

- críticas ao desempenho da câmara devido a promessas não cumpridas da recuperação do bairro, à falta de diálogo, de acompanhamento e intervenção nos problemas habitacionais, e o apoio esporádico a alguns moradores, interpretados como discriminação ou desigualdade de tratamento;

- solicitação à câmara para pequenas reparações (colocação de janelas, telhas, ou fornecimento de outros materiais, como tintas, cimento e areia) denunciando que falta a intervenção peca por tardia;

Verificou que as crianças carecem de um meio familiar estável e que desenvolva um clima de afetos e diálogo entre os seus membros. Também a formação escolar e profissional não é força motivadora para os mais jovens.

O tempo de ócio é ocupado por pequenos grupos que brincam em espaços desorganizados e perigosos, onde a agressividade e a verbalização imprópria são lugares comuns criando conflitos que alastram aos mais velhos.

Os espaços envolventes são mal cuidados dando lugar a lixos, que por sua vez albergam espécies rastejantes e pequenos roedores.

Os mais velhos recorrem inúmeras vezes ao centro de saúde, entretém-se com os seus animais de companhia e com a televisão que tem enorme importância para passar os dias”.

A Câmara já não mostrava interesse pelo Bairro e o envelhecimento da população e a degradação das habitações, assim como dos espaços adjacentes podiam estar na base desta indiferença. Numa altura de grande incremento de construção aquele espaço poderia dar lugar a outro tipo de urbanização.

4.3 Caracterização dos agregados do Bairro 16 de Março em 2011

Data do contrato	Local de origem	Data de nascimento	Local de nascimento	Habilitações	Situação profissional	Agregado familiar	Renda 16 Março	Local final	Tipologia	Renda
1 de outubro de 1998	Bairro 16 de Março, 1	21 de outubro de 1953	Santarém	4º ano	cobrador Águas STR	3	12, 79€	Av. 25 de Abril, 44 - 3º esq.	T4	350 €
31 de outubro de 1994	Bairro 16 de Março, 2	2 de dezembro de 1938	Alpiarça	sem habilitações	reformada	1	29, 35€	R Bairro 1º Julho, 6 A - 3º esq	T1	14,35 €
18 de julho de 1959	Bairro 16 de Março, 5	20 de Agosto de 1931	Castelo Branco	sem habilitações	reformado	2	0,60 €	R Bairro 1º Julho, 6 A - 3º esq	T2	31, 90 €
1 de agosto de 1974	Bairro 16 de Março, 6	15 de setembro de 1946	Santarém	sem habilitações	reformada	3	0,50 €	R Bairro 1º Julho, - 3º esq	T3	56, 67 €
23 de setembro de 1961	Bairro 16 de Março, 8	6 de novembro de 1921	Santarém	4º ano	reformado	4	0,60 €	R Bairro 1º de Julho, 4 - 1º dtº	T3	67, 55 €
31 de julho de 1959	Bairro 16 de Março, 9	10 de abril de 1967	Santarém	5º ano	cozinheira	6	0,25 €	Av. 25 de Abril, 40 - 3º esqº	T4	106, 55 €
1 de março de 1998	Bairro 16 de Março, 10	30 de abril de 1956	Santarém	4.º ano	cantoneiro de limpeza	1	0,50 €	Beco Ernesto Zeferino, 4	T2	250 €
1 de março de 1990	Bairro 16 de Março, 13	2 de agosto de 1947	Santarém	4.º ano	reformado	2	33,58 €	R Bairro 1º de Julho, 6 - r/c - dtº	T2	33, 58 €
14 de maio de 1965	Bairro 16 de Março, 14	21 de agosto de 1920	Santarém	4.º ano	reformado	1	0,50 €	R General Humberto Delgado, 13 1º dt	T2	101, 17€
20 de abril de 1978	Bairro 16 de Março, 15	29 de março de 1934	Santarém	sem habilitações	reformado	1	31,90 €	R Bairro 1º Julho, 2 - 1º Frente	T1	31, 90 €
1 de julho de 1990	Bairro 16 de Março, 16	4 de julho de 1957	Santarém	sem habilitações	reformado	1	2, 79€	R Bairro 1º Julho, 2 - 3º Frente	T1	3, 86 €
7 de abril de 1975	Bairro 16 de Março, 17	28 de dezembro de 1943	Santarém	4.º ano	reformado	2	0,75 €	Praceta Habijovem, 3 - 3º dtº	T3	112, 05 €
1 de dezembro de 1998	Bairro 16 de Março, 19	26 de julho de 1947	Setúbal	4.º ano	reformada	3	19, 72€	Praceta Habijovem, 7 - 5º dtº	T3	18, 96 €
1 de novembro de 1999	Bairro 16 de Março, 21	28 de agosto de 1927	Santarém	4.º ano	reformada	2	46, 12€	R Bairro 1º Julho, 4 - r/c - dtº	T3	79, 81 €
18 de julho de 1959	Bairro 16 de Março, 22	28 de janeiro de 1932	Santarém	sem habilitações	reformada	1	0,60€	R Frei Luis de Sousa, 22 - r/c	T2	110, 93 €
23 de novembro de 1993	Bairro 16 de Março, 23	26 de maio de 1956	Alpiarça	4.º ano	vendedora ambulante	1	20, 74€	R do Bairro 1º de Julho, 6 A - 2º dtº	T2	30, 87 €
1 de maio de 1967	Bairro 16 de Março, 24	27 de dezembro de 1938	Santarém	4.º ano	reformado	2	0, 60 €	R Bairro 1º Julho, 2 - r/c - esqº	T2	126, 91 €
1 de setembro de 1999	Bairro 16 de Março, 26	13 de maio de 1953	Santarém	4º ano	reformado	1	55, 92	Av Bernardo Santareno, 9 - 3º esqº	T2	80, 56 €
23 de novembro de 1993	Bairro 16 de Março, 31	8 de novembro de 1960	Alpiarça	4.º ano	vendedor ambulante	6	19, 70€	Av Marquês Pombal, 83 A - 5º esqº	T3	3, 86 €
4 de fevereiro de 1959	Bairro 16 de Março, 32	16 de janeiro de 1928	Chamusca	sem habilitações	reformada	1	1 €	R General Humberto Delgado, 15 - r/c	T2	14, 07 €

Ilustração 3 – Tabela dos arrendatários do Bairro “16 de Março”

Se na última recolha de dados já se registava o abandono e o envelhecimento da população do bairro, essa situação agravou-se até ao final. Os titulares dos contratos são praticamente os mesmos só que já com idades muito avançadas. Também o abandono e os falecimentos são significativos.

Estes números vão ao encontro do último momento censitário do Instituto Nacional de Estatística, 2011, em que se refere estarmos mais velhos, termos e vivermos em famílias de menor dimensão.

Assim, verifica-se que o mais novo dos titulares dos contratos, a mulher, tem 46 anos, e o mais velho, um homem, 92 anos. Dos titulares do arrendamento, 11 são homens e 9 mulheres.

Se em 1948 a média de pessoas por casa era de 4,4, em 1998 de 2,8, em 2011 era somente de 0,78. Isto apurado sobre as 32 casas, ou seja, o bairro na sua totalidade. Se for sobre os 22 fogos que ainda se encontravam ativos obtemos 1,13 pessoas por casa.

O grupo etário mais representativo dos titulares está nas pessoas de 50/60? anos, 30%, 6, seguido dos de 60/70? e 80/90? anos, ambos com 20%, 4 mais 4, depois os de 70/80 anos, 15%, 3 pessoas, seguido dos mais de 90 anos, 10%, 1 pessoa e termina nos de 40/50?, 5%, 1 pessoa.

Os agregados com maior expressão são os unifamiliares, 9, com 45%, seguindo-se com 2 pessoas, 25%, com 3, 15%, com 6, 10%, e com 4, 1, 5%. Dos com família, 1 é constituído por 5 elementos, outro 4 e outro 3.

Relativamente à escolaridade, 60% não tem habilitações, 7, 35% tem o 4º ano, 12, e 5% tem o 5º ano, 1.

A grande maioria é natural de Santarém, 70%, 14 pessoas, seguidos de Alpiarça, 15%, 3 pessoas, e de, com 5%, Castelo, Branco, Setúbal e Chamusca, 1/1/1.

Relativamente à profissão: 80% estão reformados, 16 pessoas, 2 são vendedores ambulantes, 10%, 1 cobrador, 5% e 1 cozinheira, 5%.

Verifica-se que são os mais velhos que possuem menos habilitações, já não exercem nenhuma profissão, vivem sós, e são maioritariamente naturais de Santarém.

Dos mais novos, apesar da baixa escolaridade, 4 ainda exercem uma atividade profissional, auferem de baixos rendimentos -no caso dos vendedores ambulantes; acresce que os rendimentos são incertos, e que é uma mulher que tem maior nível de habilitação.

Os vendedores ambulantes são originários de Alpiarça, de etnia cigana, da mesma família, e a mulher mais jovem é a que tem maior nível de escolaridade. Isto deve-se ao facto de receber Rendimento Social de Inserção; daí a obrigação imposta pelo Estado em frequentar a escola.

Capítulo 5 - Metodologia: os métodos de análise

5.1 Análise documental

As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica condicente com a temática, e isto porque *“na concretização do trabalho deve-se recorrer à pesquisa em livros ou jornais, através da realização de levantamentos bibliográficos que recolham informações sobre o que já se escreveu relativamente ao tema que se quer tratar* (Vidigal: 2005, p. 54).

A pesquisa documental relativa aos primórdios do bairro até à sua demolição foi assim consultada. Atas camarárias, regulamentos, inquéritos, fichas de caracterização, livro das licenças de ocupação, levantamentos e tratamento de informação efetuados pelo município, fichas técnicas do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, recolha de artigos de jornais, e informação diversa produzida pela Câmara Municipal de Santarém.

5.2 Análise de suportes gráficos

Nesta fase da pesquisa a técnica utilizada foi a de recolha de mapas, plantas topográficas e fotografias disponíveis no espólio arquivístico da Câmara Municipal de Santarém.

No respeitante às fotografias muitas delas, em especial as que respeitam à vida familiar, foram cedidas pelos moradores.

5.3 Os Inquéritos em Ciências Sociais

A recolha de dados, em Ciências Sociais, pode ser feita através de técnicas de Observação ou de inquérito. O inquérito caracteriza-se por uma série de questões padronizadas a serem aplicadas de modo estruturado, por meio de questionários ou

entrevistas, a uma amostra de indivíduos que são geralmente selecionados como sendo representativos da população em observação, que no presente caso, e visto tratar-se de um grupo muito pequeno, tentou-se aplicar ao nosso universo.

5.4 Inquéritos por questionário

Os inquéritos por questionário são usados para recolher uma série de dados homogéneos e que podem ser usados para efeitos estatísticos. *“O inquérito é um instrumento de trabalho, estruturado com base em técnicas diversificadas, que serve para a recolha de informações. Trata-se de procedimentos que consistem em «suscitar um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los» (Vidigal: 1995, p. 53 cit Ghiglione e Matalon, p. 2). (...) As principais técnicas de inquérito são o questionário e a entrevista. O questionário apresenta-se com questões abertas ou fechadas e a sua aplicação pode ser direta ou indireta. (Vidigal: 1995, p 53).*

No presente caso optou-se por um número limitado de respostas fechadas e em todas a colocação da opção semiaberta todos para permitir ao inquirido dar a sua visão. Tentou-se que a formulação das perguntas não influenciasse as respostas. Como o contexto das avaliações dos inquéritos sociais permite a combinação com outras técnicas como meio de estimar os resultados, os impactos e a eficácia das intervenções.

Segundo Bourdieu *“a escolha do método não deve ser rígida mas sim rigorosa, ou seja, o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas qualquer método ou conjunto de métodos que forem utilizados devem ser aplicados com rigor.”*

No entanto, e visto estarmos perante uma população envelhecida e com baixa escolaridade, a aplicação dos inquéritos por questionário foi indireta devido a problemas de saúde mental, envelhecimento do público-alvo, alcoolismo, etc.

Para completar o estudo, recorreu-se à História Oral. Cientes que esta técnica não é ainda muito bem aceite por outras disciplinas, o que não é a nossa posição, considerámos, e tal como diz Bourdieu que não deveríamos seguir um método rígido devido às características dos inquiridos, mas sim rigoroso. E isto, porque *“a História Oral baseia-se numa técnica de inquérito que, pela sua própria natureza, pelas suas características e implicações, a transforma num fenómeno transdisciplinar,*

suscitando a confluência de vários saberes provenientes de diferentes disciplinas, impedindo a sua “monopolização” por uma única de entre elas e, portanto, “forçando” a interdisciplinaridade. Através do inquérito pretende-se recolher testemunhos orais que passam a integrar (uma vez registados e fixados) arquivos orais” (--) “Já a entrevista favorece a livre expressão e a recolha de dados pessoais mais, significativos, mais ricos na captação de vivências. No entanto, prejudica a pesquisa em termos de tempo e da homogeneidade dos objetivos e a comparação de dados” (Vidigal: 1995, p. 21).

Mas, e citando Vidigal, *“enquanto um questionário rígido favorece a clarificação de objetivos e a dimensão comparativa dos dados recolhidos junto do público-padrão escolhido para o efeito, o resultado final poderá ser vazio. Daí o recurso ao inquérito por entrevista como forma de melhor documentar este estudo.*

5.5 Inquéritos por Entrevistas

A história deste bairro não pode ser feita sem a referência ao 25 de Abril de 1974. Neste caso, e à semelhança da história deste país, o 25 de Abril acaba por ser um marco. E isso reflete-se tanto nos inquéritos como nas entrevistas.

Também as recordações do passado, com as festas, as fogueiras, os bailes, as canções, os momentos à volta da televisão, as tricas e os momentos de verdadeira solidariedade fazem parte da memória de todos os habitantes. A modificação da cidade, do trabalho, as vivências do presente, os novos vizinhos as novas habitações, tudo isto, não está registado em documentos mas faz parte do património oral deste grupo.

Como refere Vidigal (Vidigal:1996) *“a importância na recolha de tradições orais (etnotextos ou ditados, histórias, orações, mezinhas, canções – e, neste âmbito, relembremos os textos de Michel Giacometti, sobre canções e formas de expressão musical das regiões rurais do país);*

- na caracterização das atividades tradicionais (artesanato, agricultura, etc.) tanto do ponto de vista económico, como organizacional, técnico ou material (os utensílios do trabalho);

- *na bordagem das práticas da vida quotidiana (alimentação, vestuário, lazeres, espaços sociais, etc.)*”.

Citando Vidigal, “A entrevista é uma técnica usada há muito pelas Ciências Sociais e Humanas, mas com algumas exceções.

A entrevista pode ser diretiva ou não-diretiva ou seja, pode ser mais formal ou mais informal. Pode ser não-estruturada, espontânea, ou não-diretiva, com guião. Ou não-diretiva, focalizada num tema. Esta entrevista não-diretiva circunscrita é a que mais se aplica na História Oral”. Este trabalho acabou por se reger mais pela entrevista diretiva, mas também não ignorou a semi-diretiva.

Os entrevistados que residiram no Bairro são unânimes no que respeita ao amor pelo bairro, que não deveria ter sido demolido mas sim reabilitado e sentem saudades dos momentos de convívio. Gostam do presente, preferem até as casas atuais, mas a nostalgia pelo passado sobrepõe-se a tudo o resto.

Nas outras entrevistas efetuadas verifica-se que há sentimentos semelhantes e perceções de estórias vida e memórias muito semelhantes. Apesar de todas as entrevistas terem decorrido em separado e ninguém se ter cruzado durante o decurso da recolha, conseguimos perceber que os entrevistados, sejam eles os residentes do bairro, ou os que dele nunca fizeram parte, nutrem uma saudade imensa pelo passado em oposição ao presente.

Foi assim elaborado um guião de entrevista porque “*os métodos como os testemunhos da História Oral valorizam os testemunhos dos depoentes idosos*”, que no caso estão em nítida maioria, (...) “*contribuindo para o desenvolvimento de aprendizagens gratificantes (...) com base na recolha de testemunhos orais, pode significar o questionamento:*

- *dos mecanismos e das lógicas da própria reprodução social;*
- *dos fundamentos das crenças e dos saberes;*
- *das vias prosseguidas para os impregnar nas atitudes individuais e nas conceções mentais coletivas;*

- *dos elementos característicos das várias memórias sociais, das passadas e das presentes, das derrotadas e das triunfantes*” (Vidigal: 2005, p. 39). (...) “*A par da observação e da experiência, a condução de inquéritos através de entrevistas é uma das vias mais relevantes de produção de conhecimento pelo próprio aprendente (...) A pesquisa oral pode compreender várias etapas (...) que se destinam a captar*

áreas do passado e a fornecer fontes para o futuro. (...) Um mais centrado na recolha etnográfica:

- na elaboração de “histórias de vida” de pessoas pouco (ou nada) familiarizadas com a cultura escrita” (Vidigal: 2005, p. 43 cit. Not, 1991, p. 19-20) (...). Deve-se sobretudo recorrer à interrogação direta – por entrevista, sobre um guião pré-determinado em traços gerais – das pessoas que podem ainda testemunhar sobre o objeto da pesquisa.(...) A entrevista é a interpelação de uma ou mais pessoas em que o entrevistador interroga diretamente as pessoas com o objetivo de lhe conhecer as suas opiniões e visões sobre o tema escolhido. Pode-se dizer que o seu carater, de uma forma geral, é não estatístico em oposição ao questionário. (...) Mas mesmo um questionário deve só ser aplicado após a realização de entrevistas livres, para que se possa juntar o universo das variáveis a incluir no questionário. O mais correto será gerir as duas técnicas estruturando-se um conjunto de questões que correspondam aos objetivos e que salvaguardem a dimensão comparativa, mas cuja “aplicação” se faça de um modo flexível, permitindo que o registo se processe segundo uma ordem variável, permitindo (e estimulando) a expressão de visões pessoais” (Vidigal: 2005, p. 54).

Durante a entrevista o entrevistador precisa estar sempre pronto a enviar sinais de entendimento e de estímulo, com gestos, acenos de cabeça, olhares e também sinais verbais como de agradecimento, de incentivo. Isto irá facilitar muito essa troca, essa relação. O entrevistado deve notar que o entrevistador está atento escutando a sua narrativa e ele deve procurar intervir o mínimo possível para não quebrar a sequência de pensamento do entrevistado.

A entrevista deve proporcionar ao entrevistado bem-estar para que ele possa falar sem constrangimento de sua vida e dos seus problemas e quando isso ocorre surgem discursos extraordinários.

Bourdieu (1999) ⁽²⁶⁾ cita que “os pesquisados mais carentes geralmente aproveitam essa situação para se fazer ouvir, levar para os outros sua experiência é, muitas vezes, até uma ocasião para eles se explicarem. Isto é, constroem seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo. Por vezes esses discursos são densos, intensos e dolorosos e dão um certo alívio ao pesquisado”.

(26) *Idem*.

Bourdieu (1999) também aponta algumas sugestões para com a transcrição da entrevista que é parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. *“Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante pois, de alguma forma o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, o entoar da voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos” que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista”*.

Goldenberg (1997) assinala que *“para se realizar uma entrevista bem-sucedida é necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado, tentar ser o mais neutro possível. Acima de tudo, a confiança passada ao entrevistado é fundamental para o êxito no trabalho de campo. Além disso, existe um código de ética que deve ser respeitado”* ^(27.).

(27) *Ibidem*.

Capítulo 6 Socio-Arqueologia de um Bairro de Santarém

6.1 Aplicação dos inquéritos por entrevistas

Para a recolha de dados, entendemos que, e por se tratar de um grupo muito reduzido, efetuar 12 inquéritos por entrevistas.

Inquéritos por aplicação de Entrevistas									
Grelha de Identificação									
Bairro "16 de Março"									
Entrevista	Nome	Morada	Idade	HL	Profissão	Naturalidade	Profissão que exerceu	Dia da entrevista	Duração da entrevista
1	João Alberto Rodrigues	R Bº 1º de Julho, 4 - 1º dtº STR	92	4º ano	Reformado	Santarém	Barbeiro	3 de março de 2013	26" 49
2	Maria da Glória Pombo Leite	R Bº 1º de Julho, 4 - r/c dtº STR	70	s/h	Reformado	Santarém	Doméstica	3 de março de 2013	20" 05
3	Eva Silva Soares	Avº 25 de Abril, 40 - 3º esqº STR	46	4º ano	Cozinheira	Santarém	Vendedora Ambulante	3 de março de 2013	17" 29
4	José Joaquim Pedro Duarte	Avº 25 de Abril, 44 - 3º dtº STR	60	4º ano	Func. Águas de STR	Santarém	FP (Serv. Mun.Str)	3 de março de 2013	17" 58
5	João Alberto Rodrigues	R Bº 1º de Julho, 4 - 1º dtº STR	92	4º ano	Reformado	Santarém	Barbeiro	29 de março de 2013	8" 38
6	Jorge Coelho e João Rodrigues	R Bº 1º de Julho, 4 - 1º dtº STR	92	4º ano	Reformado	Santarém	Cantoneiro de Limpeza	29 de março de 2013	8" 38
7	Vitor Manuel Rodrigues	Várzea- STR	82	6º ano	Reformado	Santarém	FP	29 de março de 2013	47" 49
8	Onofre Marques Relvas	R Bº 1º de Julho, 6 - r/c STR	82	s/h	Reformado	Castelo Branco	Pedreiro	29 de março de 2013	9" 13
9	Lurdes Soares	Rua 19 de Março, 8 - 1º STR	50	9º ano	Empregada doméstica	Santarém	Empregada Doméstica	30 de março de 2013	6" 33
10	Alexandre Custódio Silva	Rua 19 de Março, 8 - 2º STR	62	9º ano	Reformado	Santarém	Técnico da EDP	30 de março de 2013	3" 47
11	Fernando Bretes Cordeiro	Avº 25 de Abril, 29 - r/c STR	73	4º ano	Reformado	Santarém	Operário	2 de julho de 2013	13" 27
12	Sofia Moreno	Lisboa (?)	43	Licenciada	Política	Lisboa	Advogada	5 de junho de 2013	9" 42

Ilustração 4 – Grelha dos entrevistados

- 2 ao morador mais idoso do bairro;
- 2 a realojados no novo bairro de Vale de Estacas;
- 1 a um morador nascido no bairro e que coabita com o titular do local;
- 2 a realojados no mercado particular de arrendamento;
- 2 a ex-residentes no bairro;
- 2 a moradores da cidade;
- 1 a um responsável político à época.

Efetuamos 2 entrevistas ao morador mais idoso do Bairro e realojado no novo bairro de Vale de Estacas. A segunda foi feita porque entendemos que deveríamos aclarar e aprofundar aspetos anteriores que considerámos interessantes e pertinentes e que deveriam ficar registados.

Escolhemos 2 pessoas das mais idosas, um homem e uma mulher, também realojadas no novo bairro.

Falámos com o neto de um dos arrendatários que faz parte do núcleo familiar e que nasceu no Bairro “Salazar”.

Entrevistámos 2 arrendatários do mercado particular, 1 homem e 1 mulher entre os mais novos. Têm uma família alargada. Um só foi residir já no Bairro “16 de Março” a outra nasceu no Bairro e o pai era o titular do contrato.

Optámos também por entrevistar 1 homem e 1 mulher que decidiram efetuar o realojamento pelos seus próprios meios. Ele assistiu à inauguração do Bairro, ela nasceu lá.

Para compreender a visão que a cidade tinha do bairro entrevistámos 2 homens da cidade. Ambos são bons repositórios da memória/história da cidade de Santarém. Nascidos e criados na cidade, muitas são as estórias que conhecem e viveram. Um deles, inclusive, chegou a exercer funções de fiscal municipal da autarquia. Assim, tivemos curiosidade em saber como a cidade vive à vida e morte do Bairro Salazar/Bairro 16 de Março. Outra das entrevistadas era uma responsável política na época e que acompanho.

6.2 Entrevistas – Tratamento de dados

1ª parte – Atribuição de habitação



Fotografia 1 – Paisagem do Bairro “16 de Março”
(Autor e data desconhecidos)

Quando se falou na construção de um bairro com casas para pobres, foram muitos os que tentaram ir para lá residir. Mas não era coisa fácil. *“Não, quem fez o pedido para a gente vir aqui para o Bairro foi o Dr. António Canavarro e o Dr. Caldas, Dr. Caldas não o Caldas que era aquele da Quinta dos Anjos e foi outro Sr. que eu agora não me lembro e o meu padrinho o Capitão Ribeiro de Almeida, foi as três pessoas que fizeram o pedido à Câmara, para a gente ir para lá (FBC-2013-07-02-Ent 11)”*.

E outro morador refere, *“tinha o padrinho da minha filha que era o Sr. Dr. Serrão e era pessoas assim que estavam metidas nessas coisas e eu fui ter com eles e eles arranjaram-me para eu ir para o Bairro, estava uma casa dada e eu fui para ali morar, morar para o bairro tive la ate aquilo ate alagarem aquilo ... , falei com o padrinho da minha filha, falei com Dr. o Sr. Ferro, foi com o Sr. nessa altura era o Sr. presidente, que era de Tremês, então ele disse sim senhor, o Sr. Vai para la há la tantas casas vagas o senhor vai para la morar e fui logo para lá. (JAR-2013-03-01-Ent 1)”*.

Colocando a situação a outra moradora ela respondeu: *“A casa atribuíram-na porque o meu marido era funcionário da Câmara e era Bombeiro, dos Serviços Municipalizados e depois e era Bombeiro, e depois foi um castigo para ma darem, fiz muitos pedidos para ma darem, porque nessa altura eu tinha um filho, e bastante doente o meu mais velho e como os ares lá eram bons, deram-me a casa para ir para lá morar então tive lá 46 ou 47 anos (MGP-2013-03-03-Ent 2)”*.

Mas depois do 25 de abril de 1974 obter ali uma casa também não era fácil, no entanto, este morador teve a vida mais facilitada: *“O Sr. Presidente na altura disse-me a mim, para não ocupar a casa porque a casa precisava de obras e assim foi fizeram obras na casa e depois eu vivi lá até agora, tanto que a casa onde eu vivi a casa estava boa, a casa estava boa, a casa estava boa, pronto precisava de porta e janelas, porque passou-se muitos anos não é? Só e mais nada de resto a casa estava boa, depois eu vir para aqui, nessa altura já não fui eu que fui chamado à Câmara, já foi a minha mulher é que lá foi, recebi uma carta em casa em nome dela, foi lá e não sei quantos e foi dito que havia duas casas, era esta aqui e na Bernardo Santarém, caso nós não gostássemos da casa para lá irmos lá devolver a chave e*

coiso, só que eu vi esta primeiro e gostei, gosto de aqui estar (JJD-2013-03-03-Ent 4)”

Os que assistiram à inauguração do bairro recordam um dia que para eles foi muito feliz. “*Eu recebi a chave na minha mão do Dr. Maria Galhoradas, e o Sr. Doutor apontou-me qual era a porta onde eu havia de meter a chave, e eu então cheguei lá e meti a chave à porta e abri a porta. Era pequeno, tinha 3 anos e meio* (FBC-2013-07-02-Ent 11)”.

Todos eles foram retirados de barracas ou abarracados ou de casas com excesso de ocupação ou então vieram para Santarém à procura de uma vida melhor. Conviviam com a falta de salubridade, o perigo de derrocadas e a falta de intimidade. “*Agente passamos muito para se criar* (JAR-2013-03-03-Ent 1).

A passagem para o bairro foi recebida como uma boa nova. Tinham a casa que almejavam e onde poderiam manter uma família que não se sentisse excluída e pudesse ter a sua dignidade. “*Vivíamos pobres mas gostava de lá estar* (JAR-2013-03-03-Ent 1)”

2ª parte – A infância e a juventude



Fotografia 2 – Festa de aniversário
(Autor e data desconhecidos)

As saudades dos tempos da infância e da juventude estão bem vivas e a boa vizinhança e o bom viver comum superavam as dificuldades económicas.

O bem-estar de hoje não os demove da convicção de que nos outros tempos tudo era melhor e eles eram mais felizes. Sentiam-se seguros no seu espaço. Não se sentiam excluídos. Faziam parte da cidade. Sentiam-se respeitados. Eles não moravam num bairro social. Para eles era mais um dos bairros da cidade. Mas será que era mesmo assim?

Os que ali passaram a infância e juventude recordam as brincadeiras, as correrias, os jogos, as diabruras e as pequenas arruaças. Recordam com nostalgia os festejos populares, as canções, os bailes, as festas do bairro a que acorria toda a cidade, os passeios em grupo e a divisão de tarefas em que todos alegremente participavam. Os mais novos iam ao carrasco e à lenha que alimentava as fogueiras dos Santos Populares. Ajudavam a organizar as de outras festas e até incentivavam um dos moradores, considerado o motor de todas as festividades, a organizar atividades onde todos pudessem participar. Os enfeites e toda a decoração eram organizados pelos mais velhos. A comida era da responsabilidade das mães e das avós. Eram as mulheres as responsáveis por todas as tarefas domésticas. *“Pois se às vezes se houvesse, inté costume a dizer havia lá duas pessoas, colaboravam muito uns com os outros colaboravam, se eu precisa-se de qualquer coisa que me falta-se, para não ir à loja elas emprestavam ou ao contrário a mesma coisa e a gente colaborava. (MGP-2013-0303-Ent 2)”*. *“Eu LS nascida e criada em Santarém no Bairro Salazar, as memórias que tenho de lá, foi uma infância boa, boas recordações com gente maravilhosa moradores do Bairro ...”*(LS-2013-03-30-Ent 9). E quem é que não tem saudades dos tempos de infância e juventude? Poucos são os que não lembram com saudades esses tempos.

Voltando às palavras de Aquilino: "Ter sido moço, é ter sido ignorante, mas inocente." Eles eram inocentes e poderá ser essa inocência que lhes provoca tamanha saudade do passado?

3ª parte – As festividades



Fotografia 3 – Festas dos Santos Populares
(Autor e data desconhecidos)

Todos eles dizem ter tido uma vida feliz. *“Era a melhor festa as raparigas davam-se bem umas com as outras, era o maior respeito que podia haver, com as pequenas andavam na escola e vinham, mesmo já grandes, namoravam e eles davam-se ao respeito, os rapazes não é como agora, tudo ali brincavam à roda e sabiam cantigas bonitas, agora não há respeito, as brincadeiras deles são outras e dantes não era à roda eu quando lá morava em baixo ouvia eles cá a andar à roda a cantar, depois vim para cá era eu que fazia isso”* (JAR-2013-0329-Ent 5).

“É fazíamos festa, a cachopada dava-se lindamente uns com os outros, depois quando fomos para a escola tá claro era... nessa altura eram muitos cachopos lá do Bairro. ..., fazíamos teatro, brincávamos jogávamos à corda com as cachopas, era um convívio muito... Eu era muito amigo de toda a vizinhança e depois eu fazia traquinices as pessoas de mais idade (FBC-2013-07-02-Ent 11)”.

“Eram os bailes de S. João, St.^a António, as raparigas ajuntavam-se ali e os rapazes mas era com todo o respeito, não é como agora, porque arranjavam um par e dançavam e alguns tão casados e coitados vivem e ainda conheço alguns que casaram, íamos ao rosmaninho eu é que ia com eles ao rosmaninho e vinha mais a minha mulher íamos ao rosmaninho, tudo se dava ao respeito, tudo se dava ao respeito. (JAR-2013-03-29-Ent 5)”

“Eram as festas S. João, o S. Pedro ... Sim eu também para ai tenho essas fotografias, portanto era muito divertido, ia-se ao rosmaninho e fazia-se aquelas fogueiras muito grandes, uma história que eu gostava muito e que tenho ainda hoje tenho muita pena muita pena, os meus filhos ajuntavam-se com os amigos iam à lenha, quando era pelo natal iam à lenha traziam lenha muito grossa à minha porta faziam aquelas fogueiras muito grandes, tava do natal até ao ano novo sempre acesa noite e dia, juntava-se lá com os amigos, passavam ali assavam carne, ali estavam bebiam umas cervejas ali estavam era pronto, era uma alegria ... Era uma alegria, tenho pena pronto, sinto saudades disso, o Sr. João fazia umas bonecas muito grandes, punha-lhe lá as balas para depois quando ardiam ela começar a dançar e deitar fogo e assim, o Sr. João era muito jeitoso para isso, era muito alegre o Bairro, depois começaram a morrer as pessoas mais antigas e com outro espírito que hoje a malta jovem, desculpe porque é um jovem, mas a malta nova hoje não sabem brincar, não sabem, nem sabem fazer amizades, nem sabem brincar não sabem nada, não há nada que chegasse ao antigamente” (MGP-2013-03-03-Ent 2).

“Bom, havia fogueiras por todo o lado, toda a gente gostava de fazer fogueiras, no meu tempo e por o carnaval brincavam a atirar papelinhos a tirar grainha, não havia problemas depois mais tarde admirava-me estás a compreender” (JAR-2013-03-29-Ent 6).

“Nós lá tínhamos tudo de bom, brincávamos, convivíamos, demo-nos sempre todos muito bem e os vizinhos eram ótimos, as brincadeiras tinha um irmãozinho maravilhoso que era quem organizava tudo o que dizia respeito às festas populares, ó St.º António, ó S. Pedro, ó S. João, então ele, íamos todos para o cabeço, chamado o cabeço que dá acesso à Carreira de Tiro, nós apanhávamos o carrasco, o rosmaninho, as palmeiras e então puxávamos tudo com uma corda, ele é que organizava tudo, era quem nos acompanhava e de maneira que tínhamos que ir várias vezes fazer essas apanhas, trazíamos tudo para o Bairro e depois tínhamos que arranjar uma saia, uma blusa, umas meias, uns sapatos encher tudo com palha onde ele colocava umas bichas, que isso depois era o começo da festa e então o Tio João quando acabava a festa punha, deitava o fogo aos sapatos da boneca ou do boneco que ele fizesse e aquilo depois ardiava e as bichas aquelas bombinhas de, de...”(LS-2013-03-30-Ent 9).

“O S. José era local, era uma festa tradicional, era uma romaria, era uma romagem era mais um ponto de encontro da rapaziada, onde se via o principio do

verão e os rebentos da primavera e onde a malta ia beber uns copos e se encontrava e iam os músicos espontaneamente e faziam os bailaricos lá na eira, havia uma eira lá no alto onde se fazia os bailaricos e depois por todo o lado toda a gente levava o farnel toda a gente oferecia, toda agente levava o garrafão toda agente oferecia, era uma maneira de se confraternizar e das pessoas se encontrarem, era uma maneira de passar um dia alegre e bem” (VR—2013-29-03-Ent 7).” Nos dias que correm há outro tipo de distrações, e bastante mais individualizados. Na cidade os festejos tomaram novas formas e a sociedade modificou-se.

4ª parte – A cidade de então



Fotografia 4 – Igreja da Graça
(Autor e data desconhecidos)

Recordam a cidade mais como aquela saída dos tempos de El-Rei Dom Luís do que a atual. A cidade envolvida numa azáfama constante, uma cidade limpa, uma cidade que dava trabalho a todos. Só meia dúzia de pessoas influentes a dominavam, mas eles sentiam-se incluídos. Como refere um entrevistado, “*eu conhecia toda a gente na cidade*” (FBC-2013-07-02-Ent 11).

“A Cidade era próspera e tinha muitas oficinas aqui à volta, aqui S. Lázaro tinha oficinas, várias oficinas, a Cerca da Mexeira tinha lá centenas e centenas de trabalhadores, havia oficinas de automóveis ai por vários lados, tudo isso tinha

gente, tudo isso e o Mercado então era uma coisa fabulosa, o Mercado era um lugar fabuloso às 4 de manhã já funcionava, a Cidade começava a nascer à duas e tal que era as pessoas que iam para as padarias, da manhã, às quatro da manhã eram as pessoas que vinham de carroça lá de baixo da, as pessoa que vinham da Tapada, e de outros lados com as carroças carregadas de mercadoria, de mercadoria para o mercado, eram os homens que andavam a fazer a limpeza da Cidade, começava-se a fazer a limpeza da Cidade às quatro da manhã, fazia-se a limpeza a lavar ruas e a varrer as ruas e a carregar o lixo às quatro da manhã e as padarias começavam a fumar às quatro da manhã, as padarias começavam a fumar e o combustível era eucalipto, rama de eucalipto e rama de pinheiro era um cheiro fabuloso na Cidade, aquilo tudo, já começavam as pessoas a encontrar-se, e depois os que iam todos os que iam para o Mercado e os que já não se queriam deitar iam beber um “champarrião”²⁸ ao Custódio que era o homem que mantinha a tradição que era o café com a aguardente e com canela que ele arranjou essa bebida e tal e tudo aqui isto tudo se movimentava e era a policia, a policia andava sempre de noite e de dia na rua, não era só de dia era de noite as pessoas que andavam nos bairros ou andava sempre lá a policia” (VR-2013-03-29-Ent 8).

A cidade vivia segundo o ritmo do sol. Acordava ao raiar da madrugada e adormecia sob a luz de “Selene”²⁹. Era próspera e quase todos tinham uma ocupação melhor ou pior remunerada. A polícia vigiava para assegurar a segurança dos cidadãos. É desse sentimento de seguranças todos falam. Apesar de sentirem a repressão política do Estado, sentem falta desses tempos movimentados.

²⁸ Ou “Champarrion”. Receita de Custódio Silva, de 1920. Segundo o neto, esta bebida foi inspirada numa congénere francesa quando o seu avô foi soldado em França durante a I Grande Guerra. A sua composição é de café das “velhas”, açúcar louro, aguardente e canela. Era servida na abertura do estabelecimento, que primeiro funcionou numa taberna da cidade e depois no Mercado Municipal, às 5h da manhã aos boémios, e às 8h aos trabalhadores. Esta bebida tornou-se célebre na cidade de Santarém, assim como o café do mercado que chegou a ser um dos ícones da cidade.

²⁹ Lua.

5ª parte – O olhar da cidade sobre o bairro



Fotografia 5 – Vista Panorâmica
(Autor e data desconhecidos)

E as pessoas de Santarém viam o bairro de uma forma aparentemente normal. Aquela bairro era como os outros da cidade. Mas vocacionado para pessoas modestas que tinham sido “empurradas” para um sítio bem longe do centro, como estas palavras ilustram: *“Era uma bairro carismático da cidade (...) as pessoas estavam inseridas na cidade, eram empregados ou estavam estabelecidos na cidade”* (CS-2013-03-30-Ent 10).

“Eram pessoas normais, a distância é que foi, o terreno foi adquirido por um preço simbólico (...). Faziam a vida na Cidade, as pessoas do Bairro Salazar, faziam a vida na cidade. (...) Por conseguinte o Bairro Salazar, lembra-me do Bairro Salazar quando foi inaugurado, aquilo tratava-se de um olival, era o chamado Monte Cravo, depois ai foi construído um Bairro, já havia uma avenida, que era chamada a Avenida do Presidio, mas foi António Maria Baptista, que ficou distanciada e depois fizeram a ligação, através de uma rua que lá está mais, com uma largura mais, devido também, ó terreno e tal a rua ficou mais estreita e que ligou a esse bairro, mas primeiro nasceu o Bairro, depois é que foi nascendo a rua a pouco e pouco, era um Bairro destinado a gente humilde, gente pobre, gente com dificuldades financeiras. Mas que acolheu depois determinados, desde polícias e outras pessoas que já tinham vencimentos certos e essas coisas todas, não ficaram só para aquelas pessoas muito, muito humildes, sabe? Começou a aparecer empregados do liceu,

contínuos do liceu e outro tipo de pessoas, era difícil ao princípio o acesso a uma moradia, mas depois começou a fazer isso a pessoas com mais, com estrato social mais elevado, para não criar ali um ambiente assim um bocado com rixas e com problemas de vizinhança e tal e assim continuou até aos fins do, aos fins da sua demolição. (...). E outras pessoas mais modestas mas, já com um determinado número de filhos. Mas as casas tinham condições para essas coisas e era um sítio bonito, era mau para eles porque tinham que vir à cidade e a cidade é que era o pulmão, onde eles vinham respirar, vinham comprar, vinham fazer as compras, vinham trabalhar, era só as caminhadas, só aquela caminhada e o sítio era assim um bocado longe de tudo. Mas depois começou-se ali a criar o comércio, umas lojitas, umas tabernas, umas coisa e tal, e as coisas começaram a ter melhores condições” (VR-2013-03-20-Ent 7).

Desde os tempos medievos, tal como refere Cândida Beirante³⁰, aquele era lugar de separatismo étnico e religioso. No Estado Novo foi lugar de separatismo económico.

6ª parte – Os vizinhos



Fotografia 6 – Piquenique na Carreira de Tiro
(Autor e data desconhecidos)

³⁰ Beirante, Cândida – Santarém Medieval, p. 219.

Nos primórdios do bairro, e logo após a inauguração das emissões televisivas em Portugal, três famílias compraram a “caixa que mudou o mundo”. E era regra de ouro, todos jantavam à mesma hora para poderem ver televisão. E havia os momentos altos. O Festival Europeu da Canção, os filmes populares como o Leão da Estrela, a Canção de Lisboa, etc., os jogos de futebol, etc. O bairro reunia-se como se de uma família se tratasse.

“Eu era muito amigo de toda a vizinhança e depois eu fazia traquinices as pessoas de mais idade, elas vinham à rua e eu entrava dentre da casa punha-me a gatinhar em roda da mesa e a miar como os gatos, e então elas entravam dentro de casa e diziam “Vai para a rua gatito, vai para a rua” era assim essas brincadeiras que a gente fazia, essas traquinices que a gente fazia de cachopo e então havia uma vizinha, que era a vizinha dos pés de trapo, que era uma mulherzinha que tinha os pé aleijadinhos e então eu fazia pouco dela, quando ela ia a caminho de casa eu fazia pouco dela, mas ou depois eu ia por trás dela tirava-lhe o saquito do carvão que ela levava à cabeça e ia pôr-lho à porta, e ela então ia ter com a minha mãe e dizia “Ó Sr.^a Carolina o seu filho é tão traquinas, mas tem muito bom coração” bem tinha destas coisas, coisas que a gente fazia em cachopo, porque eu era muito traquinas, muito amigo de fazer pouco dos coxos, dos velhos, e hoje sou uma pessoa que me sinto arrependido disso tudo”. (FBC-2013-0702-Ent 11).

De uma forma geral todos dizem que gostavam uns dos outros. *“Do melhor. A vizinhança dava-se tudo bem. Do princípio aquilo dava-se tudo bem e gostei imenso em lá morar” (OR-2013-03-29-Ent 8).* Mas havia exceções. *“O policia, era um homem alto forte que morava ali nas primeiras casa logo à entrada, fazia uma espécie de guardião lá do Bairro, era o guardião do Bairro a uma determinada altura, tinha, pronto fazia-se ali um bocado como era policia e tal assim usava um bocado a autoridade e tal, para manter um bocado coiso e tal, não era muito bom mas também não era muito mau porque era necessário haver ali uma pessoa para defender não só aqueles que lá mas para defender de qualquer intruso que viesse de fora que era um sítio desprotegido, era um sitio longe de qualquer coisa, e a presença dele e até ele entrou para lá nessa condição, quando entrou foi também para tomar conta daquilo para não haver lá abusos para defender o património da Câmara, foi um bocado de jogo foi dessa maneira, foi para defender aquilo, isso era logo à entrada, era um homem conhecido, um homem altarrão. (...) Exagerou, quanto a mim esse polícia exagerava” (VR-2013-03-29-Ent 7).*

“Recorda-me desse policia, aliás no inicio do Bairro houve até mais do que um policia lá a viver no Bairro, este último que lá vivia, uma vez veio me bater à porta por causa de eu ter um cão, a perguntar se eu tinha licença do cão e a minha mãe estava no quintal a lavar roupa e diz-me assim “Ouve lá ó rapaz que é que está ai à porta” e eu disse “Ó mãe é o vizinho policia que está a perguntar se a gente tem licença do cão” e a minha mãe respondeu lá de dentro “Olha diz-lhe a ele que quando ele tirar as licenças para estar aqui a criar ovelhas, então eu vou tirar a licença do cão”, porque ele criava lá ovelhas no Bairro, tinha as ovelhas lá no quintal, e não podia ter (...). Foi um safado de primeira, ele foi um desses que se meteu lá com pessoas, mulheres lá do bairro, porque tinha essa fama pois, foi um pirata que por ali apareceu, a mulher dele hoje está bem na vida, porque a mulher também sofreu muito nas mãos dele, pois... (...) Não era boa vizinhança, não, e depois a minha mãe, ele uma vez matou-me um corvo que eu tinha um corvo que o animal também falava, matou-me o corvo e a minha mãe quis apresentar queixa na policia e a mulher dele é que veio ter com a minha mãe para não fazer queixa porque ele já tinha vindo de castigo de Torres Novas para Santarém, e acho que era alguém da minha família que olhava pela primeira mulher que ele teve. FBC”.

Apesar de todos exercerem a sua profissão e alguns deles serem profissionais respeitados, as pequenas “brigas” aconteciam. As tricas e a bisbilhotice também faziam parte daquele grupo. *“(...) Quem não se porta-se bem tinha de vir para a rua, era assim, aquele Sr. era assim, quem não se porta-se bem ou que brigassem ele punha logo na Rua ... Não, bonda se queixar ao Sr. Presidente ou alguém da Câmara, eles viam logo aquilo, era muito respeito, era tudo muito respeitado (...). Pois eu dei-me sempre muito bem com eles, os meus vizinhos eram bons.” (JAR-2013-03-03-Ent 1).*

(...) Podia haver um desacatozito uma vez por outra, mas pronto tudo era ultrapassado, quando havia uma aflição todos nos socorríamos uns aos outros pá” (FBC-2013-07-02-Ent 11).

As mulheres acabaram por ter sempre um papel pacificador nas guerras criadas pelos homens.

No segundo bloco, o mais interior, morava um elemento da Legião Portuguesa. Ele era os ouvidos do Estado. Mas também abusava da sua posição. Mas também ele era enfrentado pelos vizinhos, em especial um dos que também foi entrevistado que nunca demonstrou medo e discutia frequentemente opondo-se às pequenas

prepotências e ameaças frequentemente proferidas. “Mudei cá para este lado foi o mal que fiz, vim para ao pé desse que era da PIDE, fiquei ao lado, ele morava dali e coisa, andava sempre a brigar com a mulher, sempre, sempre, sempre com a mulher” (JAR-2013-03-29-Ent 5).

Mas no fundo tudo não passava de pequenas disputas. Nunca houve lugar a agressões graves. Essas só se verificam com a chegada dos ciganos. Depois do 25 de abril de 1974.

7ª parte – Os vizinhos ciganos



Fotografia 7 – Os novos vizinhos
(Autor e data desconhecidos)

“As pessoas andavam mais na rua e era às vezes um cigano que morava lá, que andava com a espingarda na mão e a mandar tiros e mais não sei quanto em contrapartida morava o pai dele ao meu lado que era uma joia de pessoa, pronto, pá pronto aqui é diferente as pessoas entram dentro do prédio e metem-se em casa que é mesmo assim, não é, quanto mais era ir aqui à garagem e mais não sei quanto as pessoas, às vezes estou dias que nem os vejo, às vezes quando precisam de alguma coisa vêm ter comigo, digo ó vizinho é preciso fazer e mais não sei quanto.” (JJD-2013-03-03-Ent 4)”

“Os ciganos eram, os ciganos era constantemente, inclusivamente eu tive problemas com eles, quiseram-me bater e tudo, se eu não fugisse, não era só um

eram uns poucos (...) Já, houve muitos que faleceram, muitos que saíram para outras casas e a, o que eu estava a dizer que, além de uns irem por iniciativa própria para outras casas, mas alguns também saíram por causa dos ciganos e isso foi a maior parte, inclusivamente os incêndios que lá houve no Bairro, foi se eu não estou em erro dois ou três, tudo a suspeitar que foram os ciganos... Sim, os vizinhos ciganos, os ciganos principalmente, alguns, alguns, alguns, isto é um inferno à noite, há noites que é um inferno ... chama-se a polícia, e a polícia muitas vezes nem sequer cá põe os pés, a maior parte das vezes” (JC-2013-03-29-Ent 6).

“Isso foi, destabilizaram por completo, e os incêndios que lá houve, até se desconfia que foi tudo provocado por eles, a casa do Chico, o rapazito não estava em casa e deitaram fogo, ele tinha uns plásticos junto da chaminé, e como tinha os vidros partidos, acho que mandaram para lá qualquer coisa acesa e incendiaram a casa ao rapaz... e depois o cigano começou a escrever nas paredes que o Bairro estava em degradação e não sei quantos e mais assim mais assado e que estava em ruínas que estava em perigo, pronto eles é que arranjam esse problemas todos, e uma vez o malandro do cigano tentou-me agredir...a mulher chegou a ser agredida pela cigana, uma garrafa na cabeça, que partiu a garrafa na cabeça da mulher que até se desconfiava que ela tinha um aneurisma ou o que era? E entretanto arrebutaram com o cordão à mulherzinha caiu a medalha, e a medalha nunca apareceu e o cordão não sei se ela recuperou o cordão” (FBC-2013-07-02-Ent 11).

“Muita criação eu criei, ali naquela barraca, era perus, era coelhos, agora para o fim é que já não podia ter por causa dos ciganos, começaram-se a encher de ciganos, era horrível, horrível, porque os ciganos também queriam ter o que a gente tinha e não prestavam para nada o cigano não dá nada, as ciganas não gostam de fazer limpeza, dizem que fazem mas não fazem, os outros que moram lá, sofrem que eu sei lá” (JAR-2013-2013-03-29-Ent 6).

“Às vezes havia, mas antes de eu para lá ir diziam que foi muito pior, havia lá certa gente que brigava muito que ia lá muita vez a polícia, mas comigo lá não. A pior coisa foi quando começaram lá a meter ciganos.” (MGP-2013-03-03-Ent 2)”

“Mas atenção há ciganos bons e há ciganos maus” (VR-2013-03-29-Ent 7)”.

A convivência multicultural e multiétnica não é fácil e quase sempre faz deflagrar conflitos. E nem uns nem outros estavam preparados para esse convívio.

8ª parte – A degradação do bairro



Fotografia 8 – A degradação do Bairro
(Autor e data desconhecidos)

E o bairro foi-se degradando. *“Não, não, nunca fizeram nada no Bairro aliás houve pessoas que fizeram melhoramentos que a Câmara deu material, que foi o caso dessa Eva, deram-lhe material, aquele lá do meu lado o Tóné que lhe deram sacas de cimento, que eu é que as enterrei porque deixou as sacas de cimento se estragarem, eu é que as enterrei junto à barreira sete sacas de cimento, deixou empedrar aquilo tudo, e eu uma vez fui à Câmara para me darem uma carrada de areia para arranjar o quarto da minha mãe, para arrancar o solho que estava todo podre, e então fui atendido lá por uma moça perguntou-me redondamente “Você vem pedir material para quê, para vender?” Porque acho que houve pessoas lá do Bairro que pediram material para fazer melhoramentos nas casa e acabaram por vender o material, segundo me consta, porque eu não, e foi essa resposta que me deram lá na Câmara”* (FBC-2013-07-02-Ent 11”).

“Pois, já foi depois do 25 de Abril, é falava-se que iam intervir lá no Bairro para fazer melhoramentos e não sei quê, uma vez ali falei com o Botas e disse “Ó Sr. Presidente, então se o Sr. ganhar novamente as eleições quando é que faz melhoramentos lá no nosso Bairro” e ele diz-me assim para mim “Olha vou lá pôr um caldeiro de cal para vocês pintarem tudo de igual” por cada um começou a pintar

sua cor, uns pintaram de azul outros pintaram, aquilo era, eu mantive sempre a mesma cor amarelo e a barra vermelha por baixo, mantive sempre ...: agora os outros cada um pintou à sua maneira”. (FBC-2013-07-02-Ent 11).

“Mal cuidado, a entidade que tinha responsabilidade pelo Bairro, não o fez como deve ser, porque se o fizesse e se ele tivesse vigilância e houvesse cuidados, o Bairro nunca caía, o Bairro mantinha-se e até era um Bairro bonito, um Bairro com uma vista fabulosa privilegiado para essas situações, o que é, precisava de vigilância, precisava de cuidados, como teve, antes do 25 de Abril, eu não estou a culpar o 25 de Abril, estou a culpar as pessoas que estavam a cuidar na altura, ou que têm cuidado até aqui das coisas. (...) O Bairro, o Bairro do Monte Cravo foi demolido por falta de cuidados da Câmara Municipal de Santarém” (VR-2013-03-29-Ent 7)”.

Mas lendo o regulamento verifica-se que antes do 25 de abril de 1974 os moradores eram, evidentemente, obrigados a fazer as obras de conservação do bairro. Só após a revolução é que essa incumbência passou para a autarquia.

9ª parte –O 25 de abril de 1974



Mas voltando um pouco atrás todos eles viveram o 25 de Abril e sentiram que trouxe algumas mudanças. Apesar das saudades do passado, a realidade é que reconhecem que a revolução lhes trouxe uma melhoria de vida, assim como direitos de cidadania até ai não reconhecidos. *“Perfeitamente, tinha eu 7 anos, lembro-me que morava em Oeiras, era um dia de nevoeiro eu andava na 3.ª ou na 4.ª Classe, mas acho que era na 3.ª, a minha escola morava, era próximo onde morava o Otel*

Saraiva de Carvalho, cheguei a vê-lo tanta vez, tanta vez, a sair à porta ele era muito popular, os cachopos “é o Otelo”, e a gente na altura não sabíamos quem era, era o Otelo, os cachopos todos de volta dele e então é assim, eu fui para a escola num dia de nevoeiro, fui para a escola, cheguei à escola as continuas “Miúdos podem ir para casa, que não há escola”, e os cachopos todos contentes e a baterem palmas à escola. Eu venho, venho para casa já mais ou menos a meio do caminho, eu realmente via tropas na rua, mas eu não sabia o que era aquilo, e oiço a minha mãe “Ó Jorge anda para casa, anda para casa” a estender-me a mão para eu ir para casa, mas eu “Ó mãe mas o quê?”, “Anda depressa, anda depressa!” e foi assim que eu recordo, era tudo, um dia de nevoeiro, as ruas todas, os militares todos cas G3, isso lembro-me, isso lembro-me” (JC-2013-03-29-Ent 6).

“E tudo a darem-se bem, era cravos por todo lado, tudo, tudo se dava bem, até os militares se davam bem uns com os outros e tudo era uma festa, quando a gente depois sobe que era o 25 de Abril, ai que contente que a gente ficamos, agora vivemos no inferno, as pessoas querem trabalhar e eles não deixam trabalhar as pessoas, ganharem para os filhos comerem, são uns ladrões uns malandros a tirarem o ordenado das pessoas, ganham poucachinho e mesmo assim andam a roubar, é a roubar mesmo, eu cá digo e não tenho medo já sou velho nunca tive preso olha mas gostava de ir, que era para ver o que era aquilo (JAR-2013-03-29-Ent 5).

Apesar das pessoas se considerarem como uma grande família e de ninguém se ter envolvido em política, havia um sentimento antissalazarista latente. O que é curioso e não deixa de ser contraditório. Se achavam que eram tempos felizes e harmoniosos também há quem diga odiar Salazar.

“A gente começamos o 25 de Abril, começamos a viver melhor, isso é verdade, isso começou-se a por melhor, o Salazar era só para os lavradores (...) a gente, o Salazar é, também não gostávamos muito dele, isso é verdade era um homem de respeito coisas da igreja mas não era bom para o povo. (...) Até do Hitler, lembro de ouvir dizer e ver filmes do Hitler o que ele fazia, e o Salazar foi comprar a ele as barras de ouro que ele lá tirava, ele mandava fazer as barras e quem as comprou foi o Salazar... Agora esses que entraram, esses depois do Salazar morrer é que ficaram com tudo, isso ouvi eu dizer, ficaram com as barras de ouro.

(...) Começou a haver muito trabalho, começou a haver, as pessoas a irem trabalhar no patrão que não podia ficar a dever ao empregado, começou a aumentar

o trabalho assim deles pagarem, eram obrigados, muitas vezes ali aquele o Vieira, a velha ia ali que a gente tínhamos uma pessoa para defender a gente, como é que se chama? (...): O advogado, uma advogada, aqui assim, a gente íamos ali ao tribunal, fazemos queixa do patrão que não pagava e ele era chamado e tinha de pagar tudo, tudo ao empregado” (JAR-2013-03-29-Ent 5)”. Também, na mudança da toponímia para Bairro 16 de Março, logo após a revolução de 1974, acordaram uma manhã ao som das marteladas de um funcionário que arrancava a placa antiga e colocava a que ficou até ao final.. Muitos deles nem sabiam o significado de 16 de Março. Só após longas conversas é que perceberam que tinha sido a intentona mal sucedida das tropas das Caldas da Rainha, onde estava um filho da cidade, e que deu lugar à Revolução dos Cravos, saída da Escola Prática de Cavalaria sob o comando do capitão Salgueiro Maia. Se estavam em democracia deveriam ter sido consultados. E aí, uma vez mais, são consensuais. Se o bairro era o Bairro Salazar deveria ter-se mantido como tal.

“Para mim será sempre Bairro “Salazar”(LS-2013-03-30-Ent 9).

10º parte – O Bairro “16 de Março”



Fotografia 9 – Mudança de Toponímia
(Autor e data desconhecidos)

“Depois o Bairro Salazar, então é que um Sr. disse o Carteiro disse-me para mim: “Ó Sr. João vá tirar o nome de Salazar, porque os carteiros começam a vir

novos e não sabem adonde é o bairro de Salazar e é melhor tirar o nome de Salazar e por o nome que está" e então fui aos correios e pus o que está" (JAR-2013-03-03-Ent 1)."

"Recordo-me, que foi após o 25 de Abril, entristeceu-me bastante terem tirado o nome de Salazar, porque acho que era de ficar o nome do Bairro" (FBC-2013-07-02).

"Quando foi a mudança do nome do Bairro, de Bairro Dr. Oliveira Salazar para o Bairro 16 de Março, acho que foi muita falta de consideração que a Câmara teve, nunca ter dito aos moradores, aqueles que lá viviam aos anos, dizer que o Bairro ia mudar de nome, isso é que foi a Câmara, a Câmara sempre errou em relação ao Bairro Salazar, sempre errou, sempre, sempre, sempre, nunca fez lá nada, nada, zero e se as pessoas não tivessem lá feito pequenas obras, o Bairro não tinha sido agora a baixo, já tinha sido há mais tempo" (JC-2013-03-29-Ent 6).

Muitos deles afirmaram que tudo tinha sido feito *ad-hoc*. Sem qualquer registo formal, sem qualquer aprovação. E muitos responsáveis políticos, tal como um dos antigos presidentes da junta de freguesia de São Nicolau pensavam o mesmo. Mas tal não é verdade. Tudo foi aprovado pela então Comissão Administrativa em reunião do Executivo Municipal de 3 de Outubro de 1974, presidida pelo Dr Francisco Pereira Viegas. Nessa reunião, muita da toponímia da cidade foi alterada. Nomes ligados ao regime do Estado Novo foram alterados e substituídos por nomes mais consensuais com o novo regime saído da revolução.

11ª parte – o senhorio



Fotografia 10 – Degradação do Bairro
(Autor e data desconhecidos)

Mas voltando ao apoio do “senhorio” no que respeita às obras de conservação e manutenção do bairro, uns dizem que antes do 25 de Abril havia preocupação e havia apoio, mas outros negam-no. Só no que toca à varredura é que há consenso. Queixam-se que a câmara não lhes dava ouvidos. As casas já tinham perdido a simetria: o amarelo ocre e vermelho escuro das barras já tinha dado lugar a variadas opções, descaracterizando por completo o lugar.

“Olhe é assim eu numa ocasião pedi uma porta da rua que estava partida e nunca me a foram pôr e depois eu é que pus uma porta de alumínio, porque não punham, pus uma porta de alumínio, e depois pus também as janelas de alumínio mais tarde, também estavam todas escavacadas, também não mas puseram, pus as janelas de alumínio, pus as persianas quer dizer fui arranjando sempre a casa conforme podia, fui pondo as coisas e fui fazendo horas lá fora e pronto qualquer coisa que eu tinha em casa era eu, eu e os moradores que lá estavam, moradores que também lá gastaram muito dinheiro a fazer obras” (MGP-2013-03-03-Ent 2).

“Lá ia se chovia, lá íamos à Câmara pedir, mas era um castigo, e era raro lá ir à Câmara porque já sabia que não era muito atendido” (JAR-2013-03-03-Ent 1).

Todos os documentos consultados demonstram que antes do 25 de Abril de 1974, o Regulamento obrigava os moradores a fazer a manutenção das casas pelos

seus próprios meios e eram multados pelos fiscais da câmara, ou até despejados, caso não cumprissem. E os despejos eram rápidos e fáceis. Bastava a câmara requisitar as forças policiais para o efeito e em três tempos os seus haveres eram colocados na rua e o direito à habitação caducava. Caso fizessem oposição iam passar uma noite, ou mais, aos calabouços das forças da ordem, que então funcionavam no Canto da Cruz, atual Conservatório de Música, ou no Governo Civil. E sem apelo nem agravo. Após o 25 de Abril de 1974 tudo mudou.

A partir de então houve de fato várias intervenções, mas nenhuma de fundo, que era o que o bairro estava a necessitar, conforme documentos consultados. Mas muita coisa tinha mudado desde a inauguração do bairro. A higiene das pessoas passou a ser um assunto mais sério, daí os alguidares darem lugares a chuveiros, pias a sanitas, tanques a máquinas de lavar, as televisões mais acessíveis ao bolso da classe média baixa e substituírem o centro do lar “fogo centralizador”, o acesso às roupas massificadas, pelo que, deixou de haver somente uma muda de roupa para a semana e outra para o domingo, daí a necessidade de mais arrumos, etc. E as casas não estavam preparadas para tal mudança. A câmara considerou que era desnecessário investir no bairro e que o melhor seria demoli-lo e realojar as pessoas noutros locais. Mas isso provocou mágoa nos moradores.

12ª parte – A fase da contestação



Fotografia 11 – O luto pelo Bairro
(Autor e data desconhecidos)

E foi então que começaram a reclamar publicamente pelo avançado estado de degradação em que o espaço se encontrava.

“Depois para o final do Bairro eu andei a embandeirar tudo com bandeiras, com panos pretos e fui muito criticado, por andar a fazer isso, mas depois vieram ter comigo para eu assinar para a Câmara intervir nos arranjos do Bairro e eu disse eu agora não assino nada, porque quando eu andei ai a por bandeiras pretas, negras vocês criticaram-me e foi ai é que o Bairro começou a ser depois badalado, foi quando apareceu lá o Presidente este que saiu ultimamente como é que ele se chamava?” (FBC-2013-07-02-Ent 11).

“Chamamos lá a televisão, um vizinho meu chamou lá a SIC, a SIC depois não apareceu, porque nós ficamos muito revoltados, quando, não foi este presidente agora, o que lá está o Rui Barreiro, ele prometeu-nos muita coisa, muita coisa e nós uma vez pusemos umas faixas pretas às portas, mas também não nos valeu de nada, ninguém, praticamente ninguém teve uma palavra para nos dizer, tanto que aquele bairro que foi feito lá em baixo em Vale de Estacas que era para os moradores todos do Bairro de Salazar e depois, uns foram para aqui outros foram para ali, mas também vou-lhe dizer uma coisa, eu estou aqui num cantinho do céu” (EV-2013-03-03-Ent 3).

“Agora este último, este último como é que ele se chamava, era o Sr. este que se foi embora, o Flores (...) pois, esse é que começou a dizer que isto era para alagar e tal, esse era boa pessoa eu acho que era boa pessoa, atendia bem a gente e tal ...” (JAR-2013-03-29-Ent 5).

Os moradores começaram a contestar contra a falta de condições de habitabilidade e o perigo de derrocada que algumas casas já mostravam. Sentiam-se esquecidos e aproveitaram uma arma que a democracia lhes tinha facultado “a livre expressão” através dos *mass media*. Já não havia lápis azul, nem ninguém seria preso. Fizeram “o luto”. E foram ouvidos.

13ª parte – A decisão do senhorio sobre o destino do bairro



Fotografia 12 – Fase Final do Bairro
(Autor e data desconhecidos)

E aqui vai ao encontro do já descrito em que o presidente já se tinha decidido pela demolição do bairro e já tinha uma equipa designada para o efeito.

“Daquilo que percebi e que fui vendo e conversando sei que o Senhor Presidente à época, Senhor Presidente Moita Flores, sentia em relação àquelas pessoas, tinha pena delas, achava indigno como tinham sido tratadas pelos Executivos anteriores porque o bairro estava completamente degradado, é óbvio que o Senhor Presidente Moita Flores achava, e bem, que o perfil deste tipo de pessoas que estava ali não era igual aos dos bairros sociais de Lisboa, as pessoas têm outro tipo de mentalidade, eu também tive essa sensação, uma vez que vim de Lisboa e, enfim, tive essa noção muito clara ... o Senhor Presidente dizia muita vez, temos de cuidar dos nossos velhos e dos mais fracos. Enfim, foi baseada nessa preocupação, suponho eu, que os tirou dali para tentar realojá-los numa situação mais digna, menos perigosa, porque além do bairro estar degradado, enfim, socialmente, fisicamente, digamos, as coisas também não eram fáceis, porque à volta do bairro haviam imensas ervas secas, as casas, a maioria delas, estavam, enfim, emparedadas, muito velhas, completamente degradadas. Eu lembro-me que chegámos a comentar, que bastava haver um inverno muito rigoroso, um incêndio que viesse do exterior ou do interior de alguma delas, como já tinha acontecido, no

passado, para se dar ali uma tragédia. É óbvio que houve, à época da nossa parte, eu digo, embora pouco mas também colaborei, houve que decidir e houve que fazer aquilo que se considerou à época, a melhor forma de proteger as pessoas e não havia a possibilidade de protelar a situação que já era completamente insustentável. Suponho que, enfim, foi, talvez não tenha agradado a toda a gente e é óbvio, a Dr.^a sabe que este tipo de mudanças são complicadas e não são fáceis de colocar, enfim, em prática, no entanto, e pela experiência que tive e tenho doutro tipo de situações temos que ter em atenção o bem-estar físico das pessoas, manter, enfim, a sua dignidade, especialmente numa época que se afigura tão complicada e em que os laços pessoais vão sendo, enfim, fundamentais para suportar, enfim, o tipo de situações menos boas. (...). Acompanhei a decisão da demolição do bairro porque como sabe anteriormente houve muitas opiniões, foram várias as propostas sobre qual o destino a dar a esse bairro se se seria reabilitação, permuta, demolição ... enfim, havia várias hipóteses. O Presidente Moita Flores foi ao local e ficou chocado com o que viu. Havia muitos casos de miséria e de desleixo extremos. Também havia casas muito bem cuidadas, em especial aquelas pessoas mais velhas que já tinham vindo do tempo do antigo Bairro Salazar, estavam habituadas a não contar com a câmara, obviamente, e como pagavam rendas de 50 cêntimos sentiam que não deviam pedir nada. Óbvio que agora com as casas arrendadas aos ciganos, que obviamente foi complicado, já o caso era diferente. O Presidente fez as contas e decidiu-se pela demolição, que enfim, parecia o mais premente à época” (SM-2013-0603-Ent 12)”.

O bairro estava num estado que a reabilitação seria quase impossível ou teria custos insuportáveis para o Município. Houve que decidir rápido para salvaguardar pessoas e bens. O executivo de Moita Flores tinha acabado de ser eleito e resolveu dar uma solução final à situação.

14ª parte – O realojamento



Fotografia 13 – Bairro Novo de Vale de Estacas
(Autor e data desconhecidos)

Houve então que realojar os moradores. Foi um processo muito delicado e nem todos têm a mesma opinião quanto à intervenção da câmara. Enquanto uns afirmam que foram ouvidos e colaboraram na escolha das novas casas, outros afirmam que nunca foram ouvidos. *“A câmara deveria ter tido mais atenção às pessoas do bairro. Com o Bairro Salazar a Câmara nunca teve nenhuma chatice. Comparado com os bairros de hoje ...”* (LS-2013-03-30-Ent 9).

“Eu gostava, e atenção e mais é que, chegou a estar uma maquete não sei se tens conhecimento, estive uma maquete na Câmara, estive lá em baixo na Casa do Campino, que era para ser a metade do Bairro, era para a Câmara e a outra metade seria para o coiso, isto no tempo do Eng.º Rui Barreiro, nesse tempo assim como por exemplo têm de sair e não sei que isto vai ser demolido e o que é certo é que, ao fim de dois anos é que demoliram é que foram demolir o Bairro, dois anos depois, depois de já não estar ninguém, as pessoas não queriam, mas as pessoas foram incomodadas não é, eu já tinha a casa aqui e não sei que na altura e não sei que, e tem que sair, e tem que sair e pronto, mas eu quando vim de lá para aqui eu tinha de ter as coisas tratadas aqui não é, e tenho de tratar das coisas, tenho de tratar da identificação, tenho por água, por luz essas coisas todas, não é chegar e andar” (JJD-2013-03-03-Ent 4)”.

Até o facto dos que não passaram para o Bairro de Vale de Estacas não terem sido convidados provocou tristeza. Uma vez mais, sentiram-se postos de parte. “O de Vale de Estacas foi inaugurado que eu nem tive conhecimento que ele foi inaugurado e realojaram logo lá pessoas, e a gente fomos os últimos a ser realojados lá” (FBC-2013-07-02-Ent 11).

Ver a casa em que sempre se viveu ser demolida não é fácil para a grande maioria das pessoas. Memórias, mágoas e afetos ali ficaram. Um realojamento é sempre difícil para todos os que estão envolvidos.

15ª parte – A fixação de novas rendas



Fotografia 14 – Os Resistentes do Bairro “16 de Março”
(Autor e data desconhecidos)

No que respeita às rendas, o que ao princípio poderia constituir um encargo nos baixos rendimentos, estas só foram aumentadas após o realojamento dos moradores. E assim rendas de 50 cêntimos transformaram-se em renas de 200 e mais euros. O que causou grande desconforto e desagrado a todos os intervenientes. “*Bom, as casinhas eram pequeninas muito pequeninas, mas a gente lá íamos, pagávamos pouco, agora vim para aqui, pago tanto, como é que eu me safo se não fosse o meu neto, como é que eu podia pagar a renda diga-me lá, puseram-me na casa mas tenho de pagar, então como é que eu podia com a reforma que tenho, diga-me lá!*” (JAR-2013-03-03-Ent 1)”.

“A renda aumentou um bocadinho. A gente só vive da nossa reforma temos as casas para passear quando não está lá a placa a proibir. (...) A renda é um bocadinho puxada. (...) A renda já começa a pesar. (..) A gente está a apertar. A gente não janta” (OR-2013-03-29-Ent 8).

As rendas aumentaram e muitos reclamam porque têm dificuldade em pagar os novos valores. E a diferença entre o que pagavam e o que pagam é substancial.

16ª parte – A demolição do bairro



Fotografia 15 – Morte do Bairro
(Autor e data desconhecidos)

E um dia o bairro veio abaixo. E esse dia foi um dia triste para todos E muitos apontaram o dedo a anteriores executivos e funcionários como sendo eles os causadores da demolição do bairro.

Houve também quem garantisse que existiam documentos, e tal afirmam lhes ter sido dito na inauguração do Bairro, que existiam documentos que transferiam a propriedade do imóvel para os arrendatários 25 anos depois da construção do bairro.. As casas seriam suas por direito próprio. Mas a verdade é que não existe nenhum documento a fazer prova desses testemunhos. E como era uma zona de grande beleza, sempre suspeitaram das intenções de muitos executivos, que

acusam de deixar o bairro ao estado de ruína a que chegou e cuja única solução seria a total demolição.

“No dia em que o Bairro foi alagado eu fartei-me de chorar, o meu filho levou-me lá à noite, você não sabe as lágrimas que eu chorei, por pena pronto, porque uma pessoa foi ali criada, ali viveu uma carrada de tempo e depois é pá fiquei um bocado triste fiquei, não só eu como certos vizinhos, certas pessoas que estão lá em baixo em Vale de Estacas, também sentiram a mesma pena, mas eu aqui, como é que eu hei-de dizer, eu senti mais porque aquilo era para ser demolido ca gente ia para outro lado, que aquilo era para ser para hotel e pois ... várias coisas Pois, é só você olhar ai para a frente você vê o sítio do Bairro, e mesmo que não queira olhar eu via o Bairro, eu olho para ali para o descampado e eu vejo o Bairro, e vou muita vez, muita vez a dar uma voltinha lá aquele lado e paro na travessa onde agente morava, no sítio da minha casa e pronto, vou recordando isso, velhos tempos” (ES-2013-03-03-Ent 3).

*“Depois, depois. Sim, depois. Podia ser arranjado. Mas quanto a mim, cá na minha ideia, aquilo era um local privilegiado da cidade e é, e era demais para os pobres. Era sim senhor. De maneira que, aquilo quando foi inaugurado, segundo disse o Dr Galhordas, o Presidente, aquilo passado 25 anos, a pessoa que inaugurou aquilo, passado 25 anos que lá morava, a casa pertencia-lhe. A casa ficava pós inquilinos (...): Não, havia documentos que mais tarde desapareceram. Desapareceram, não é? Foram abafados. Opois houve várias opiniões, daquilo ser alagado por fases e até ao segundo e terceiro andar e *nã* sei quê *nã* sei quê e a gente assinou. A gente parte das coisas fez mal em assinar. Assináramos. Acabou. Acabou o bairro (...) Era demais. Era demais para os pobres. Agora na época em que estamos? Quando eu comecei a namorar a minha senhora aquilo era um carreiro cheio de canas vinhamos por aí fora e andava poi ... Já o fizeram ... desviado... e pois a cidade começou a aumentar, aumentar ... foi. Aquilo teve para ser, também no tempo dum senhor que se chama Alexandre Veríssimo, teve a contar que aquilo era para ser demolido ca gente ia para outro lado, que aquilo era para ser para hotel e pois ... várias coisas Pois (...) cá na minha opinião que não percebo nada dessas coisas, mas aquilo foi se calhar autorizado porque os senhores eram empregados camarários. Quanto a mim. Mas aquilo depois teve mal, salvo erro, aquilo *opois* esteve mal, mas ... seguiu. Porque são duas belas vivendas, aproveitaram ... acho que faz bem. Olhe paciência* (OR-2013-03-29-Ent 8). “A

Câmara poderia ter restaurado o Bairro e inseri-lo também das pessoas que quisessem lá habitar, não era deitar aquilo ao desbarato e aquilo se calhar foi entregue a alguma empresa de borla ou de mão beijada. (...) Só havia uma coisa que eu gostava de perguntar. Quem é que deu autorização para fazer aquelas duas vivendas que lá estão? Exatamente, completamente eu julgo até que aquelas vivendas, só alguém com influência dentro da Câmara é que conseguia um projeto desses, não se compreende, isso é a mesma coisa que na Avenida do Brasil deixarem fazer aquele mamarracho com doze andares, isso é a mesma coisa que fazerem no Bairro Salazar aquelas duas vivenda, deve haver ali contrapartidas.

“Eu suponho que a Câmara de Santarém fez o que pode” (SM-2013-0605-Ent 12”.

17ª parte – Os novos vizinhos



Fotografia 16 – Os novos Vizinhos
(Autor e data desconhecidos)

E no que respeita aos novos vizinhos nota-se que os que foram para os outros bairros têm tido alguns problemas de adaptação, em especial com os de etnia cigana; os que ficaram nas casas do arrendamento particular tiveram mais facilidade na integração. *“Não, foi quase à vontade de quem lá estava a morar, está a compreender? As senhoras que lá estavam, para mim foi eu vi, eu vi-a e notava, era como elas queriam até estas gente de raça cigana estava lá, que dantes o Salazar não fazia isso, não metia lá essas pessoas e então agora começaram lá a meter e elas coitadas tinham, olhavam para isso tudo, tava lá uma menina, que eu não sei já*

o nome, não me lembro bem o nome dela, era a coisa melhor que podia haver, elas é que arranjavam à medida que a gente precisava, mas como eu vivia na casa e como tava o meu neto, eu gostei da casa tá compreender, a casa grande diferente da outra. (...) Ai pois moram cá as vizinhas, as senhoras que moram aqui por baixo moravam lá no bairro ... Ai, damo-nos bem, pois são pessoas boas”. (JAR-2013-03-29-Ent 5).

“ Aqui às pessoas? É assim não tenho nada a dizer de ninguém, dou-me bem com toda a gente, a única pessoa costuma-se a dizer à sempre uma ovelha ranhosa a do r/c mas pronto eu vim para aqui e elas pensavam que nós vínhamos das barracas mas costuma-se a dizer eu sou pobre mas tenho educação, não é? (...) Pronto desde que sai do Bairro, é um sossego eu estou no céu, é assim é como o outro eu saio de manhã e entro à noite, é muito raro ver os meus vizinhos, só ao fim de semana é que os vejo, e é quando os vejo mesmo, pronto, porque de resto não, só o sossego, só eu estar aqui sossegada não, não, já é muito bom” (ES-2013-03-03-Ent 3).

“Eu gostava, eu gostava, foi lá que eu criei os meus filhos, foi lá que eles nasceram, porque eu quando vim para Santarém só trouxe o mais velho, tinha nove meses está com 50 e pronto fui lá que eu os casei foi tudo, portanto é uma saudade muito grande daquele sítio, daquela gente, daquelas amigas que eu lá deixei, tenho muita pena, se fosse hoje eu não tinha vindo para aqui, para quê? Para ao pé da ciganada, não tinha vindo, isto não interessa a ninguém”. (MGP-2013-03-03-Ent 2).

Apesar de dizerem que gostam dos novos vizinhos, a realidade demonstra que quem foi para o novo Bairro teve mais dificuldades de adaptação do que os que foram para o arrendamento particular. Sendo que a maioria são pessoas idosas o facto de terem de lidar com novos hábitos e costumes não tem sido fácil para eles. Tiveram de aprender a lidar com pessoas de outras idades, credos e origens, a lidar com novos espaços e a ter novos comportamentos.

18ª parte – A cidade de hoje



Fotografia 17 – A Cidade Atual
(Autor e data desconhecidos)

E a cidade atual? Como é que a sentem em comparação com o passado?
“Pois isto expandiu muito (...) pois S. Domingos e agora há uma coisa que me entristece também muito, a rua onde eu moro raramente lá aparece uma varredora para varrer a rua”. (FBC-2013-07-02-Ent 11).

“Eu penso que aquilo estava mais jeitoso partiram muita coisa mas são engenheiros eles é que sabem eu ainda sou do tempo que andei a betumar o lancil da avenida no tempo do Dr. António Francisco, quando eu entrei para a camara tinha 19 anos era ajudante de pedreiro. Passei lá dias e dias a betumar as juntas da avenida ate nem era mau. Até o trânsito era melhor. Modificações, umas para melhor outras para pior. (OR-2013-03-29-Ent 8).

“A Câmara até poderia ter atuado até podia investir em borregos e trazê-los para o centro histórico e pô-los aqui a pastar que as ruas estão cheias de ervas” (CS-2013-03-30-Ent 10).

A Cidade morreu, a chamada Cidade que era o Centro, chamada agora Centro Histórico, ainda agora as pessoas que moram nos Bairros dizem “Eu vou ali à Cidade”, “Eu vou à Cidade”, havia este propósito, quando a Cidade era a Rua Direita, a Rua de S. Nicolau, a Rua do Central, a Rua João Afonso, isso é que era a Cidade, isso morreu, mataram-na” (VR-2013-03-29-Ent 7).

Habitados a uma cidade que se movimentava no Centro Histórico, o crescimento da urbe para outros lugares foi tirando o movimento central de pessoas e veículos. A crise económica deslocalizou vários serviços públicos e empresas privadas e encerrou outros. A Câmara não manteve a cidade tal como estavam habituados. Limpa e cuidada. A cidade buliçosa de outrora, para eles, já não existe.

Capítulo 7- Conclusão e reflexões finais

Citando Jacques Le Goff ⁽³¹⁾, “o conceito de memória é crucial. A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas. A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

É o que Pierre Bourdieu chama de “álbum de família”: “A Galeria de Retratos” democratizou-se e cada família tem (...) o seu retratista.

Referindo Vidigal (1996), é uma forma de “compreender fenómenos da memória oral, de integração do vivido individual:

- na história local ou regional;
- na história social (sindical, associativa, profissional, ciclos de vida, classes sociais, etc.);
- na história institucional ou política (personalidades, empresas, autarquias, etc.);
- na história económica (a organização das atividades económicas – a produção, a circulação, o consumo);
- na história das mentalidades, na história das ideias, na história da arte.

Enfim, aspetos relativos a procedimentos da vida social no passado (Vidigal: 1996, p. 51)

Tal como já afirmámos, e com base nas entrevistas, muita da informação documentada acaba por não transmitir as impressões individuais ou do grupo. Mas é a recolha oral que abre o “baú das memórias” e recolhe as vivências de um grupo sem voz, reproduz as histórias e os relatos de vida, privilegiando as relações entre a memória individual e a memória coletiva deste. Refiro aqui as celebrações, as

(31) Enciclopédia Einaudi, Vol. 1.

alegrias e as tristezas dos moradores do Bairro Salazar. Daí a razão para se ter dado primazia aos testemunhos orais, pois eles constituem a “matéria-prima com que se lida neste estudo. Eles remetem para a construção de uma verbalização que faz apelo a memórias pessoais. E tal como refere Vidigal (1996) é precisamente em momentos de crise ou de mudança acelerada das sociedades, que a memória coletiva se empolga, ganha relevo e espessura e no processo de rememoração e podem ganhar contornos místicos e idealizados.

Estas memórias e estas vozes não ficaram registadas no levantamento de 1950 efetuado pela câmara, nem em qualquer outro que se tivesse debruçado sobre o Bairro. Em todos há a preocupação da parte material mas nada inclui o imaterial.

Em 1998, Mário Martins ⁽³²⁾, deparou-se com um bairro e uma população já envelhecidos mas teve o cuidado de reproduzir as vivências e deu voz ao grupo.

Curiosamente, Portugal, em 1980, apresentava uma população menos envelhecida do que a maioria dos países europeus. Mas em 2012, é um dos países mais envelhecidos do espaço europeu e do mundo, o que lança desafios muito difíceis aos governos e às futuras gerações.

O estudo de caso aqui realizado reflete esses números. Se em 1948 os habitantes do Bairro eram uma população jovem, com famílias extensas, todos ativos profissionalmente, na data da demolição constituíam uma população envelhecida e núcleos familiares muito reduzidos.

Como refere Beja Santos³³, *“entre 1960 e 2011, o número de jovens em Portugal diminuiu 1 milhão e o número de idosos aumentou 1,3 milhões. No momento presente, o grupo “65 e mais anos” contém mais pessoas que o grupo dos jovens, situação que aconteceu pela primeira vez, na história de Portugal, no ano de 2000. (...) O envelhecimento da sociedade aparece em articulação com o envelhecimento demográfico mas tem a ver com as atitudes mentais e culturais em que uma faixa da sociedade pode dar sinais de depressão ou sentir-se ameaçada. (...) O envelhecimento demográfico justifica-se devido à redução da mortalidade e à redução da fecundidade e é acompanhado de receios: de perda de saúde, do aumento das doenças crónicas ou degenerativas, acréscimo das dificuldades de*

(32) Educador Social – Efetuou um trabalho sobre o Bairro “16 de Março” ao abrigo do Programa Habibairro.

(33) Técnico Superior da Direção-Geral do Consumidor e Professor Universitário – É pioneiro em Portugal da investigação na área da Defesa do Consumidor. Tem dedicado os seus últimos trabalhos ao consumo solidário e intergeracional.

mobilidade, divisão e audição, como se espalha a solidão e o isolamento familiar, há o medo da pobreza, de que a pensão ou rendimento não cubram as necessidades básicas e os cuidados de saúde. O envelhecimento está a ganhar visibilidade e nunca a população em idade ativa apresentou sinais tão visíveis de envelhecimento”.

E estas afirmações entrosam com as de outros estudiosos; voltando a Luís Capucha ⁽³⁴⁾, os Estados Providência estão “*confrontados com problemas novos ou que se aprofundaram fortemente nas últimas décadas, e também com necessidades, algumas das quais criadas por ele próprio, que não correspondem exatamente àquela que foi a sua vocação fundadora*”. Alguns desses problemas são: o envelhecimento da população e a aceleração dos rácios de dependência, níveis de emprego baixos, mudanças na organização familiar, rutura das formas tradicionais de prestação de cuidados e de integração em grupos primários, a constituição de novos territórios suburbanos degradados, os crescentes fluxos migratórios. A par dessas dificuldades surge o aumento dos padrões de exigência dos cidadãos face aos serviços sociais prestados.

Tendo sempre como base a economia do país que, no caso português, é de grande debilidade afigura-se que estamos perante um dilema no que respeita às boas práticas face à gestão de habitação social. Devemos construir de raiz habitação a preços acessíveis, distribuir as populações com fracos recursos por habitações adquiridas ou arrendadas, ou reabilitar património para aí alojar as populações, criando bolsas de arrendamento integrado? Esta discussão mantém-se. E a solução não se advinha fácil. Tudo porque os constrangimentos económicos nem sempre permitem construir um modelo eficaz e que sirva a todos os atores sociais. No nosso estudo de caso podemos até afirmar que as pessoas realojadas em habitação privada e distribuídas pela cidade estão mais felizes e satisfeitas, que as que foram transferidas para outro bairro social. As primeiras diluíram-se no meio da população e não têm o estigma do bairro. Não apresentam tantas reclamações e sentem-se iguais às que as rodeiam. Apesar de no início terem desconfiado desta proposta da câmara para participarem no realojamento, acabaram por a aceitar e

(34) <http://pobrezaeterritoriosdeexclusao.wordpress.com/clarificacao-do-conceito-luis-capucha/> consultado em 2012-07-15, pp. 25-26.

alguns até se envolveram na escolha dos locais de realojamento. Houve um pequeno grupo que optou por ficar bem perto do Bairro. Assim, a sua rotina diária acaba por não sofrer grandes alterações. Mantém-se perto de amigos e conhecidos, continuam a ir ao mesmo café, à mesma mercearia, etc. Só a casa é que é diferente.

Curioso foi o facto de terem sido unânimes quanto à toponímia do bairro. Não gostaram da mudança e acham que se deveria ter manter como “Bairro Doutor Oliveira Salazar”, como alguns entrevistados fizeram questão em sublinhar. Mas acabam por repudiar a política de Salazar.

Sabiam que eram vigiados por uma polícia política e tinham de obedecer a regras comportamentais adequadas ao regime, mas mesmo assim têm saudades dos primórdios do Bairro. Como sublinha Pierre Bourdieu, *esse tipo de socialização na ação política é possível porque os seus agentes pertencem ao mundo social que querem dominar e, conseqüentemente, conhecem as suas limitações, fraquezas e aspirações. A partir desse conhecimento privilegiado podem agir sobre as representações impondo novas, ou pelo menos diferentes, visões desse mundo social.*

Apesar das dificuldades económicas, do sofrimento e do desagrado perante o senhorio, assim como desgosto pela própria cidade, quase todos, são pessoas resilientes, com boa autoestima e até autoconceito. Como refere Goleman (2006) quase todos tiveram a *“habilidade de superar adversidades”*. Encontraram um novo significado ou finalidade para a vida, estiveram e alguns ainda estão abertos a novas experiências e desafios, têm sentido de humor, são confiantes e otimistas, socializam com facilidade, são quase todos afetuosos, capazes de semear sentimentos e emoções, e são capazes de viver uma gama variada de sensações, de ter atitudes positivas perante a vida que lhes permitem fazer face aos problemas.

No que respeita à autoestima e ao autoconceito, a primeira que *“resulta dos nossos afetos da nossa autoconfiança e autodisciplina, dos nossos sentimentos de valor e do nosso autodomínio”* (...), e a segunda que *“constitui uma componente avaliativa de cariz cognitivo”* (Peixoto: 2006), quase todos acabam por ter orgulho do que eram e do que são como pessoas e membros integrantes da sua comunidade. Sentem que cumpriram “a sua missão”.

A cidade moderna, congestionada e apressada é propícia à deflagração de conflitos e à incivilidade de comportamentos. Os escassos recursos urbanos são suscetíveis de provocar tensões: rico/pobre, centro/periferia, autóctone/imigrante,

idoso/jovem, maioria/minoria, etc, pelo que, os processos de realojamento necessitam sempre de um acompanhamento de proximidade e devem ser efetuados por equipas multidisciplinares que assegurem as ligações com toda a estrutura de apoio social que deve funcionar em rede.

No nosso estudo esse conflito deflagrou entre maioria/minoria. Com a entrada de famílias ciganas no Bairro, foram considerados como o elemento perturbador e a sua proximidade com os antigos residentes foi muito reduzida. Muitos deixaram de ser nómadas e fixaram-se em habitações. Sobretudo em habitações sociais. Mas a sua integração continua a não ser fácil, até porque a violência (e a sua fama...) dificulta a convivência.

Para terminar, podemos afirmar que apesar da maioria das pessoas estar satisfeita com a nova casa, as saudades do Bairro mantêm-se e irão viver com elas até ao fim. Os que foram para o novo bairro já não sentem tanta afinidade com o espaço exterior e nem sempre convivem bem com os vizinhos. A diversidade confunde-os. Como diz Teresa Pinto da Costa (1994). “*sentem gosto pela casa, mas desgosto pelo bairro*”. Os que foram para as casas do mercado particular já se sentem como se ali pertencessem, interagem com maior facilidade com os vizinhos, e apoiam-se na execução de pequenas tarefas para o bem comum.

Uma vez que cada vez o Estado delega competências nas autarquias a nível de habitação municipal, é aqui que é fundamental o seu papel como principal integrador das pessoas. A necessidade de proceder em conformidade com as diferentes realidades, com a justeza que cada pessoa e cada caso merecem, recorrendo a uma ética profissional que evite discriminações ou conflitos e que faça a diferença. São procedimentos necessários e fundamentais para que melhor se possa distinguir entre ações corretas e incorretas e integradoras ou reprodutoras de discriminação

O papel dos mediadores socioculturais e educadores sociais como interventores comunitários deve ser valorizado e reforçado pela sua relação de proximidade com a comunidade. Eles ocupam um lugar essencial como mediadores nos difíceis processos de socialização e de integração e são capazes de superar tensões e resolver conflitos que a sociedade atual não cessa de produzir. Eles estão na "zona de confluência" onde se cruzam e interpenetram as relações de força entre os agentes locais, as ligações entre estes e as organizações de poder político e as

formas de promoção da representatividade dos moradores junto dos organismos estatais ⁽³⁵⁾.

O nosso estudo de caso talvez evidencie, afinal, um dos traços característicos de resolução de conflitos no planalto santareno: como tradicionalmente, os grupos dirigentes locais apagaram uma memória topográfica socialmente discriminatória, acomodando-se às novas e “modernas” formas da segregação social. Aos únicos portadores legítimos dessa memória –os moradores do Bairro- pensamos ter “dado voz” e contextualizado interpretativamente o seu testemunho. A minha esperança é antiga -é a de que, da análise e questionamento de experiências sociais do passado, se possa aprender algo para o futuro...

⁽³⁵⁾ <http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=349>, consultado em 2012-07-15;

Bibliografia

Abrantes, Teresa (1994). Efeitos Perversos dos Bairros Sociais: Observações e Sugestões, in: “*Sociedade e Território*”, nº 20, Ed. Afrontamento: Porto, pp. 50-54;

Adam, Barbara; Beck, Ulrich; Van Loon, Joost (orgs.) (2000), The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory. Londres: Sage;

Almeida, Paula (1994). Habitação: a Produção de um Conceito, in: “*Sociedade e Território*”, nº 20, Ed. Afrontamento: Porto, pp. 110-116;

Arruda, Virgílio (1999). Santarém no Tempo, 3º ed., Santarém: Câmara Municipal de Santarém;

Augusto, Nuno Miguel (2000). Habitação social – Da intenção de inserção à ampliação da exclusão, in: “*IV Congresso de Sociologia Coimbra*”, Coimbra, pp.1-18;

Bandeirinha, José António (2007). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 121-122;

Barreto, António (1996-1999). A situação social em Portugal (org.), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996-2000. (2 Vols. Vol 1: 1960-1995. Vol 2: 1960-1999: indicadores sociais em Portugal e na União Europeia);

Bastos, José *et al* (2007). Sintenses Ciganos: Uma abordagem estrutural-dinâmica, Migração e Minorias Étnicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Câmara Municipal de Sintra;

Beck, Ulrich (1992). Risk Society: Towards a New Modernity. Londres: Sage;

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (1994). Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order, Cambridge: Polity Press;

Beirante, Cândida (1980). Santarém Medieval, Lisboa: Universidade Nova;

Birou, André (1982). Dicionário de Ciências Sociais, Lisboa: D Quixote;

Bourdieu, Pierre (2007). La Misère du Monde, France: Points ;

Bourdieu, Pierre (1998). O que falar quer dizer, Algés: Difel, 1998;

Bourdieu, Pierre (2008). Para uma Sociologia da Ciência, Lisboa: Edições 70;

Bourdieu, Pierre (2010). O poder simbólico, Lisboa: Edições 70;

Brochado Coelho, Mário (1986). Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE - 1974-1976), in: “*Revista Crítica de Ciências Sociais*”, 18/19/20, pp. 645-672;

Canotilho, J. J. Gomes e Moreira, Vital (1993). Constituição da República Portuguesa, Coimbra: Coimbra Editora;

Capucha, Luís (2005). Desafios da Pobreza, Oeiras: Celta;

Castells, Manuel (1976). Lutas Urbanas e Poder Político, Col. A Cidade em Questão, 5. Porto: Ed. Afrontamento;

Costa; Alfredo Bruto da (coord); Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paula (2008). Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo, Lisboa: Gradiva;

Costa, Bruto (2002). Exclusões Sociais, Lisboa: Gradiva;

Costa, Teresa Pinto da (1994). A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto Pela Casa e o Desgosto Pelo Bairro, in: “*Sociedade e Território*”, nº 20. Ed. Afrontamento, Porto, pp. 36-43;

Cardoso, Abílio (1996). Do desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento, Afrontamento: Porto;

Casis, Filomena e Pereira, Albano (1994). Utilização do Espaço de Habitar e Satisfação Residencial - Bairro do Bugio, in: “*Sociedade e Território*”, nº 20, Ed. Afrontamento: Porto, pp. 44-49;

Citron, Suzanne (1990). Ensinar a história hoje: a memória perdida e reencontrada, trad. Guida M. A. de Carvalho, Luís Vidigal; Lisboa: Livros Horizonte;

Clavel, Gilbert (2004). A Sociedade da Exclusão, Porto: Porto Editora;

Coelho, A. J. Baptista (1994). É Preciso Integrar a “Habitação Social” na Continuidade Urbana, in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento: Porto, pp. 71-78;

Custódio, *et al* (1996). Candidatura de Santarém a Património Mundial, Santarém: Câmara Municipal de Santarém

Dicionário do Estado Novo (1996). Direção de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, Lisboa: Círculo de Leitores;

Dicionário da História de Portugal (1996). Suplemento 1926/74, Direção de António Barreto e M. Filomena Mónica. Lisboa: Editora Figueirinhas, Lda;

Downs, Charles (1980). Comissões de Moradores and Urban Struggles in Revolutionary Portugal, in: “*International Journal of Urban & Regional Research*”, vol. 4, pp.267-294;

Eco, Umberto (2011). Como se faz uma tese em Ciências Humanas (17^a ed.); Editorial Presença: Lisboa;

- Enciclopédia Einaudi (2004). Vol. 1. 1^o Edição;
- Ferreira, Vitor Matias (1975). Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política, Porto: Afrontamento;
- Ferreira, António Fonseca (1987). Por uma Nova Política de Habitação, Coleção A Cidade em Questão, n.º 7, Porto: Ed. Afrontamento;
- Fortin, Marie-Fabienne (1999). O processo de investigação: Da concepção à realização Loures: Lusociência: Edições Técnicas e Científicas, Lda;
- Foucault, Michel (1994b). Entretien avec Michel Foucault, in Dits et Écrits, Paris: Gallimard, Vol.3, pp. 140-160;
- Galinha, Sónia (Coordenação) (2010). Sociedades Empáticas e Organizativas: Contributos Psicossociológicos em Educação, Santarém: Escola Superior de Educação;
- Giddens, Anthony (1994). Modernidade e Identidade Pessoal, Oeiras: Celta;
- Goleman, Daniel (2006). Inteligência Emocional, Lisboa, Sábado;
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s.d.) Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa/Rio de Janeiro;
- Gros, Marielle C. (1994). Pequena História do Alojamento Social em Portugal, in: Sociedade e Território, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 80-90;
- Guerra, Isabel (1994). As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas, in: "Sociedade e Território", nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 11-16;
- Guerra, Isabel (1997). Um Olhar Sociológico Sobre o Alojamento, in: "Sociologia, Problemas e Práticas", nº 24, Lisboa, pp. 165-181;
- Hobsbawm, Eric (1996). A Era dos Extremos: história breve do século XX: 1914-1991, Lisboa: Companhia das Letras;
- Hoven, Rudy Van Der e Nunes, Maria Helena (org.) (1996). Desenvolvimento e Acção Local, Fim de Século Edições: Lisboa
- Irwin, Alan (1998). Ciência Cidadã: Um Estudo das Pessoas, Especialização e Desenvolvimento Sustentável, Lisboa: Instituto Piaget;
- Lefèbvre, Henri (1972). O Pensamento Marxista e a Cidade, Biblioteca do Conhecimento Actual, n.º 8. Lisboa: Editora Ulisseia;
- Ludke, Menga e André, Marli (1986). Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas, São Paulo: EPU;

Maia, Hortense L. (1994). Representações da Pobreza: Proximidade Geográfica e Distância Social, in: “*Sociedade e Território*”, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp.63-70;

Malheiros, *et al* (2007). Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e não Migrantes Na Área Metropolitana de Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros: Acidi;

Marques, Ramiro (2000). Uma Breve História da Ética Ocidental, Lisboa; Plátano Edições Técnica.

Martins, Mário (1998). Caraterização do Bairro “16 de Março”, Habibairro/Câmara Municipal de Santarém: Santarém;

Matias Ferreira, Vítor (1975). Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política. Coleção A Cidade em Questão, n.º 4. Porto: Ed. Afrontamento;

Michel, Henri (1977). Os Fascismos, Lisboa: D Quixote;

Monteiro, Alcides (1997). Comunicação ao Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Universidade da Beira Interior: Covilhã;

Organização Internacional do Trabalho (2003). A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal, Genebra: Bureau Internacional do Trabalho;

Peixoto, Francisco (2003). Auto-Estima, Autoconceito e Dinâmicas Relacionais em Contexto Escolar, Dissertação de Doutoramento em Psicologia: Braga;

Pereira, Nuno Teotónio e Fernandes, José Manuel (1982). A Arquitetura, in: O Fascismo em Portugal/Atas do Colóquio na Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 533/551. Lisboa: A Regra do Jogo;

Pereira, Nuno Teotónio (1987). A arquitetura do Estado Novo, in: “*O Estado Novo/das origens ao fim da Autarcia*” / 1926-59”, Volume II, pp. 323/357. Lisboa: Edit. Fragmentos;

Ritzer, George & Goodman, Douglas J. (2003). Sociological Theory, 6th ed. Singapore/International Edition: McGraw-Hill;

Rodrigues, Maria (1999). Pelo Direito à Cidade: O Movimento de Moradores no Porto (1974/76), Porto: Campo das Letras;

Rocha, Nuno Dias Rocha, Rodrigues, José Augusto (coord.) (2005). Ficha Técnica do Bairro 16 de Março: Local do Projeto Bairro 16 de Março, Monte dos Cravos, Gabinete de Projetos Municipais. Santarém: Câmara Municipal de Santarém;

Rosário, Edite, *et. al* (2011). Discurso do Racismo em Portugal: Essencialismo e Inferiorização nas Trocas Colóquias sobre Categorias Minoritárias, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Acidi;

Rosas, Fernando (2012). Salazar e o Poder: A arte de saber durar, Lisboa: Tinta da China;

Rosas, Fernando (2000). Salazarismo e Fomento Económico, Lisboa: Editorial Notícias;

Salazar, António de Oliveira (1933). Discursos de Salazar, Vol. 1(1928-1934) 5ª edição revista e editada pela Coimbra Editora, Limitada em 1961;

Sampaio, Joaquim (2012). Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo, Curso de Doutoramento em Geografia, Cadernos de Geografia, 4, Universidade do Porto, 4 de Março, pp. 102-123;

Santos, Boaventura de Sousa (1990). O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988), Porto: Ed. Afrontamento;

Santos, Boaventura de Sousa (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português, Porto, Edições Afrontamento;

Santos (org.), Portugal: Um Retrato Singular, Porto: Ed. Afrontamento, pp. 16-56;

Santos, Boaventura de Sousa (1998). A Reinvenção da Democracia, Lisboa: Gradiva;

Santos, Boaventura de Sousa (1999). A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado, Oficina do CES, 134: Coimbra;

Serrão, Virgílio (1957). Santarém História e Arte, Santarém: Câmara Municipal;

Silva, Carlos Nunes (1994). Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século xx, In: *"Análise Social, vol. XXIX (127)"*, (3.º), pp. 655-575;

Silva, Carlos Nunes e Hoggart, Keith (2000). Parcerias Público-Privadas nas Políticas de Habitação em Portugal e no Reino Unido, Lisboa, Universidade de Lisboa e Departamento de Geografia do King's College London, pág. 367;

Silvano, Filomena (1997). Territórios da Identidade, Oeiras: Celta Editora;

Teixeira, Manuel (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940, in: *"Análise Social, XXVII"* (115), pp. 65-89;

Yin, Robert (1994). Case Study Research: Design and Methods (2ª Ed), Thousand Oaks, CA: Sage Publications;

Vidigal, Luís (1993). Câmara, Nobreza e Povo: Poder e Sociedade em Vila Nova de Portimão (1755-1834), Portimão: Câmara Municipal de Portimão;

Vidigal, Luís (1994). A entrevista: o que é preciso saber para originar testemunhos orais, Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância. n.º 20, Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém;

Vidigal, Luís (2000). Escola ou macadame?: um debate sobre escolarização e desenvolvimento em Portugal, no 1º terço do séc. XX, Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância. 2ª Série, n.º 68. Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém;

Vidigal, Luís (1993). A história oral: o que é, para que serve, como se faz, Cadernos do Projeto Museológico sobre Educação e Infância. 2ª Série, n.º 16. Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém;

Vidigal, Luís (1992). Imaginários Portugueses, Viseu: Centro de Estudos Aquilino Ribeiro;

Vidigal, Luís (1986). O Jovem Aquilino Ribeiro, Lisboa: Livros Horizonte;

Vidigal, Luís (1996). Os Testemunhos Oraís na Escola: História Oral e Projetos Pedagógicos, Edições Asa: Porto;

Vilaça, Helena (1994). As Associações de Moradores enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social, in: "*Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*", n.º4, pp. 49-96.

Fontes Arquivísticas

Livros

Atas de Registo - Alvarás de Habitação para Pobres -1944 a 1966. Livro n.º 1.

Atas da Vereação – Habitações para pobres - Livros 17 – folha 30, 29 de Setembro de 1944 até Livro 81 – folha 90V de 30 de Dezembro de 1956.

Atas da Vereação – Casas para pobres – Processo 98/1000/45 – 17 de Novembro de 1944.

Atas da Vereação - Aprovação do Regulamento para Ocupação de Casas para Pobres – 1 de Agosto de 1948;

Jornais

Correio do Ribatejo – O Monte Cravo: Sua morte e transfiguração – n.º 2976 – 8 de Maio de 1948.

Correio do Ribatejo – Vida e Morte do Monte Cravo - n.º 2978 - 22 de Maio de 1948, p. 8.

Arquivo Corrente do Município de Santarém

Alvará de Ocupação de Casa no Bairro Doutor Oliveira Salazar (nos termos do Decreto-Lei n.º 35 106 de 6 de Novembro de 1945) a atribuir uma habitação por reunião da Câmara Municipal de 8 de Julho de 1959 – 23 de Setembro de 1961;

Alvará de Ocupação de Casa no Bairro Doutor Oliveira Salazar (nos termos do Decreto-Lei n.º 35 106 de 2 de Novembro de 1999) a atribuir uma habitação por reunião da Câmara Municipal de 8 de Julho de 1959 – 23 de Novembro de 1999;

Bairro Municipal 16 de Março - Mapa de elementos por fogo – Fichas com número de fogo, nome do arrendatário, data de ocupação; valor da renda; constituição do agregado; observações (rendas em débito e processos para averiguação de habitação permanente) – Departamento de Assuntos Culturais e Sociais: Serviço de Ação Social - 22 de Novembro de 2002;

Fichas de caracterização das tipologias e dos titulares do arrendamento e agregados familiares do Bairro 16 de Março a realojar – Divisão de Ação Social -29 de Agosto de 2007;

Fichas de caracterização das tipologias e dos titulares do arrendamento e agregados familiares do Bairro 16 de Março a realojar – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;

Fichas individuais de caracterização socioeconómica dos agregados do Bairro 16 de Março – Divisão de Ação Social - 29 de Agosto de 2007;

Gabinete Técnico Municipal (2005) Vistorias Técnicas e levantamento das habitações do Bairro 16 de Março; Câmara Municipal de Santarém; Santarém;

Informação n.º 56/DDGUA, de 22 de Novembro de 2002 – Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente e Departamento de Ação Cultural e Social - Bairro 16 de Março. Vistorias técnicas/Avaliação do custo das obras de reparação e conservação;

Nota Interna n.º 30/2005, de 22 de Setembro – Gabinete de Gestão do Parque Habitacional do Município - Proposta de construção de novo bairro por uma empresa privada;

Informação n.º 19/2006, de 3 de Abril – Gabinete de Gestão do Parque Habitacional do Município – Reunião de equipa multidisciplinar do Bairro 16 de Março;

Informação n.º 32/2009, de 12 de Novembro, do Gabinete de Gestão do Parque Habitacional – Informação sobre a desocupação final do bairro e o emparedamento das habitações;

Nota Interna n.º 23/2007, de 26 de Fevereiro de 2007 – Gabinete de Gestão do Parque Habitacional do Município – “Os Resistentes do Bairro 16 de Março” notícia do jornal “O Mirante” de 21 de Fevereiro de 2007” – Apresentação de propostas de realojamento;

Nota Interna n.º 41/2005, de 22 de Novembro de 2005 – Projeto de Reconversão Urbanística - Gabinete de Gestão do Parque Habitacional do Município;

Mapa de Realojamentos – Número de porta; agregado a realojar; número de pessoas; casas do arrendamento particular; casas do Bairro Municipal 1º de Julho; contatos – Divisão de Ação Social - 25 de Agosto de 2008

Projeto de Construção do novo Bairro 16 de Março – Ficha Técnica – Câmara Municipal de Santarém: Gabinete de Projetos Municipais: Memória descritiva; Levantamento de plantas; levantamento de alçados; tipologias;

Requerimento de um cidadão a solicitar a atribuição de uma habitação no Bairro Doutor Oliveira Salazar – 23 de Agosto de 1954;.

Fotografias

65 fotografias do Bairro Salazar/Bairro 16 de Março.

ANEXOS



**Fotografia 18 - Bairro Salazar - Santos Populares 1970
(Autor desconhecido)**



**Fotografia 19 - Bairro Salazar - Santos Populares 1970
(Autor desconhecido)**



Fotografia 20 - Bairro Salazar - Carreira de Tiro – Confraternização
(Autor e data desconhecidos)



Fotografia 21 - Bairro Salazar – 1968
(Autor desconhecido)



Fotografia 22 - Bairro Salazar - 1968
(Autor desconhecido)



Fotografia 23 - Bairro Salazar - 1968
(Autor desconhecido)



Fotografia 24 - Bairro Salazar - 1968
(Autor desconhecido)



Fotografia 25- Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)



**Fotografia 26 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 27 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 28 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 29 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



Fotografia 30 – Bairro Salazar - Entrudo
(Autor e data desconhecidos)



Fotografia 31 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)



**Fotografia 32 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 33 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 34 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 35 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 36 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 37 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 38 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 39 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 40 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 41 – Bairro Salazar
(Autor e data desconhecidos)**

BAIRRO 16 de MARÇO

Fotografia 42 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)



Fotografia 43 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)



Fotografia 44 – Bairro 16 de Março - Paisagem
(Autor e data desconhecidos)



Fotografia 45 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)



**Fotografia 46 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 47 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 48 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 49 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 50 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 51 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 52 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 53 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 54 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 55 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 56 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 57 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 58 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 59 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 60 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



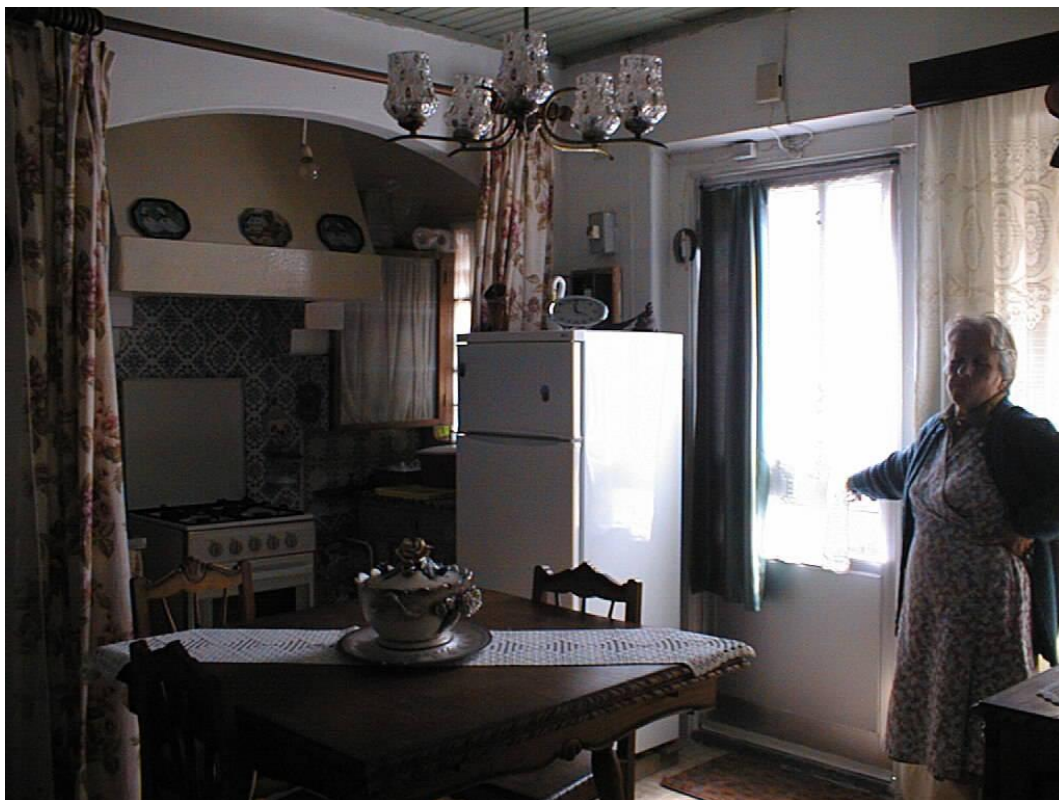
**Fotografia 61 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 62 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 63 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



Fotografia 64 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)



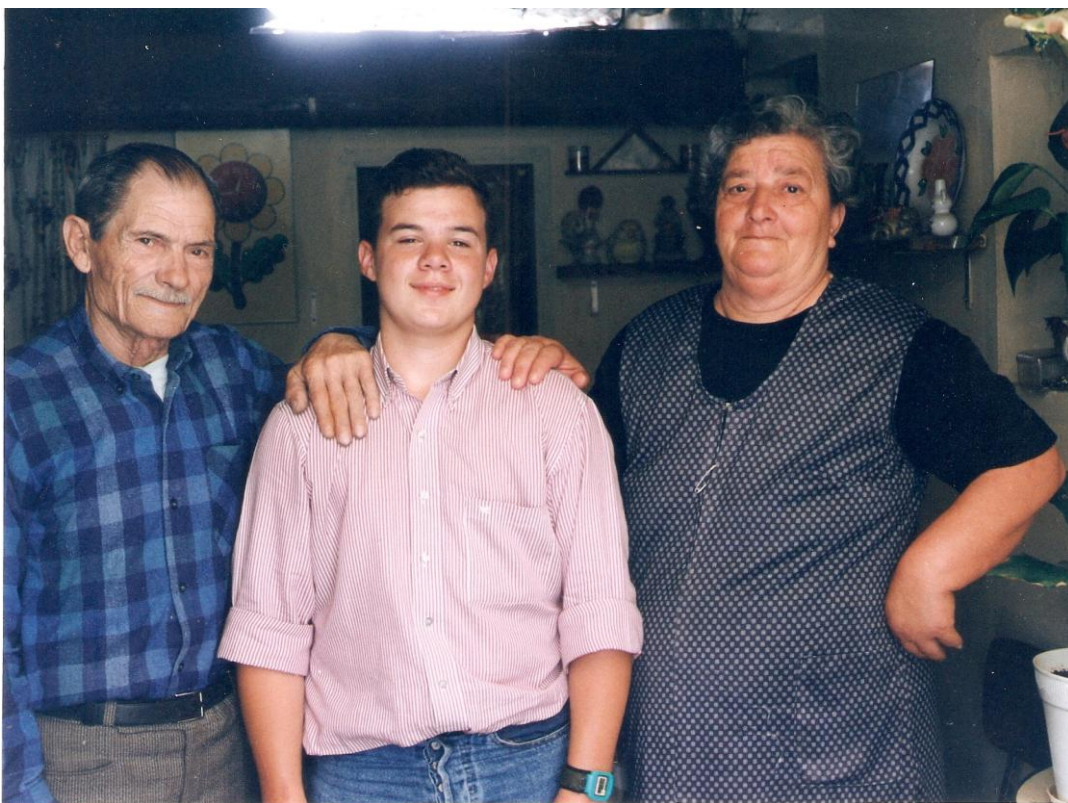
Fotografia 65 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)



**Fotografia 66 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 67 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 68 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 69 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 70 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 71 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 72 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 73 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 74 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 75 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**

**Fotografia 76 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 77 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 78 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 79 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 80 – Bairro 16 de Março
(Autor e data desconhecidos)**



**Fotografia 81 – Bairro 16 de Março – 2011/12/16
(Autor desconhecido)**



**Fotografia 82 – Bairro 16 de Março – 2011/12/16
(Autor desconhecido)**